

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO



CADERNO PEDAGÓGICO
SOCIOLOGIA



ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

DIRETORIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA E PROFISSIONAL

GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA

João Raimundo Colombo

VICE-GOVERNADOR DO ESTADO

Eduardo Pinho Moreira

SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Marco Antônio Tebaldi

SECRETÁRIO ADJUNTO

Eduardo Deschamps

DIRETORA DE EDUCAÇÃO BÁSICA E PROFISSIONAL

Gilda Mara Marcondes Penha

GERENTE DE ENSINO MÉDIO

Maike Cristine Kretzschmar Ricci

GERENTE DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Edna Corrêa Batistotti

GRUPO DE TRABALHO - SED

Maria de Fátima Santos Alves

Patrícia de Simas Pinheiro - Coordenadora

REVISÃO

Dulce de Queiroz Piacentini

CONSULTORES

Everaldo da Silva
Iramar Ricardo Paulini

PROFESSORES COAUTORES

Adriana de Lara Cavallier
Adriana Lucia Ferronato Boff
Ciméri Maria Petzinger
Dejanir Maciel Ribeiro
Elizete Pratto Antunes Vettori
Emerson Martins
Fábio Noda Hasegawa
Fernanda Hammes
Gilberto Sadowsky
Gisele Silva Sartor
Ivo Rech
Janete Maria Mittmann
Jocelda Beatriz Rappeti Vaz
José Luis Capistrano
Juvenal Inacio Schmitz
Karen Ragnini Scherer
Lourdes Fátima Pitan
Maria Sirlei de Liz Zuanazzi
Marilene Lopes Farias dos Santos
Marilês Ansileiero Borges de Oliveira
Marília Ana Gaspar Fernandes
Marília Quentel Correa
Marinelva Regina Martini Stumpf
Neuza Pagliocchi
Osni Valfredo Wagner
Rita de Cássia Stocker da Costa
Rosane Zanette Trevisol
Silvana Marta Mick frigo
Sonia Margareth Gonçalves
Stela Aparecida Amorim Alves
Tarcisio Vanderlinde
Terezinha Agostinho Martins
Vânia Souza Paza
Vera Lucia Fanni Adami da Silva

Caríssimos professores

Inexiste país, estado ou município que tenha alcançado níveis de desenvolvimento humano satisfatórios, para o aproveitamento de todas as potencialidades que se pretendem no alcance da justiça social, como sujeitos críticos, livres e participantes ativos na formação da democracia que sonhamos para todos nós, sem fazê-lo por meio de uma educação voltada, exatamente, para estas finalidades.

Educar, em sua etimologia latina, traz o significado de fazer brotar da terra para a vida, para a geração de frutos. Na qualidade deste trazer para o crescimento está definido o fruto que se irá produzir. E, neste momento, coloca-se o papel do ser humano que, com sua formação e sua vontade, aliadas às possibilidades que encontra para uma ação educativa competente, torna-se o artífice na formação de seres capazes de fazer de Santa Catarina um estado sempre modelar, por estar sedimentado em procedimentos voltados exatamente para os seres humanos que o formam.

É o que todos esperamos de cada educador que faz do magistério o caminho a ser trilhado para o crescimento de nossas crianças, jovens e adolescentes, como construtores de um mundo em que todos possamos caber com justiça e dignidade.

E os gestores da educação pública estadual, em que me coloco como Secretário da Educação, temos a responsabilidade de possibilitar uma estrutura, física e teórica, com a sinalização de caminhos que, com a competente ação de todo o coletivo docente, corrija distorções e, no conhecimento de cada meio em que nos envolvemos, transforme cada aluna e aluno em atores vivos para uma Santa Catarina que desejamos cada vez mais bela, humana e humanizante.

Com o envolvimento do conjunto de profissionais que atuam em nossas estruturas administrativas, especialmente por meio da Diretoria de Educação Básica e Profissional e Gerências Regionais de Educação, com o assessoramento de educadores e educadoras, produzimos estes cadernos pedagógicos para os componentes curriculares de *Biologia*, *Filosofia*, *Física*, *Geografia*, *História*, *Matemática*, *Química*, *Sociologia*, *Ensino Médio Integrado à Educação Profissional* – EMIEP e um especial sobre *Interdisciplinaridade*.

Com o olhar voltado para uma educação de qualidade que torne cada catarinense um ser pleno de senso humano e espírito democrático, envolvemo-nos para fazer chegar aos professores e professoras um material significativo na construção de uma escola cada vez mais voltada para o povo catarinense, possibilitando-nos a consciência de que é pela educação que trilhamos os caminhos da justiça, da dignidade, do progresso e da felicidade.

Marco Antonio Tebaldi
Secretário de Estado da Educação

APRESENTAÇÃO

Entre os anos de 2004 a 2007, a Secretaria de Estado da Educação reuniu professores, gestores e demais profissionais da educação, diretamente envolvidos com o currículo dos cursos de Ensino Médio e de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional, em eventos de formação continuada, com a finalidade de discutir e propor encaminhamentos teórico-metodológicos para a prática pedagógica em sala de aula.

Desses encontros de formação continuada resultou a produção de cadernos pedagógicos para os componentes curriculares de Biologia, Filosofia, Física, Geografia, História, Matemática, Química, Sociologia, além de um caderno com atividades de aprendizagem interdisciplinares, envolvendo todos os componentes curriculares do Ensino Médio, e um caderno voltado para o currículo do Curso de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional.

A relevância teórica, a legitimidade para a prática pedagógica em sala de aula, a vinculação aos encaminhamentos teórico-metodológicos da Proposta Curricular de Santa Catarina, expressos nos documentos datados de 1991, 1998, Diretriz 3/2001, Estudos Temáticos 200, com a competente autoria dos professores e gestores da rede pública estadual de ensino, validam e dão legitimidade a estes cadernos como fonte de reflexão e planejamento dos tempos e espaços curriculares voltados à educação integral dos adolescentes e jovens catarinenses do Ensino Médio.

Caro professor, trazemos esse documento para sua consideração quando do planejar e do fazer curricular, vinculados aos interesses, às diversidades, às diferenças sociais dos estudantes e, ainda, à história cultural e pedagógica de sua escola. Não pretendemos que eles se constituam como fontes únicas e inquestionáveis para a educação que o Estado catarinense tem implementado com foco no ser humano, em todas as suas dimensões. Faz-se essencial o trabalho de cada ente educativo no olhar pleno para a realidade que reveste cada meio, em suas especificidades humanas e culturais, que transforma Santa Catarina em modelo pluriétnico, garantindo-nos estar situados como exemplo para todos os que desejam uma educação centrada na formação humana e cidadã. Assim sonhamos a educação que nos transforme em sujeitos críticos e cientes de nosso papel na transformação do mundo.

Temos certeza de que este material, produzido por meio de um trabalho coletivo, terá bom proveito e aplicabilidade no seu dia a dia escolar.

Gilda Mara Marcondes Penha
Diretora de Educação Básica e Profissional

Maike Cristine Kretzschmar Ricci
Gerente de Ensino Médio

SUMÁRIO

Prólogo	8
Unidade I - O surgimento e a importância da sociologia.....	9
Surgimento da sociologia	
Surgimento da sociologia no Brasil	
A importância da sociologia para a sociedade	
Sociologia no ensino médio	
Unidade II – Precursores da sociologia.....	34
Precursores da sociologia: a gênese da ciência do social	
Augusto Comte: o amor por princípio, a ordem por base, o progresso por fim	
Émile Durkheim: do positivismo filosófico às regras do método sociológico	
A gênese do individualismo: uma leitura das solidariedades em Durkheim e Karl Marx	
A teoria marximiana e o marxismo	
Max Weber: a racionalidade e o desencantamento do mundo	
Unidade III – A sociologia no Brasil	57
Pensamentos sociológicos no Brasil	
Os movimentos sociais no Brasil	
Grandes mestres da sociologia brasileira	
Florestan Fernandes (1920-1995)	
Gilberto Freyre (1900-1987)	
Fernando Henrique Cardoso (1931)	
Octávio Ianni (1926-2004)	
Sociologia contemporânea	
A desigualdade social e suas consequências	
A questão da pobreza	
A violência	
Unidade IV – Cultura: uma visão antropológica	77
Definição de cultura	
Cultura popular e cultura erudita	
Indústria cultural e cultura de massa	
Diversidade e identidade cultural	
Unidade V – As relações interétnicas: uma luta por poderes.....	102
O papel da linguagem e da socialização	
A identidade étnica, o estereótipo e o estigma	
A diferença e a normalização	
O multiculturalismo	
O racismo cria as raças: a importância de entender os processos de discriminação e desigualdade nas relações interétnicas	

Unidade VI – Ciência política.....121

A história da ciência política

Idade antiga

Idade média

Pensadores modernos

Política

Estado

Tributação

Constituição brasileira

Poder

Rui Barbosa e a ciência política brasileira

A ciência política no Brasil

Formas de governo

Classificação do governo para Aristóteles

Monarquia e República

Formas de organização do Estado

Formas de organização social

Ciência política: sua relação com outras disciplinas

**Unidade VII – Mundo do trabalho e sociedade da
informação..... 150**

Conceito e origem da palavra trabalho

Modos de produção: a história da transformação da sociedade humana

Modo de produção primitivo

Modo de produção escravista

Trabalho na antiguidade greco-romana

Modo de produção asiático

Modo de produção feudal

Modo de produção capitalista

Etapas do capitalismo

Modo de produção socialista

Desenvolvimento do capitalismo industrial

O taylorismo

O fordismo

A ética protestante do trabalho na concepção weberiana

Trabalho na concepção marxista

Tecnologia e sociedade: os avanços da tecnologia ontem e hoje

Globalização – sociedade da informação

Prólogo

Somos professores já há algum tempo. Sabemos da importância de ser professor no Ensino Médio. Ficamos muito lisonjeados e agradecidos de poder fazer parte deste trabalho realizado pelos alunos do Curso de Sociologia do Programa de Formação Continuada de Professores do Ensino Médio, promovido pela Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina.

A Sociologia, que é também considerada a ciência da sociedade, é a ciência que nos permite compreender a realidade na qual estamos inseridos especialmente pelo desenvolvimento do nosso modo específico de pensar, o qual não se desenvolve como mera abstração, mas, ao contrário, como expressão da existência social concreta emanada das consciências individual e coletiva.

A preocupação em compreender o comportamento humano e a sociedade é um fato recente, surgido no princípio do século XIX. O mundo contemporâneo é muito diferente do passado e a missão da Sociologia é ajudar-nos a compreender o mundo em que vivemos e nos alertar para aquilo que pode ocorrer no futuro.

Várias pessoas são atraídas pela Sociologia, sendo ela fascinante, provocativa e aplicável, principalmente quando a sociedade passa por mudanças drásticas como, por exemplo, o processo de industrialização. Assim, a Sociologia possui importantes consequências práticas, permitindo-nos compreender um determinado conjunto de acontecimentos sociais, aumentando nossa sensibilidade cultural e possibilitando o autoconhecimento.

Desde sua constituição como disciplina autônoma, a Sociologia se diferencia de outras disciplinas científicas que têm a vocação de estudar o social com o discurso do senso comum. Uma das condutas da Sociologia é objetivar as práticas e, conseqüentemente, revelar aos atores sociais os fatores que determinam seus comportamentos, discursos e os mecanismos de dominação que ocorrem.

Desejamos uma boa leitura e aproveitamento do conteúdo existente neste “Caderno Pedagógico”, agradecendo a todos que fizeram parte dessa conquista.

Prof. Everaldo da Silva
Prof. Iramar Ricardo Paulini

UNIDADE I

O SURGIMENTO E A IMPORTÂNCIA DA SOCIOLOGIA

INTRODUÇÃO

As mudanças globais vividas e a suma importância das novas tecnologias, da economia mundializada em todas as áreas da vida social, instituem novos paradigmas às ciências sociais. Entretanto, os pressupostos fundamentais da Sociologia estão interligados às suas origens, que se consolidam em modelos ocidentais de industrialização e de formação do Estado-Nação, apesar de existirem especificidades nacionais consideráveis na organização, nas abordagens teóricas e metodológicas, nos problemas debatidos, estudados, e nos resultados. O estudo das modificações sociais pode ser compreendido como a apreciação das articulações econômicas globalizadas e da forma como estas afetam as sociedades nacionais, as comunidades locais e os indivíduos.

Seguindo essa linha de pensamento, este documento proporciona ao professor parâmetros para o trabalho docente na disciplina de Sociologia, abordando temas fundamentais como: o seu surgimento e a sua importância para a sociedade e para o Ensino Médio.

OBJETIVOS

- Entender a época em que surge a Sociologia.
- Compreender a importância da Sociologia para a construção da sociedade, analisando o passado, o presente e o futuro.
- Compreender a importância da Sociologia na formação educacional dos alunos do Ensino Médio.

PROFESSORES COAUTORES

Ciméri Maria Petzinger

Maria Sirlei de Liz Zuanazzi

Stela Aparecida Amorim Alves

Tarcisio Vanderlinde

Vânia Souza Paza

SURGIMENTO DA SOCIOLOGIA

O conhecimento sociológico espirala dentro e fora do universo da vida social, reconstituindo tanto esse universo como a si mesmo como parte integrante desse processo.

ANTHONY GIDDENS

Podemos observar e entender a Sociologia como uma das manifestações do pensamento moderno. Desde Copérnico, a evolução do pensamento era exclusivamente científica. A Sociologia veio preencher a lacuna do saber social, surgindo após a constituição das ciências naturais e de várias ciências sociais. A sua formação constitui um acontecimento complexo para o qual concorreram circunstâncias históricas e intelectuais e intenções práticas. O seu surgimento ocorre num momento histórico determinado, coincidente com os últimos momentos da desagregação da sociedade feudal e da consolidação da civilização capitalista.

A criação da Sociologia não é obra de um só filósofo ou cientista, mas o trabalho de vários pensadores empenhados em compreender as situações novas de existência que estavam em curso.

No final do século passado, o matemático francês Henri Poincaré referiu-se à Sociologia como ciência de muitos métodos e poucos resultados. Ao que tudo indica, atualmente poucos duvidam dos resultados alcançados pela Sociologia. A sua realidade é atestada pelas inúmeras pesquisas dos sociólogos, pela sua presença nas universidades e empresas e nos organismos estatais. Ao lado desta crescente presença da Sociologia no nosso dia-a-dia, continuam porém chamando a atenção de todos os que se interessam por ela os frequentes e acirrados debates travados em seu interior sobre o seu objeto de estudo e seus métodos de investigação.

Saint-Simon acreditava que a nova época era a do industrialismo, que trazia consigo a possibilidade de satisfazer todas as necessidades humanas e constituía a única fonte de riqueza e prosperidade. Percebeu ele que no avanço que estava ocorrendo no conhecimento científico havia uma grande lacuna nesta área do saber, qual seja, a

inexistência da ciência da sociedade. Admitia, mesmo tendo uma visão otimista da sociedade industrial, a existência de conflitos entre os possuidores e os não possuidores.

Auguste Comte (1798-1857) foi secretário particular de Saint-Simon, pensador menos original, embora mais sistemático que Saint-Simon, a quem deve suas principais ideias. A motivação da obra de Comte repousa no estado de “anarquia” e de “desordem” de sua época histórica. Segundo ele, as sociedades europeias encontravam-se num verdadeiro estado de caos social. Entendia Comte que se as ideias religiosas impostas não tinham mais forças para reorganizarem a sociedade, muito menos teriam as ideias dos iluministas. Era extremamente impiedoso no ataque a esses pensadores, a quem chamava de “doutores em guilhotina”, vendo em suas ideias o “veneno da desintegração social”. Para ele, para haver coesão e equilíbrio na sociedade, seria necessário restabelecer a ordem nas ideias e nos conhecimentos, criando um conjunto de crenças comuns a todos os homens.



Figura 1: Augusto Comte
Fonte: google.com/imagens

O termo *Sociologia* foi então utilizado por Augusto Comte pela primeira vez numa carta de 1824, mas somente em 1838 é que o termo aparece com mais precisão no *Cours de Philosophie Positive* (Curso de Filosofia Positiva) e se relaciona com a *ciência da sociedade*.

A primeira cadeira de Sociologia só vai ser criada em uma instituição universitária em 1887. Isso ocorreu na Universidade de Bourdeaux, na França, e estava associada à educação. O primeiro cientista a ocupá-la, até o final da sua vida, em 1917, foi Émile Durkheim. Assumiu a

cadeira quando contava então com apenas 29 anos (CARVALHO, 2004, p. 18).

Precursor da Sociologia, o pensador David Émile Durkheim (1858-1917) é considerado o pai da Sociologia, visto que foi ele quem propôs um objeto de estudo para esta ciência: o Fato Social. Em seu método de análise, explicitado no livro “As regras do método sociológico”, demonstra os principais conceitos norteadores do pensamento sociológico: solidariedade mecânica, solidariedade orgânica, divisão social do trabalho, caso patológico, anomia.



Émile Durkheim -
google.com/imagens

Ao expor a viabilidade de seu método de pesquisa, Durkheim analisou o suicídio, classificando-o em três categorias – egoísta, altruísta e anômico –, arrolando-o com outros fenômenos sociais. Durkheim defendia a sociedade capitalista como meio de superar as crises e levar as sociedades a evoluírem, uma vez que nela a solidariedade mecânica garantiria a coesão social.

Outro grande precursor que fundamenta a Sociologia é Max Weber (1864-1920), que propõe, diferentemente de Durkheim, uma objetividade na análise sociológica. Ele estudou a relação entre a religião e a racionalidade econômica, os vários tipos de ação social e de lideranças, denominadas por ele de tipos de dominação legítima (legal, tradicional e carismática). Weber propõe uma Sociologia



compreensiva a partir da análise histórica.

Max Weber
[google.com/imagens](https://www.google.com/imagens)

Karl Marx (1818-1883) é outro precursor, pensador clássico da Sociologia. Seus conceitos de infraestrutura e superestrutura, classes sociais, exército industrial de reserva, fetichismo e reificação, ideologia com relação ao Estado e à ciência fortaleceram as possibilidades de compreensão da Sociologia moderna. Sua proposta é de intervenção na sociedade a ponto de propiciar uma tomada de consciência da classe operária para superar o capitalismo.



Karl Marx – Fonte:
[google.com/imagens](https://www.google.com/imagens)

É de suma importância trabalhar estes precursores com nossos alunos do Ensino Médio, dando assim ênfase ao entendimento da identidade sociológica brasileira e dos dias atuais.

SURGIMENTO DA SOCIOLOGIA NO BRASIL

Falar da introdução da Sociologia como disciplina escolar obrigatória no Brasil requer que façamos uma viagem ao passado brasileiro, mais precisamente ao advento da República, pois a primeira tentativa deu-se com o ministro da educação Benjamin Constant, em 1891.

A introdução dessa ciência foi feita a partir da iniciativa administrativa e governamental dentro das Escolas Normais que então formariam os professores para as séries iniciais. A primeira escola a ter a disciplina de Sociologia no nível médio foi a tradicional Dom Pedro II, no Rio de Janeiro, em 1925. Em 1928, com a Reforma do Ensino de Rocha Vaz, ela passa a ser parte obrigatória nas Escolas Normais do Distrito Federal (Rio de Janeiro). Na cidade de Recife – PE, também passa a fazer parte da grade curricular com a ajuda de Gilberto Freire e de Carneiro Leão.

Com o passar da Revolução de 1930 e a possibilidade de oferecer uma formação mais humanística para os estudantes secundaristas, a disciplina toma novos rumos. Porém na segunda fase da Era Vargas, em 1942, a sua obrigatoriedade é retirada das escolas secundaristas, permanecendo apenas nas Escolas Normais até o golpe militar de 1964.

Não podemos esquecer que é nesse período que são fundadas as Escolas de Sociologia e Política de São Paulo, em maio de 1933; a Universidade de São Paulo – USP em 1934 e a Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ em 1935, fundamentalmente responsáveis pela formação dos primeiros sociólogos brasileiros e início da identidade da “Sociologia brasileira”. E então a partir de 1964 a disciplina de Sociologia desaparece dos currículos das escolas médias, ficando restrita às Escolas Normais.

Em 1971 entra em vigor a Lei nº 5.692, que inclui nos currículos do Segundo Grau as disciplinas de Educação Moral e Cívica – EMC e Organização Social e Política do Brasil – OSPB, vindo assim a Sociologia e a Filosofia a ser substituídas.

É a partir de 1974, quando a oposição venceu as eleições para o Senado, que em grande parte dos Estados (16 dos 22 existentes na época) alguns deputados propõem leis para que a Sociologia volte a fazer novamente parte nos currículos das escolas de nível médio. No entanto nem todos colocaram a lei em prática.

Em 1989, com a vigência da nova Constituição Federal, mostram-se novas possibilidades de a Sociologia fazer parte obrigatória nos currículos escolares, o que, lamentavelmente, não veio a se concretizar. Assim, infelizmente a introdução da Sociologia na grade curricular acabou ficando a critério das escolas.

A nova LDB – Lei de Diretrizes e Bases, Lei nº 9.394, de 1996, prevê que os alunos, ao concluírem o Ensino Médio, devem demonstrar conhecimentos de Sociologia e Filosofia, mas esses conhecimentos não são observados e analisados como disciplinas, e seus saberes poderiam, segundo os PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais), estar

contemplados nos temas transversais, que deveriam perpassar todas as demais disciplinas.

Em 1997, o ex-deputado Padre Roque, do PT-Paraná, propõe um projeto que altera a LDB, em seu artigo 36, tornando a Sociologia e a Filosofia disciplinas obrigatórias no Ensino Médio. Contudo, o presidente Fernando Henrique Cardoso, em 8 de outubro de 2001, vetou o projeto. O *Diário Oficial da União* de 9 de outubro de 2001 traz as razões do veto: *A proposta acarretaria ônus para os Estados na contratação de professores; e não haveria licenciados suficientes para atender às demandas das escolas, caso fosse aprovada*” (Diário Oficial da União – 9/11/2001).



Padre Roque

Fonte: google.com/imagens



Fernando Henrique Cardoso

Fonte: google.com/imagens

Esse ato do então presidente Fernando Henrique Cardoso vetando o projeto de lei coloca os sociólogos frente a uma realidade: é necessário continuar se mobilizando para fazer da Sociologia e da Filosofia disciplinas obrigatórias para todas as escolas de nível médio e dar possibilidades para que nossos alunos construam um saber crítico, puro e transformador.

As razões do veto entram em desacordo com a LDB porque a composição das áreas de conhecimento não implica aumento da carga horária semanal ou anual. A grade curricular pode ser reorganizada dentro do tempo previsto. Em relação aos professores, a lei determina um tempo hábil para a licenciatura. Na questão da demanda das escolas, não se pode afirmar a falta de profissionais, pois os Estados, secretarias, as escolas têm liberdade para organizar o tempo destinado à Sociologia.

É de suma importância voltar a Sociologia para a formação crítica e o desenvolvimento e resgate da cidadania, preparar os jovens para o amanhã. É

extremamente importante olhar para o futuro conhecendo o passado e vivendo o presente.

A escola não faz parte da trama social atual? Exerce-se ou não a crítica e a cidadania? Argumentar a importância do conhecimento sociológico segundo aquele horizonte pode negar aos jovens a participação política, negar essa possibilidade em vista dos seus “desinteresses, descompromissos, apatias”, como normalmente são caracterizados por alguns professores.

Associa-se a Sociologia a uma formação crítica, esta como um posicionamento frente à realidade social tendo como objetivo a transformação social, a mudança de uma ordem instituída. As ideias de crítica, cidadania e consciência mostram, conjuntamente, transformação. Assim, a Sociologia é logicamente vinculada à transformação social e pessoal.

A Sociologia, seus conteúdos, métodos e reflexões demonstram formas de construir essa mudança do pensamento, levando a um direcionamento. Os muitos teóricos utilizados, os tipos de formação que têm os licenciados e a didática utilizada revelam a logomarca da Sociologia, que naturalmente se encontra no Ensino Médio e nas suas concepções na formação dos estudantes. Observamos essa ideia na fala de Paulo Freire (FREIRE & SHOR, 1986) sobre a educação enquanto meio de transformação da sociedade.

Verifica-se que é por meio da educação que se pode chegar à compreensão do que é o poder na sociedade, esmiuçando as relações de poder que a classe dominante torna nublada.

Todavia, não é somente por meio de conteúdos que se consegue modificar e transformar as relações sociais e de poder. Muitos textos nos levam a fazer uma profunda análise da realidade, proporcionando um bom debate, pelo menos em parte. Definitivamente, não podemos deixar de perceber a importância da ação política do professor, pois a sua atuação política dentro ou fora da escola parece estimular o próprio trabalho docente e as expectativas dos estudantes quanto às suas possibilidades de modificar algumas situações sociais.

A IMPORTÂNCIA DA SOCIOLOGIA PARA A SOCIEDADE

O bicho

Vi ontem um bicho na imundície do pátio catando comida entre os detritos.
Quando achava alguma coisa, não examinava nem cheirava: engolia com voracidade.
O bicho não era um cão, não era um gato, não era um rato.
O bicho, meu Deus, era um homem.
MANUEL BANDEIRA

Historicamente, a Sociologia é um conjunto de conceitos, de técnicas e de métodos de investigação produzidos para explicar a vida social. Muitos autores caracterizam a Sociologia como o resultado de uma tentativa de compreensão de situações sociais radicalmente novas, criadas pela então nascente sociedade capitalista.

Se o contexto histórico do surgimento e da formação da Sociologia coincidiu com um momento de grande expansão do capitalismo, infundindo otimismo em diversos sociólogos com relação à civilização capitalista, os acontecimentos históricos que permearam o seu desenvolvimento tornaram no mínimo problemáticas as esperanças de democratização que vários sociólogos nutriam com relação ao capitalismo. O desenvolvimento desta ciência tem como pano de fundo a existência de uma burguesia que se distanciara de seu projeto de igualdade e fraternidade, e que, crescentemente, se comportava no plano político de forma menos liberal e mais conservadora, utilizando intensamente os seus aparatos repressivos e ideológicos para assegurar a sua dominação.

O aparecimento das grandes empresas, monopolizando produtos e mercados, a eclosão de guerras entre as grandes potências mundiais, a intensificação da organização política do movimento operário e a realização de revoluções socialistas em diversos países eram realidades históricas que abalavam as crenças na perfeição da civilização capitalista.

A profunda crise em que mergulhou a civilização capitalista em nosso tempo não poderia deixar de provocar sensíveis repercussões no pensamento sociológico contemporâneo. O desmoronamento da civilização capitalista, levado o cabo pelos diversos movimentos revolucionários e pela alternativa socialista, fez com que o conhecimento científico fosse submetido aos interesses da ordem estabelecida. As ciências sociais, de modo geral, passaram a ser usadas para produzir um conhecimento útil e necessário à dominação vigente.

A Antropologia foi largamente utilizada para facilitar a administração de populações colonizadas; a ciência econômica e a ciência política forneceram

frequentemente seus conhecimentos para a elaboração de estratégias de expansão econômica e militar das grandes potências capitalistas.

A Sociologia também, em boa medida, passou a ser empregada como técnica de manutenção das relações dominantes. As pesquisas de inúmeros sociólogos foram incorporadas à cultura e à prática das grandes empresas, do Estado moderno, dos partidos políticos, à luta cotidiana pela preservação das estruturas econômicas, políticas e culturais do capitalismo moderno. O sociólogo de nosso tempo passou a desenvolver o seu trabalho, via de regra, em complexas organizações privadas ou estatais que financiam suas atividades e estabelecem os objetivos e as finalidades da produção do conhecimento sociológico. Envolvido nas malhas e nos objetivos que sustentam suas atividades, tornou-se para ele extremamente difícil produzir um conhecimento que possua uma autonomia crítica e uma criatividade intelectual.

O desenvolvimento da Sociologia na segunda metade do nosso século foi profundamente afetado pela eclosão das duas guerras mundiais. Tal fato não poderia deixar de quebrar a continuidade dos trabalhos que vinham sendo efetuados, interrompendo drasticamente o intercâmbio de conhecimentos entre as nações.

A Sociologia, a partir dos anos 1950, seria arrastada e envolvida na luta pela contenção da expansão do socialismo, pela neutralização dos movimentos de libertação das nações subjugadas pelas potências imperialistas e pela manutenção da independência econômica e financeira destes países em face dos centros metropolitanos.

É nesse contexto que surge a melancólica figura do sociólogo profissional, que passa a desenvolver as suas atividades de correção da ordem, adotando uma atitude científica “neutra” e “objetiva”. Na verdade, a institucionalização da Sociologia como profissão e do sociólogo como “um técnico”, um “profissional como outro qualquer”, foi realizada a partir da promessa e rentabilidade que os sociólogos passaram a oferecer a seus empregadores potenciais, como o Estado moderno, as grandes empresas privadas e os diversos organismos internacionais empenhados na conservação da ordem em escala mundial.

A profissionalização da Sociologia, orientada para legitimar os interesses dominantes, constitui campo fértil para uma classe média intelectualizada ascender socialmente.

O legado para o século XXI é positivo. A produção sociológica parece ter, competentemente, exorcizado a lógica binária do sim e do não, do certo e do errado. A introdução de nuances conceituais e de múltiplas estratégias metodológicas deverá

possibilitar, nas próximas décadas, uma Sociologia adequada ao dinamismo do mundo produzido pela revolução científico-tecnológica.

Além disso, a regularidade nos padrões de interação social, revelada pelos inúmeros estudos de caso realizados em diferentes regiões do mundo, especialmente nas últimas décadas, fornece elementos para um salto qualitativo na explicação sociológica não monística.

Essas duas contingências, uma extra e outra intrassociológica, deverão fortalecer a tendência teórico-metodológica, já iniciada, da retomada da análise sistêmica. Agora, entretanto, num patamar de maior concretude.

Igualmente já iniciada, a maior colaboração entre diferentes disciplinas científicas deverá marcar a produção da ciência da Sociologia neste início de milênio.

Revolução científico-tecnológica, multidisciplinaridade e previsibilidade da ação social parecem definir o panorama da Sociologia vindoura. Uma Sociologia de equipe. Uma Sociologia compatível com os desafios da sociedade do conhecimento, que já se iniciou – a sociedade de cultura múltipla e complexa, democraticamente tolerante, cujos problemas terão solução apenas quando apoiada no esforço de profissionais competentes em suas diferentes especialidades, cuja prática deriva da racionalidade científica.

Essa revolução trouxe fissuras com mudanças nas bases e processos produtivos dominantes no mundo contemporâneo, provocando transformações radicais nas formas e nos conteúdos da interação social.

Esses processos continuam em andamento e suas consequências, logicamente, ainda produzirão mudanças na já instalada economia e sociedade do conhecimento. A modificação nas distâncias, agora curtas com o advento da internet, resultante da maior rapidez e melhor qualidade da comunicação, a transparência de conteúdos, frutos das novas tecnologias da informação, são exemplos desse fenômeno popularizado como globalização. Propicia-se a aproximação de regiões e culturas; distâncias geográficas e socioculturais ficam pequenas; despontam mudanças tecnológicas como o projeto genoma, que afetam profundamente a sociedade. Verificam-se diversas possibilidades de interação entre formas diversas: econômicas, políticas e culturais, criadas pelo avanço da ciência e da tecnologia, na constituição de um sistema global mais integrado.

Contudo, é deveras ingênuo e capcioso supor que desse processo de globalização provenha alguma homogeneização do mundo. É errôneo imaginar que toda a humanidade vá participar, e que os participantes o façam de modo semelhante.

Percebe-se que ocorrem diversas resistências à extensão dos efeitos da revolução científico-tecnológica, que se expressam nas múltiplas manifestações de fundamentalismos diversos, religiosos ou políticos, que se alastram pelo mundo.

Frente ao reconhecimento da pluralidade de identidades e de poderes, parte integrante do mundo globalizado e multicultural típico da sociedade do conhecimento e da nova geração tecnológica permanece ou enraíza-se nas tentativas de buscar a reconstrução de identidades purificadas ou de restauração de coesões fechadas.

De forma alguma podemos ignorar ou amenizar as manifestações de nacionalismo étnico, sustentada por ideias de pureza racial e de ortodoxia religiosa, que se reproduzem na Europa dos dias atuais (pós-Guerra Fria). Sendo assim, deve-se reconhecer na Europa, mas também em outras regiões do mundo, a utilização de argumentos fundamentalistas estabelecidos por movimentos sociopolíticos que pretendem se contrapor ao que conjecturam ser uma forma de homogeneização mundial sob a hegemonia americana. À incerteza gerada pelo pluralismo e pela multiplicidade contrapõe-se a simplificação da avaliação e do julgamento maniqueístas.

À Sociologia compete, precisamente, assumir a intrincada tática metodológica hábil de render conta da diversidade de formas e de conteúdos das relações sociais e da embaraçada rede de conexões entre eles. Expondo-se à multidisciplinaridade e afrontando o funcionamento de sistemas complexos e de suas fronteiras, a Sociologia se mostra capaz de admitir a incerteza e, assim, de poder colocar possibilidades e condições de avanço da democracia política e da justiça social, dessa forma não se hasteando a competência moral e justificadora-diretiva de movimentos sociais, mas buscando ser a matéria-prima racional e real a se contrapor a simplismos ético-morais ou políticos.

Através desse modo, fiel aos ensinamentos de seus fundadores e de seus clássicos, a Sociologia é capaz de fornecer formas eficazes para a solução dos problemas sociais que amarguram a humanidade na virada do milênio, como a violência urbana, a desigualdade social ou a destruição das florestas tropicais.

A partir do momento em que indivíduo e sociedade passam a interagir como um todo, desvencilhando-se da distância social, esta deverá ser encurtada na medida em que se reduza a apatia, estabelecendo-se sobre bases cada vez mais racionais e partilháveis.

Na sociedade do conhecimento que se busca construir, a Sociologia tem lugar de destaque desde que permaneça fiel à sua história e consciente de seus limites. Lado a lado com as demais disciplinas científicas, será capaz de produzir. A diversidade

multidisciplinar não mais deverá espantar esforços de integração teórico-metodológica. A busca de uma proposta com sustentação abre um enorme leque frente a pressões de diferentes sistemas socioculturais e, também, frente a demandas de sistemas ambientais, todos em ritmo acelerado de mudanças.

O sucesso da revolução científico-tecnológica, ainda em andamento, faz da ciência e da tecnologia fatores produtivos não apenas da economia, mas também das formas de comunicação, de organização e de mudança social, fontes de muito valor para a Sociologia. Essa sociedade do conhecimento em que a humanidade está inserida sofrerá, de forma gradual, ainda, profundas mudanças. É o que se observa perante as novas tecnologias. Prevê-se para as próximas décadas que todas as formas de comunicação do mundo (voz, dados e imagens) serão transmitidas através de uma única fibra ótica, num piscar de olhos. Os microprocessadores mais avançados não serão maiores do que uma molécula.

Entretanto, antes do advento da nanotecnologia extrema, teremos transistores de plástico produzindo aparelhos e computadores da espessura do tecido de nossa roupa. Curvaremos raios de luz dentro de pastilhas de silício. A banda larga e as transmissões em alta velocidade triunfarão sobre todas as formas de comunicação atuais. A nanotecnologia permitirá a produção de minúsculos robôs, com apenas alguns bilionésimos de milímetro (ou nanômetros) de altura.

E para que tudo isso? Combater doenças, limpar nossas artérias, reabilitar pessoas deficientes, ajudar o meio ambiente, biotecnologia ou realizar atividades até então totalmente impossíveis. Os pesquisadores aprenderão muito com os processos físicos, químicos e biológicos, para aplicá-los ou imitá-los em novas formas de computação.

Tudo isso é apenas uma amostra do que está no futuro próximo. Mas, infelizmente, a fabricação e a distribuição das diversas culturas desses bens e serviços não serão iguais.

Podemos afirmar que a natureza e a influência da distinção que se produz entre as muitas sociedades e grupos constituem um grande desafio para a Sociologia na entrada do próximo milênio. E a Sociologia, da forma como se enraizou e ganhou sustentação no século XX, está preparada para este novo advento.

SOCIOLOGIA NO ENSINO MÉDIO

Escola é... o lugar onde se faz amigos, não se trata só de prédios,

salas, quadros, programas, horários, conceitos...
 Escola é, sobretudo, gente, gente que trabalha, que estuda,
 que se alegra, se conhece, se estima.
 O diretor é gente, o coordenador é gente, o professor é gente,
 o aluno é gente, cada funcionário é gente.
 E a escola será cada vez melhor
 na medida em que cada um se comporte como colega, amigo, irmão.
 Nada de 'ilha cercada de gente por todos os lados'.
 Nada de conviver com as pessoas e depois descobrir que não tem amizade a ninguém,
 nada de ser como o tijolo que forma a parede, indiferente, frio, só.
 Importante na escola não é só estudar, não é só trabalhar,
 é também criar laços de amizade,
 é criar ambiente de camaradagem,
 é conviver, é se 'amarrar nela'!
 Ora, é lógico...
 numa escola assim vai ser fácil estudar, trabalhar, crescer,
 fazer amigos, educar-se,
 ser feliz.
 PAULO FREIRE

Pensar na construção de uma fundamentação metodológica para a Sociologia voltada ao Ensino Médio não é uma tarefa das mais fáceis, especialmente porque pouco, ou quase nada, foi escrito ou estudado.

Todavia, como trabalhar isso com nosso aluno? Carlos Rodrigues Brandão em seu trabalho “Angicos e ausentes: 40 anos de educação popular” nos diz que educar é fazer perguntas. Para ele, “ensinar é criar pessoas em que a inteligência venha a ser medida, mais pelas dúvidas mal formuladas, do que pelas certezas bem repetidas. De que aprender é construir um saber pessoal e solidário, através do diálogo entre iguais sociais culturalmente diferenciados” (2001, p. 35).

Nas décadas de 1960 e 1970 a Sociologia era totalmente desconsiderada por não produzir bem-estar. Tal argumento pode ser admitido como uma ação consciente de manifestação de esforços e pensamentos, buscando se constituir numa expressão entendida como uma reflexão sobre o fim, o sentido e a intencionalidade da existência.

Acreditamos que as Ciências Sociais oferecerão formas da finalidade pedagógica sem estar atrelada a um discurso moderno e progressista, mas condizentes com as sociedades humanas que se destacam pela capacidade de conquistas e representações e tornam-se, precisamente, o presente no tempo presente. De tal modo se dá e se constitui a Sociologia: reconquistar o espaço político de ação transformadora da realidade e revigorar as vias de participação do ser humano, a razão comunicativa, a reapropriação

da liberdade autêntica e a capacidade solidária e dialógica de construir formas, conquistas, sentidos e dignidade humana.

O ensino da Sociologia é posto, assim, num ambiente que, considerando a formação de jovens numa expectativa de confronto com a realidade social, como têm sugerido os argumentos mais frequentes a seu favor, contém em si tanto possibilidades de um olhar sincronizado do social, onde não são expostas oposições à ordem social, quanto de uma educação emancipadora, tendência que, ao contrário, busca justamente compreender e transformar a ordem social injusta para as maiorias.

Num momento em que os esforços se voltam para a defesa da obrigatoriedade da Sociologia no Ensino Médio, é um desafio problematizar ideias recorrentes em torno do seu lugar na formação dos estudantes. Profissionais e acadêmicos da área mobilizam-se e argumentam a favor do seu ensino, a fim de que ela tenha um espaço “garantido” nos programas escolares. Entretanto, é preciso, justamente, suspeitar e investigar algumas implicações de práticas e concepções que se cristalizam no tempo. Esse, acreditamos, é um dos objetivos da prática da pesquisa e da produção do conhecimento.

A análise da escola pode ser feita a partir da obra de Pierre Bourdieu, que trabalha com o papel da escola enquanto distribuidora de poderes e privilégios e na manutenção do poder; e a partir da análise de Michel Foucault sobre a disciplinarização dos corpos e das vontades, onde se qualificam os comportamentos e os desempenhos em valores opostos do bem e do mal, das boas e más notas, dos bons e maus pontos. Assim sendo, a escola acaba adestrando as classes subalternas, uma vez que a domesticação acabou sendo introjetada por seus membros. Isso nos mostra que

a relação entre a divisão do trabalho e a educação e o ensino não é uma mera proximidade, nem tampouco uma simples consequência; é uma articulação profunda que explica com toda clareza os processos educativos e manifesta os pontos em que é necessário pressionar para conseguir sua transformação, conseguindo não só a emancipação social, mas também, e de forma especial, a emancipação humana (MARX e ENGELS, 1992, p. 7).

Estudar a instituição Escola é uma necessidade incontestável para que essa educação deixe de ser adestradora da força de trabalho e crie as bases para a construção de um novo homem, uma nova sociedade e uma nova história. Ao pensarmos sobre a escola, somos levados a pensar em outra instituição imprescindível nas sociedades modernas: o Estado. Neste momento, levantaremos apenas os teóricos que nos ajudarão

a iniciar a discussão sobre o Estado. O aprofundamento será realizado no conteúdo estruturante “Modos de produção, sociedade, poder e política”.

Para iniciar a análise do Estado devemos partir de Nicolau Maquiavel (1469-1527), considerado como o principal teórico da formação dos Estados Modernos. Ele parte da experiência da Itália, um país fragmentado em vários Estados pequenos, passando por uma crise das instituições e que só poderia renovar a sociedade a partir de um poder absoluto de um príncipe. Este seria responsável pela organização de um Estado unitário e moderno.

Pablo Gentili (1994) é outra referência que nos oferece elementos para pensarmos a relação: Estado, políticas neoliberais e o processo educativo com suas consequências no “mercado de trabalho” e na organização política da sociedade.

Aqui é possível iniciarmos uma discussão sobre a relação da sociedade civil com o Estado (políticas públicas: moradia, escola, infraestrutura, segurança,) que será aprofundada no conteúdo estruturante: movimentos sociais.

Norberto Bobbio, em seu livro *Estado, Governo e Sociedade (1990)*, oferece fundamentação teórica básica para analisarmos o surgimento do termo Estado, as formas pelas quais ele se estruturou e suas formas de governo. Apresenta também a relação entre sociedade civil, Estado, poder, governo, democracia e ditadura.

Esses pensadores nos auxiliam a pensar e a analisar o papel do Estado hoje. Por isso, os alunos devem conhecer as análises sobre o Estado e as relações entre ele, a escola, a Igreja e a família. Afinal, cada uma dessas instituições é parte essencial de nossa sociedade e, de certo modo, estão interligadas.

E como trabalhar no Ensino Médio esses conteúdos? Que possíveis metodologias poderão ser efetivadas?

Precisamos oferecer aos nossos alunos o contato com a linguagem sociológica e por isso trabalhar com textos clássicos é fundamental. Além disso, os alunos podem perceber como eles fizeram suas pesquisas, suas análises e que métodos utilizaram.

A pesquisa teórica aliada à pesquisa de campo, com temas como Instituições Sociais, Movimentos Sociais, questões sobre desemprego, violência, deve ser utilizada, pois os alunos, além de se envolverem com os conteúdos trabalhados, poderão ter contato com as opiniões e perceber como o conhecimento chega à população e como ela se organiza.

Trabalhar com filmes, músicas e com a literatura também pode ajudar a compreender melhor determinada teoria ou conceito, além de ajudar os alunos a desenvolver o raciocínio sociológico.



Adaptação da figura “Galera da escola”
Fonte: google.com/imagens

REFERÊNCIAS

ARROYO, M. **Ofício de mestre: imagens e auto-imagens**.3. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. Trabalho, educação e teoria pedagógica. In: FRIGOTTO, G. (Org.). **Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 138-65.

_____. (Org.). **Da escola carente à escola possível**. São Paulo: Loyola, 1991.

BANDEIRA, M. **Estrela da vida inteira**. 20. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993. p. 201-2 e 222.

BRANDÃO, C. R. **O que é folclore**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

_____. **A educação como cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BOBBIO, N. **As teorias das formas de governo**. Brasília: UNB, 1985.

_____. **Estado, governo e sociedade: por uma teoria geral da política**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

BOURDIEU, P. **A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, 2003.

BRASIL. MEC/Secretaria de Ensino Médio. PCNs – Parâmetros Curriculares Nacionais, 1997.

CARVALHO, L. M. G. de. (Org.). **Sociologia e ensino em debate**. Ijuí: Ed. Universidade Ijuí, 2004.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

_____. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CHAUÍ, M. **Cultura e democracia**: o discurso competente e outras falas. São Paulo: Cortez, 1990.

DAMATTA, R. **O que faz o Brasil, Brasil?** Rio de Janeiro: Rocco, 1991.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FILHO, E. de M. (Org.). **Auguste Comte**. São Paulo: Ática, 1983.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1987.

FREITAG, B. **A teoria crítica**: ontem e hoje. São Paulo: Brasiliense, 1993.

GADOTTI, M. **Perspectivas atuais da educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

GENTILI, P. Qual educação para qual cidadania? Reflexões sobre a formação do sujeito democrático. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE REESTRUTURAÇÃO CURRICULAR: Utopia e democracia na educação cidadã. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2000. p. 143-56.

_____. **Pedagogia da exclusão**: crítica ao neoliberalismo em educação. Petrópolis: Vozes, 2001.

_____. **Neoliberalismo, qualidade total e educação**. Petrópolis: Vozes, 1994.

GRUPPI, L. **Tudo começou com Maquiavel** – as concepções de Estado em Marx, Engels, Lênin e Gramsci. Porto Alegre: L&PM, 1986.

IANNI, O. (Org.). **Marx**. São Paulo: Ática, 1988.

MARTINS, J. de S. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997.

MARX, K.; ENGELS F. **Textos sobre educação e ensino**. São Paulo: Moraes, 1992.

MEKSENAS, P. O ensino da Sociologia na escola secundária. **Leituras e imagens**, UDESC/FAED, p. 67-79. jun.1994.

ORTIZ, R. **Mundialização e cultura**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1996.

_____. **Cultura brasileira e identidade nacional**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1998.

RODRIGUES, J. A. (Org). **Émile Durkheim**. São Paulo: Ática, 1990.

WEFFORT, F. (Org.). **Os clássicos da política**. v. 1 e 2. São Paulo: Ática, 1994.

SUGESTÃO DE FILMES

- 1) Título Original: Simone
 Gênero: Drama
 Tempo de duração: 117 minutos
 Ano de lançamento (EUA): 2002
 Site oficial: www.simonemovie.com
 Estúdio: New Line Cinema / Jersey Films / Niccol Films
 Distribuição: New Line Cinema / PlayArte
 Direção: Andrew Niccol
 Elenco: Al Pacino, Catherine Keener, Evan Rachel Wood, Rachel Roberts, Jay Mohr, Tony Crane, Susan Chuang, Sean Cullen, Rebecca Romjin-Stamos, Winona Ryder, Camille Wainwright, Jason Schwartzman, Pruitt Taylor Vince.
- 2) Título Original: Boleiros - Era uma vez o futebol
 País de Origem: Brasil
 Gênero: Ação
 Tempo de duração: 90 minutos
 Ano de lançamento: 1998
 Site oficial: <http://www.spfilmes.com.br/boleiros.htm>
 Estúdio/Distrib.: Grupo Paris Filmes
 Direção: Ugo Giorgetti
- 3) Filme: Edukators
 Direção: Hans Weingartner
 Elenco: Daniel Brühl, Julia Jentsch e Stipe Erceg.
 Duração: 126 minutos
 Ano de lançamento (Alemanha): 2004
- 4) Título Original: La ville est tranquille
 Ano: 2000
 Elenco: Ariane Ascaride, Jean-Pierre Darroussin, Gérard Meylan
 Gênero: Drama
 Extras: Sinopse - Ficha Técnica
 País: França
 Formato de tela: Widescreen
 Áudio: Dolby Digital 2.0
 Região: ALL
- 5) Título: The O. C. _ temporada 1, 2, 3, 4
 Produção: Bob DeLaurentis, Josh Schwartz McG

Gênero: Drama

Elenco: Peter Gallagher, Ben Mckenzie, Mischa Barton, Rachel Bilson, Adam Brody, Melinda Clarke, Kelly Rowan

Duração: 1.089 minutos

Quantidade de episódios: 25

Ano de lançamento: 2004/2005/2006

País de origem: EUA

LEITURA COMPLEMENTAR

- 1) Só de sacanagem – Elisa Lucinda: formada em jornalismo, chegou a exercer a profissão, porém em 1986 mudou-se para o Rio disposta a seguir a carreira de atriz.
- 2) Sobre política e jardinagem – Rubens Alves: é psicanalista e escritor, professor emérito da Unicamp.
- 3) Justo Castigo – Millôr Fernandes: escritor, cartunista e humorista.
- 4) O Operário em construção - Vinicius de Moraes: poeta brasileiro. Contribuiu com seus versos para dar um sentido elevado e criativo à música popular brasileira.
- 5) Tirinhas da Mafalda: personagem do cartunista argentino Quino, que nasceu em 1964.
- 6) Calvin & Hobbes: personagens do escritor, desenhista e cientista político Bill Watterson.
- 7) Eu, etiqueta – Carlos Drumond de Andrade: escritor. – Corpo. 10 ed. Rio de Janeiro: Record, 1997. p. 85-7.
- 8) Para entender o Brasil - Organização de Luiz Antonio Aguiar. Alegro, 2001. Texto: “O cinismo de (todos) nós”.

SUGESTÃO DE MÚSICAS

- 1) A Minha Alma - O Rappa
- 2) Candidato Caô Caô - O Rappa
- 3) Favela - O Rappa
- 4) 500 Anos de Sobrevivência - Gabriel Pensador
- 5) Racismo É Burrice (nova versão de Lavagem Cerebral) - Gabriel Pensador
- 6) Liberdade - Malha Funk
- 7) Comida - Titãs
- 8) Eu sou egoísta - Raul Seixas

AUTOATIVIDADE

- 1) Observe a tirinha da Mafalda e faça o exercício:



Fonte: http://clubedamafalda.blogspot.com/2006_01_01_clubedamafalda_archive.html -

Você é o presidente da República Federativa do Brasil e terá que propor mudanças na Educação, Saúde e Segurança Pública:

- através de tópicos elabore propostas de mudanças;
- exponha o resultado em cartaz para a turma e o professor;
- sugestão: sortear o cargo de presidente, o sorteado terá que montar sua equipe de trabalho, não podendo trocar perante dificuldades.

2) Observe a tirinha da Mafalda e faça o exercício:



Fonte: http://clubedamafalda.blogspot.com/2006_01_01_clubedamafalda_archive.html -

Realmente se faz necessário estudar os clássicos da Sociologia para a compreensão da sociedade? Em equipe analisem a vida acadêmica dos três últimos presidentes do Brasil, quem os influenciou e como isso direcionou o rumo econômico e social do povo brasileiro.

3) Observe a tirinha da Mafalda e faça o exercício:



Fonte: http://clubedamafalda.blogspot.com/2006_01_01_clubedamafalda_archive.html -

Numa equipe de quatro pessoas façam uma pesquisa sobre as políticas públicas nos dois últimos governos. Reflitam e debatam em grupo se de fato elas foram articuladas para o combate à pobreza e se atingiram os objetivos propostos. Escrevam um texto sobre as suas sugestões e conclusões.

- 4) Após ler o texto reflita e responda se é realmente importante compreender a importância da Sociologia para compreendermos a sociedade em que vivemos?

SOBRE POLÍTICA E JARDINAGEM

Rubem Alves

De todas as vocações, a política é a mais nobre. Vocação, do latim *vocare*, quer dizer chamado. Vocação   um chamado interior de amor: chamado de amor por um ‘fazer’. No lugar desse ‘fazer’ o vocacionado quer ‘fazer amor’ com o mundo. Psicologia de amante: faria, mesmo que não ganhasse nada.

‘Política’ vem de *polis*, cidade. A cidade era, para os gregos, um espaço seguro, ordenado e manso, onde os homens podiam se dedicar   busca da felicidade. O político seria aquele que cuidaria desse espaço. A voca o política, assim, estaria a serviço da felicidade dos moradores da cidade.

Talvez por terem sido nômades no deserto, os hebreus não sonhavam com cidades: sonhavam com jardins. Quem mora no deserto sonha com oases. Deus não criou uma cidade. Ele criou um jardim. Se perguntássemos a um profeta hebreu ‘o que   política?’, ele nos responderia, ‘a arte da jardinagem aplicada às coisas públicas’.

O político por voca o   um apaixonado pelo grande jardim para todos. Seu amor   tão grande que ele abre mão do pequeno jardim que ele poderia plantar para si mesmo. De que vale um pequeno jardim se   sua volta está o deserto?   preciso que o deserto inteiro se transforme em jardim.

Amo a minha voca o, que   escrever. Literatura   uma voca o bela e fraca. O escritor tem amor mas não tem poder. Mas o político tem. Um político por voca o   um poeta forte: ele tem o poder de transformar poemas sobre jardins em jardins de verdade. A voca o política   transformar sonhos em realidade.   uma voca o tão feliz que Platão sugeriu que os políticos não precisam possuir nada: bastar-lhes-ia o grande jardim para todos. Seria indigno que o jardineiro tivesse um espaço privilegiado, melhor e diferente do espaço ocupado por todos. Conheci e conheço muitos políticos por voca o. Sua vida foi e continua a ser um motivo de esperança.

Voca o   diferente de profissão. Na voca o a pessoa encontra a felicidade na própria ao. Na profissão o prazer se encontra não na ao. O prazer está no ganho que dela se deriva. O homem movido pela voca o   um amante. Faz amor com a amada pela alegria de fazer amor. O profissional não ama a mulher. Ele ama o dinheiro que recebe dela.   um gigol .

Todas as voca es podem ser transformadas em profissões O jardineiro por voca o ama o jardim de todos. O jardineiro por profissão usa o jardim de todos para

construir seu jardim privado, ainda que, para que isso aconteça, ao seu redor aumente o deserto e o sofrimento.

Assim é a política. São muitos os políticos profissionais. Posso, então, enunciar minha segunda tese: de todas as profissões, a profissão política é a mais vil. O que explica o desencanto total do povo, em relação à política. Guimarães Rosa, perguntado por Günter Lorenz se ele se considerava político, respondeu: 'Eu jamais poderia ser político com toda essa charlatanice da realidade... Ao contrário dos 'legítimos' políticos, acredito no homem e lhe desejo um futuro. O político pensa apenas em minutos. Sou escritor e penso em eternidades. Eu penso na ressurreição do homem.' Quem pensa em minutos não tem paciência para plantar árvores. Uma árvore leva muitos anos para crescer. É mais lucrativo cortá-las.

Nosso futuro depende dessa luta entre políticos por vocação e políticos por profissão. O triste é que muitos que sentem o chamado da política não têm coragem de atendê-lo, por medo da vergonha de serem confundidos com gigolôs e de terem de conviver com gigolôs.

Escrevo para vocês, jovens, para seduzi-los à vocação política. Talvez haja jardineiros adormecidos dentro de vocês. A escuta da vocação é difícil, porque ela é perturbada pela gritaria das escolhas esperadas, normais, medicina, engenharia, computação, direito, ciência. Todas elas, legítimas, se forem vocação. Mas todas elas afunilantes: vão colocá-los num pequeno canto do jardim, muito distante do lugar onde o destino do jardim é decidido. Não seria muito mais fascinante participar dos destinos do jardim?

Acabamos de celebrar os 500 anos do descobrimento do Brasil. Os descobridores, ao chegar, não encontraram um jardim. Encontraram uma selva. Selva não é jardim. Selvas são cruéis e insensíveis, indiferentes ao sofrimento e à morte. Uma selva é uma parte da natureza ainda não tocada pela mão do homem. Aquela selva poderia ter sido transformada num jardim. Não foi. Os que sobre ela agiram não eram jardineiros. Eram lenhadores e madeireiros. E foi assim que a selva, que poderia ter se tornado jardim para a felicidade de todos, foi sendo transformada em desertos salpicados de luxuriantes jardins privados onde uns poucos encontram vida e prazer.

Há descobrimentos de origens. Mais belos são os descobrimentos de destinos. Talvez, então, se os políticos por vocação se apossarem do jardim, poderemos começar a traçar um novo destino. Então, ao invés de desertos e jardins privados, teremos um grande jardim para todos, obra de homens que tiveram o amor e a paciência de plantar árvores a cuja sombra nunca se assentariam.

Há descobrimentos de origens. Mais belos são os descobrimentos de destinos. Talvez, então, se os políticos por vocação se apossarem do jardim, poderemos começar a traçar um novo destino. Então, ao invés de desertos e jardins privados, teremos um grande jardim para todos, obra de homens que tiveram o amor e a paciência de plantar árvores a cuja sombra nunca se assentariam.

Fonte: ALVES, R. **Sobre política e jardinagem**. Disponível em: <google.com/sobre política e jardinagem>. Acesso em: 28 ago. 2006.

5) Você acha que a corrupção é uma das consequências da democracia, ou é um fato histórico e independente desta? Em grupo elabore um texto dissertativo sobre o questionamento.

Leia a poesia escrita por Elisa Lucinda “Só de Sacanagem” e cante ou leia a música “500 anos de sobrevivência”, de Gabriel o Pensador, como base para a discussão e elaboração do texto dissertativo.

Só de Sacanagem

Elisa Lucinda – fonte: google.com

Meu coração está aos pulos!
 Quantas vezes minha esperança será posta à prova?
 Por quantas provas terá ela que passar?
 Tudo isso que está aí no ar, malas, cuecas que voam
 entupidas de dinheiro, do meu dinheiro, que reservo
 duramente para educar os meninos mais pobres que eu, para cuidar gratuitamente da saúde deles e dos seus pais, esse dinheiro viaja na bagagem da impunidade e eu não posso mais.
 Quantas vezes, meu amigo, meu rapaz, minha confiança vai ser posta à prova?
 Quantas vezes minha esperança vai esperar no cais?
 É certo que tempos difíceis existem para aperfeiçoar o aprendiz, mas não é certo que a mentira dos maus brasileiros venha quebrar no nosso nariz.
 Meu coração está no escuro, a luz é simples, regada ao conselho simples de meu pai, minha mãe, minha avó e dos justos que os precederam: "Não roubarás", "Devolva o lápis do coleguinha",
 "Esse apontador não é seu, minha filhinha".
 Ao invés disso, tanta coisa nojenta e torpe tenho tido que escutar.
 Até hábeas corpus preventivo, coisa da qual nunca tinha visto falar e sobre a qual minha pobre lógica ainda insiste: esse é o tipo de benefício que só ao culpado interessará.
 Pois bem, se mexeram comigo, com a velha e fiel fé do meu povo sofrido, então agora eu vou

500 anos de sobrevivência

Gabriel o Pensador – fonte: google.com

500 anos de vida,
 500 anos de sobrevivência,
 500 anos de história,
 500 anos de experiência,
 500 anos de batalhas, derrotas e vitórias,
 Desordem e progresso, fracasso, sucesso,
 Dor e alegria, tristeza e paixão,
 500 anos de trabalho,
 e a obra ainda está em construção,
 A luta continua, a vida continua,
 Apesar do sangue que escorre,
 O guerreiro não se cansa e acredita na mudança,
 Porque a esperança é última que morre.
 Será só imaginação?
 Será que nada vai acontecer?
 Será que é tudo isso em vão?
 Será que vamos conseguir vencer?
 Eu odeio tudo isso mas eu tenho que saber,
 O que eu leio no jornal e eu vejo na TV,
 Eu odeio tudo isso mais eu tenho que vencer,
 Porque eu tenho um compromisso com a vida e com você,
 O que eu vejo no jornal não me deixa feliz,
 Mas não mudo de canal e não mudo de país,
 Eu tenho medo, porque o medo está no ar,
 Mas ainda é cedo pra deixar tudo pra lá,
 Não adianta ficar aqui á toa,
 Só esperando pra ouvir notícia boa,
 O que se planta é o que se colhe,
 O futuro é um presente que a gente mesmo escolhe,
 A semente já está no nosso chão,
 Agora é só regar com a mente e o coração,
 A transformação da revolta em amor,
 Faz a água virar vinho e o espinho virar flor,

sacanear:

mais honesta ainda vou ficar.

Só de sacanagem!

Dirão: "Deixa de ser boba, desde Cabral que aqui todo o mundo rouba" e eu vou dizer: Não importa, será esse o meu carnaval, vou confiar mais e outra vez. Eu, meu irmão, meu filho e meus amigos, vamos pagar limpo a quem a gente deve e receber limpo do nosso freguês. Com o tempo a gente consegue ser livre, ético e o escambau.

Dirão: "É inútil, todo o mundo aqui é corrupto, desde o primeiro homem que veio de Portugal".

Eu direi: Não admito, minha esperança é imortal.

Eu repito, ouviram? IMORTAL!

Sei que não dá para mudar o começo mas, se a gente

quiser, vai dar para mudar o final!

Será só imaginação?

Será que nada vai acontecer?

Será que é tudo isso em vão?

Será que vamos conseguir vencer?

Não adianta ficar aqui é toa,

Só esperando pra ouvir notícia boa,

O que se planta é o que se colhe,

O futuro é um presente que a gente mesmo escolhe,

A semente já está no nosso chão,

Agora é só regar com a mente e o coração,

A transformação da revolta em amor,

A transformação...

Será só imaginação?

Será que nada vai acontecer?

Será que é tudo isso em vão?

Será que vamos conseguir vencer?

Nem todos que sonharam conseguiram, mas pra conseguir é preciso sonhar.

UNIDADE II

PRECURSORES DA SOCIOLOGIA

INTRODUÇÃO

Neste texto, busca-se dar uma visão geral de como os precursores da Sociologia pensaram a sociedade capitalista e de como cada um ao seu modo legou um viés, um olhar, um sentido, demonstrando-nos principalmente que a diferença contribui para o desenvolvimento das relações, sejam sociais, políticas, científicas, econômicas, ambientais, culturais ou mesmo individuais. Não obstante, ressalta-se nossa simpatia e mesmo esperança de que a visão sociológica, a especificidade sociológica, tem muito não só a dizer, mas também a fazer neste mundo de tantos conflitos, antagonismos, guerras, desigualdades, mas também num mundo onde se busca sorrir, criar, sonhar, agir, rebelar e revelar. Não revelar um mundo abstrato e pueril, mas um mundo cotidiano, muita vezes algoz, noutras acolhedor. Crê-se que este seja o papel do professor, especialmente o de Sociologia. Terminar-se-á este texto com uma frase de Barbier (apud Kruppa, 2000, p. 41):

Todo professor lúcido, e mais ainda o sociólogo, se pergunta o quê e como ensinar. A maioria logo reprime estas perguntas; outros procuram afogá-las no conservadorismo reprodutor da ordem social, ou inversamente, no revolucionarismo de um futuro promissor. O pesquisador dialético vai encará-las como um sistema de contradições em movimento.

OBJETIVOS

- Apresentar o pensamento sociológico clássico.
- Compreender a importância do papel desempenhado por Marx, Durkheim e Weber e suas teorias.

PROFESSORES COAUTORES

Emerson Martins

Fernanda Hammes

Gilberto Sadowsky

Gisele Silva Sartor

Marinelva Regina Martini Stumpf

Silvana Marta Mick Frigo

Sonia Margareth Gonçalves

OS PRECURSORES DA SOCIOLOGIA: A GÊNESE DA CIÊNCIA DO SOCIAL

O mundo hoje está passando por transformações dramáticas: há um aumento das taxas de desemprego, ocorrendo uma transferência dos empregos para países com mão de obra mais barata; um aumento dos conflitos étnicos; maior concentração de riqueza na “mão” de poucas pessoas; pandemias; destruição do ecossistema; aumento da fome e da miséria; modificações nos papéis sociais dos homens e da mulher; um aumento do sectarismo e várias outras mudanças.

Assim, é importante indagarmos acerca do conhecimento produzido pelos clássicos da Sociologia, abrindo a possibilidade do exercício da crítica, ou seja, da nossa capacidade de problematizar criticamente a sociedade em que vivemos.

Os clássicos são fundamentais para o entendimento da atualidade. Como diria o escritor George Orwell: “Quem controla o passado, controla o futuro. Quem controla o presente, controla o passado”.

AUGUSTO COMTE: O AMOR POR PRINCÍPIO, A ORDEM POR BASE, O PROGRESSO POR FIM

Ora, cada um de nós, contemplando sua própria história, não se lembra de que foi sucessivamente, no que concerne às noções mais importantes, teólogo em sua infância, metafísico em sua juventude e físico em sua virilidade?
Augusto Comte

No princípio tudo era escuridão e no oitavo dia criou-se o positivismo. A Europa do século XIX estava mergulhada no caos social, por assim dizer. A mudança do modo de produção criou inúmeras situações para as quais não se tinha nem experiência e tampouco possibilidades de entendê-las e superá-las. Em contrapartida, as ciências naturais alcançavam um grau de desenvolvimento fantástico. A química, a física, a astronomia, a matemática decifravam como nunca as possibilidades do universo material. A filosofia buscava respostas às questões contemporâneas, mas a realidade se impunha às ideias, os movimentos eram mais rápidos que as elucubrações. Fazia-se imediatamente necessário criar um método científico de estudo da sociedade que respondesse às exigências de um mundo pós-iluminista. Com o intuito de entender as transformações sociais, suas consequências para a sociedade e o futuro desta que emergira com a Revolução Gloriosa, Industrial, Americana e Francesa, em 1826, Auguste Comte (1798-1857) cria o *Curso de Filosofia Positiva*. De 1830 a 1842, Comte publica a primeira versão de tal curso em seis volumes. Dedicou-se no quinto volume do livro à ideia de fundar uma disciplina dedicada ao estudo científico da sociedade.

Física Social foi o nome dado por Comte à disciplina que buscava entender os significados do social. Este nome não só representa o ideal de ciência de então, mas também evidencia a preocupação do pensador de que seus estudos fossem reconhecidos como resultados de uma ciência moderna. Em 1836, ele alterou o nome para *Sociologia*, do latim “socius” e do grego “logos”.

Comte é o primeiro a propor que a filosofia do Positivismo, principal enfoque científico em voga na época, fosse aplicada à realidade social. Ele propõe a Teoria dos Três Estados, no *Curso de Filosofia Positiva* (1853) que seriam o estado teológico, o estado metafísico e o estado positivo.

No estado teológico, o espírito humano se liga a explicações sobrenaturais e transcendentais para as anomalias aparentes do Universo. Já o estado metafísico

constitui-se na modificação geral deste primeiro: os agentes sobrenaturais são substituídos por forças abstratas, verdadeiras entidades (abstrações personificadas, os mitos) inerentes aos diversos seres do mundo, e concebidas como capazes de engendrar por elas próprias todos os fenômenos observados, cuja explicação consiste, então, em determinar para cada um uma entidade correspondente.

Enfim, no estado positivo, o espírito humano, reconhecendo a impossibilidade de obter noções absolutas, renuncia a procurar a origem e o destino do Universo, a conhecer as causas íntimas dos fenômenos, para preocupar-se unicamente em descobrir, graças ao uso bem combinado do raciocínio e da observação, suas leis efetivas, a saber, suas relações invariáveis de sucessão e de similitude. A explicação dos fatos, reduzida então a seus termos reais, resume-se de agora em diante na ligação estabelecida entre os diversos fenômenos particulares e alguns fatos gerais, cujo número o progresso da ciência tende cada vez mais a diminuir. Segundo Silva e Paulini,

para Comte, no estado positivo o pensamento humano ganharia coerência racional à qual ele estivera sempre destinado. Nesse sentido, o positivismo depois de implementado em sua plenitude se tornaria a expressão do poder espiritual da sociedade moderna, funcionando como o regulador das relações sociais (2005, p. 7).

O positivismo causou forte repercussão; traços positivistas são facilmente percebidos em diferentes atividades da vida humana, principalmente na sociedade ocidental, e especialmente aqui no Brasil.

AUTOATIVIDADE

Objetivo: identificar as influências do positivismo no Brasil a partir de meados do século XIX até os dias atuais.

Desenvolvimento das atividades: O professor sugerirá uma pesquisa que busque identificar tais influências. Para auxiliar neste processo citaremos alguns destes eventos, colocados por Silva e Paulini (2005, p. 7-8):

O pensamento positivista chegou ao Brasil por volta de 1850, e foi trazido por brasileiros que estudaram na França; alguns foram até alunos de Comte. A partir deste ano, torna-se mais evidente na Escola Militar, depois no Colégio Pedro II, na Escola da Marinha, na Escola de Medicina e na Escola Politécnica, no Rio de Janeiro. Já o

positivismo como forma de religião se destaca no Apostolado Positivista, a partir de 1881, criado por Miguel Lemos e Raimundo Teixeira.

A doutrina positivista acabou moldando-se ao país, sendo aceita por um grupo reduzido de estudiosos. Com destaque para a atuação doutrinária de Benjamin Constant Botelho de Magalhães (1833-1891), professor da Escola Militar e defensor do princípio positivista de valorização do ensino para que fosse alcançado um estado democrático. Entretanto, se para Comte o ensino, na Europa, deveria se destinar às camadas pobres, no Brasil acontece o contrário, os ensinamentos positivistas se restringiram aos poucos que estudavam nas escolas militares.

A filosofia positivista tornou-se fundamental no debate político brasileiro no século XIX, porque o regime republicano foi instalado sob sua base teórica. Podemos considerar o dia 15 de novembro como o apogeu do pensamento positivista no Brasil, devido ao enorme número de adeptos de Comte que assumiram cargos importantes no governo de Benjamin Constant.

Dentre as numerosas influências do positivismo no Brasil podemos destacar, entre elas, o lema Ordem e Progresso da bandeira; a separação da Igreja e do Estado; o decreto dos feriados; o estabelecimento do casamento civil e o exercício da liberdade religiosa e profissional; o fim do anonimato da imprensa; a revogação das medidas anticlericais e a reforma educacional (Sêga, 2004).

É indiscutível a influência do positivismo na Proclamação da República e na formação intelectual dos militares. Também esteve presente na organização estatal elaborada por Vargas e no seu projeto burguês de desenvolvimento para o país, e na tomada de poder pelos militares em 1964.

No próximo tópico, abordaremos os estudos do francês Émile Durkheim. A importância deste autor para as Ciências Sociais é indiscutível, pois ele criou uma série de conceitos utilizados até hoje na Sociologia, mesmo que polemicamente.

ÉMILE DURKHEIM: DO POSITIVISMO FILOSÓFICO ÀS REGRAS DO MÉTODO SOCIOLOGICO

[...] se não me submeto às convenções do mundo, se, ao vestir-me, não levo em conta os costumes observados em meu país e em minha classe, o riso que provoço, o afastamento em relação a mim produzem, embora de maneira mais atenuada, os mesmos efeitos que uma pena propriamente dita.

Émile Durkheim

O primeiro grande sociólogo francês foi Émile Durkheim, nascido em 15 de agosto de 1858, na cidade de Epinal, no noroeste da França, próximo à fronteira com a Alemanha. Filho de judeus, optou por não seguir o caminho do rabinato. Formou-se em Direito e Economia, porém sua obra inteira é dedicada à Sociologia. Morreu em 15 de dezembro de 1917. Na segunda metade do século XIX, é com Émile Durkheim que a Sociologia obtém *status* de disciplina acadêmica e ciência, tendo com ele se desenvolvido mais propriamente o seu objeto, método e objetivos. Em 1895, escreveria as Regras do Método Sociológico, enfatizando a necessidade de referendar o caráter científico da Sociologia.

A perspectiva metodológica e de análise de Durkheim é influenciada pelo positivismo de Comte e Herbert Spencer. Para Durkheim, a sociedade é superior ao indivíduo: a explicação da vida social é determinada na sociedade, não no indivíduo. Ressalta ele que uma vez criadas pelo homem, as estruturas sociais funcionam de modo isolado dos indivíduos, influenciando suas ações. Identificou a sociedade como um fato *sui generis* e irreduzível a outros, ou seja, os homens passam, mas a sociedade fica. A sociedade age sobre o indivíduo de forma coercitiva, impondo-lhe um conjunto de normas de conduta social. Segundo Silva e Paulini,

se em Comte a Teoria da História pressupunha a passagem contínua das sociedades por etapas, ou estágios de desenvolvimento, que iriam do teológico ao positivo, findando a marcha histórica da humanidade neste, em Durkheim a postura finalista quanto ao devir do processo histórico não muda, apenas sofisticava-se, uma vez que sua compreensão continuou sendo etapista e fatalista, ou seja, seguiu prescrevendo para as civilizações o percurso único e inevitável que as levaria dos estágios inferiores aos superiores de cultura e organização social, que findariam, necessariamente, com o advento da sociedade capitalista industrial (2005, p. 23).

O positivismo deslumbrou-se pela modernidade burguesa, admitindo inclusive que a única coisa que restava ao homem era o aperfeiçoamento por meio das revoluções liberais. No próximo tópico, vamos apresentar como as ideias positivistas buscavam legitimar um contexto histórico recente, o liberal, e justificar suas deficiências. De toda forma, estes conceitos foram as primeiras ideias genuinamente sociológicas e apontavam uma nova direção para a compreensão – não no sentido positivista da palavra – de nossas mazelas, determinismos e expectativas do mundo, especialmente do social.

A GÊNESE DO INDIVIDUALISMO: UMA LEITURA DAS SOLIDARIEDADES EM DURKHEIM

O positivismo filosófico, como se sabe, defendia que a ciência deveria preencher características como o empirismo, a observação rigorosa e a neutralidade. Durkheim, com o objetivo de caracterizar a Sociologia como uma ciência genuína, considerava a sociedade como um organismo vivo, que, portanto, apresentaria manifestações de estados normais e de estados patológicos. No primeiro, a convivência harmônica da sociedade consigo mesma e com as demais sociedades era obtida pelo exercício imperativo do consenso social. Já o segundo, o patológico, seria caracterizado por fatos que colocassem em risco essa harmonia, os acordos de convivência, o consenso e, portanto, a adaptação e a evolução histórica natural da sociedade. A Sociologia, neste sentido, seria um instrumento científico da busca de soluções para os desvios da vida social, tendo, assim, uma finalidade dupla: além de explicar os códigos de funcionamento da sociedade, teria como missão intervir nesse funcionamento por meio da aplicação de antídotos que pudessem mitigar os males da vida social. Em suma, seria uma medicina do social. Há ainda para Durkheim o caso anômico, no qual a sociedade se confrontaria com situações de ausência de regras para determinadas situações, fatos ou fenômenos que poderiam provocar um desequilíbrio, uma crise total, um colapso no sistema social.

Em seu livro “As regras do método sociológico”, Durkheim criaria a especificidade e o objeto científico propriamente da Sociologia: os fatos sociais. Para ele, é por meio da análise dos fatos sociais que se pode explicar os códigos de funcionamento da sociedade. O fato social deve ser observado como “coisa”, mais uma influência do positivismo. Durkheim afirma que o fato social é “toda a maneira de agir, fixa ou não, suscetível de exercer sobre o indivíduo uma coerção exterior, que é geral na extensão de uma sociedade dada, apresentando uma existência própria, independente das manifestações individuais que possa ter” (1972, p. 11).

Na concepção durkheimiana, o modo como o homem age é sempre condicionado pela sociedade. Os homens ao longo de sua vida adquirem uma consciência individual, digamos psicológica, mas também adquirem uma consciência relativa ao seu grupo, um conglomerado de valores e normas (o direito, os costumes, as crenças religiosas e políticas, os sistemas financeiros e outros) que formam uma base,

da qual todos os indivíduos se interam, pelo menos em parte, agindo de forma coercitiva, influenciando as formas de ação destes indivíduos no seu meio social.

Os fatos sociais possuem três características fundamentais: a coerção, a exterioridade e a generalidade. A coerção seria estabelecida pelas sanções a que os indivíduos estariam sujeitos a partir do momento em que não se conformassem com as regras sociais. A exterioridade seria a atuação dos fatos sociais sobre os indivíduos independentemente de sua vontade ou de sua adesão consciente; são a manifestação de momentos e estruturas sociais anteriores e exteriores aos indivíduos. E, por fim, a generalidade, ou seja, somente é social o fato que é geral, que se repete em todos os indivíduos ou, pelo menos, na maioria deles, manifestando sua natureza coletiva ou um estado comum ao grupo, como as formas de habitação, de comunicação, os sentimentos e a moral.

Tal metodologia durkheimiana fundou o método sociológico. Por meio de um trabalho empírico intitulado “O suicídio”, Durkheim evidenciará como o método sociológico é possível analisando o fenômeno do suicídio na sociedade industrial do século XIX. Ele queria saber por que as taxas de suicídio apresentavam padrões tão diferentes, quando se comparavam regiões geográficas, religiões, número de filhos, etc. Sua tese é que o suicídio é um fato social e que, portanto, deveria ser explicável por meio de outro fato social. Com o uso da estatística e do método comparativo, Durkheim explicará que tal variação estava diretamente relacionada com o grau de integração, concluindo que, quanto maior o grau de integração do indivíduo numa comunidade ou grupo familiar, menores eram os índices de suicídio. Sua grande inovação com o estudo do suicídio foi desmistificar que fenômenos aparentemente não sociais podem ser compreendidos a partir de fatos sociais como a religião, situações econômicas, etc.

Durkheim é um “evolucionista”, porque defendia que a sociedade seria cada vez mais justa e o indivíduo alcançaria sua “felicidade” a partir de “um sentimento de solidariedade”, que viria conjuntamente com uma “nova ordem moral”. A partir desse pressuposto, acreditava que a Sociologia tinha também como objetivo a comparação das sociedades, instituindo um novo campo de estudo, a morfologia social, atividade extremamente ligada aos princípios empiristas.

Neste contexto metodológico, Durkheim desenvolverá uma teorização sobre a existência de dois tipos de solidariedade, a mecânica e a orgânica, derivadas do processo de divisão social do trabalho que, no caso do capitalismo, proporcionou a formação da estrutura de produção industrial que incentivava e levava ao exercício de

uma nova forma de solidariedade entre os homens, impelindo-os a uma interdependência e não aos conflitos sociais, a uma organicidade das relações, conferindo aos indivíduos maior autonomia pessoal e emancipando-os da tutela dos antigos costumes vigentes nas formas anteriores de organização produtiva. Essa nova interdependência funcional, derivada da ultraespecialização, é que os afastaria dos choques sociais.

Em contrapartida, a solidariedade encontrada nas sociedades feudais e tribais era muito mais mecânica, no sentido de que a dependência dos indivíduos era muito maior, dando um papel à consciência coletiva também maior. Na solidariedade mecânica, os códigos de identificação social dos indivíduos eram diretos e se davam por meio dos laços familiares, religiosos, de tradição e costumes, sendo completamente autônomos em relação ao problema da divisão social do trabalho, que não interferiria nos mecanismos de constituição da solidariedade.

Para Durkheim, no capitalismo os antigos laços diretos da consciência coletiva se afrouxariam, conferindo aos indivíduos maior autonomia pessoal e cedendo espaço aos mecanismos de controle social indiretos, definidos por sistemas e códigos de conduta consagrados na forma da lei.

Sabe-se que as instituições educacionais são altamente liberais, por essência e existência, tendo um cunho “naturalmente” positivista. Neste sentido, afirma Kruppa,

para Durkheim, a educação tem a função fundamental de conservação da sociedade: ela “tem por objeto superpor ao ser que somos ao nascer, individual e associal, um ser inteiramente novo”. “É uma ilusão acreditar que podemos educar nossos filhos como queremos”, afirma ele, pois a visão da sociedade determina totalmente o que será o indivíduo. Durkheim afirma, portanto, o determinismo social sobre os indivíduos (2000, p. 55).

No próximo tópico, abordaremos os estudos do alemão Karl Marx, que desenvolveu conceitos que alteram a forma de ver como a sociedade se transforma e como estão delineadas as formas de dominação, residindo especialmente na sua crítica às formas de exploração dos indivíduos por meio dos sistemas socioeconômico-políticos.

AUTOATIVIDADE

Objetivo: proporcionar o estranhamento de situações cotidianas e relacioná-las ao desenvolvimento do capitalismo.

Desenvolvimentos das atividades: As questões abaixo devem ser trabalhadas independentemente por grupos de alunos. Após a pesquisa, o material poderia ser socializado por meio de *workshops*. Seguem os temas para as provocações:

A partir do desenho de um corpo humano, procure fazer as relações entre as partes biológicas equivalentes ao corpo social: exemplo, o Estado seria o cérebro. Pode-se ainda identificar as principais doenças, patologias, ocorridas no corpo social. Compare ainda a relação entre a Medicina e a Sociologia (aqui você poderá evidenciar as ligações do início da Sociologia às ciências naturais).

Busque o exemplo de uma fábrica local e numa saída de campo procure observar a fragmentação e a especialização nas relações de trabalho. Para otimizar o entendimento, sugerimos também que os alunos possam observar trabalhos artesanais (aqui você discute vários pontos interessantes como: a forma de produção pré-capitalista; as formas de produção capitalista; os processos de alienação no trabalho; as novas doenças de trabalho; o trabalho artesanal como alternativa à alienação e exploração; e ainda reforça a própria divisão social do trabalho). É interessante também uma comparação com a fragmentação do conhecimento, especialmente o institucionalizado, como a escola.

Sugerimos que os processos de avaliação escolares sejam analisados sob a luz das questões positivistas. É importante que o professor procure destacar as questões punitivas e coercitivas nos contextos escolares. Pode-se ainda discutir se há uma crise na educação e em caso afirmativo em que medida isto estaria vinculado às questões de solidariedade.

Analise a escravidão e a abolição em relação às solidariedades mecânica e orgânica. Procure destacar como os processos sociais são vistos em cada uma das etapas. Estimule seu aluno a compreender que a ideia de indivíduo modifica-se ao longo das transformações históricas. Destaque ainda suas ligações com o capitalismo, o imigrantismo europeu e as ideias iluministas de igualdade, liberdade e fraternidade. Obviamente, estas ideias sempre devem ser apresentadas de forma crítica e destacando seu potencial ideológico. Sugere-se que este tema seja uma passagem para o início das discussões das ideias marxistas.

KARL MARX

Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência.

Karl Marx

Karl Marx nasceu no dia 5 de maio de 1818, em Trier, província alemã do Reno. Economista, filósofo, historiador, sociólogo e socialista, Marx morreria em 14 de março de 1883. Na cerimônia de enterro, estiveram presentes amigos e representantes operários de vários países. Ainda hoje, quem for ao cemitério de Highgate poderá ler na lápide, ou quem sabe até ouvir a palavra de ordem do manifesto: “Operários de todos os países, uni-vos!”

Inicialmente, Marx seguiu os passos do pai, estudando Direito em Bonn e Berlim, onde encontrou sua futura mulher, a aristocrata Jenny Von Westphalen. Sua trajetória o levou a Colônia, Paris, Bruxelas – onde publicou com Engels o Manifesto Comunista, de 1848 – até ser forçado ao exílio em Londres, pelo governo da Prússia, em 1849. Marx viveu na capital britânica pelo resto da vida. Em Londres, morou em Soho, depois em Kentish Town.

Marx possuía amplo conhecimento de economia, talvez o homem que mais entendia as relações econômicas de sua época, influenciando o cenário político-econômico do século XIX e XX. Derivado deste conhecimento, escreverá seu trabalho mais influente, O Capital. Apenas o primeiro volume do livro foi publicado enquanto Marx ainda vivia; os demais foram editados por Engels, após a morte de Marx em 1883. Outro trabalho que teve grande influência foi o “Manifesto Comunista”, de 1848.

Diferentemente de Comte, Marx era discreto quanto à ideia de que a Sociologia pudesse englobar leis gerais e externas como aquelas das ciências naturais. Para Marx, cada época histórica é construída em torno de um tipo específico de produção econômica, organização de trabalho e controle de propriedade, criando sua própria dinâmica.

No próximo item, tratar-se-á dos conceitos desenvolvidos por Marx, os quais buscavam entender esta concepção, diga-se, materialista, histórica e dialética.

A TEORIA MARXIANA E O MARXISMO

Marx contribuiu para que a Sociologia assumisse uma postura mais crítica diante da realidade social. Ele buscou desmascarar, de seu ponto de vista, o capitalismo e criar um novo sistema que superasse o capitalista. Marx buscou ainda unir a teoria e a prática. A maioria de suas obras aborda filosofia, política, história, religião e economia, constituindo-se em um pensamento altamente complexo.

É importante destacar que há uma sutil diferença entre o que Marx escreveu, chamado por alguns como Teoria Marxiana, e o que se escreveu sobre os seus escritos, o chamado Marxismo, do qual trataremos aqui.

O marxismo constitui-se na adaptação da teoria marxiana pelos cientistas sociais e pelos próprios pensadores marxistas, envolvidos com o movimento socialista, com o intuito de repensar os fundamentos epistemológicos e os procedimentos metodológicos da Sociologia. Dessa adaptação, pode-se verificar que tanto a teoria filosófica como a teoria da análise da sociedade criaram dois pressupostos importantíssimos: o materialismo dialético e o materialismo histórico, respectivamente.

Em primeiro lugar, trataremos do materialismo, que diz respeito à opinião segundo a qual a matéria em movimento é o elemento constitutivo fundamental do universo, diferentemente do idealismo dialético de Hegel. O materialismo de Marx implica o estudo da vida econômica e social do homem e da influência do estilo real da vida deste em seus pensamentos e sentimentos. O quadro abaixo, de Aranha & Martins (1999, p.121), apresenta uma proposta didática para a compreensão de posições filosóficas diferentes e importantes para entender as grandes inovações e contribuições de Marx.

IDEALISMO

1. O espírito é eterno, infinito, primeiro; a matéria deriva dele.
2. Os fenômenos do universo são devidos à intervenção de quaisquer espíritos ou forças imateriais.
3. O movimento, o dinamismo, a atividade, o poder criador são unicamente da competência do espírito.
4. O conhecimento não atinge “a coisa em si”, a matéria é impenetrável pelo conhecimento.

MATERIALISMO

1. A matéria é eterna, infinita, primeira; o espírito deriva dela.
2. Os fenômenos do universo são os diversos aspectos da matéria em movimento.
3. O movimento é a propriedade fundamental da matéria. O mundo é eterno.
4. O mundo é cognoscível.

5. A vida espiritual da sociedade determina a vida material.
5. As ideias sociais são o reflexo do desenvolvimento material objetivo da história.

MATERIALISMO MECANICISTA	MATERIALISMO DIALÉTICO
1. Época: século XIII – Diderot, D’holbach, Helvetius.	1. Época: século XIX – Marx e Engels.
2. Materialismo dito vulgar: estático; a-histórico.	2. Materialismo histórico: dinâmico.
3. O mundo é um conjunto de coisas acabadas.	3. O mundo é um complexo de processos.
4. Antecedentes históricos: a ciência do século XIII não conhecia senão as leis da simples mudança de lugar; as outras formas do movimento não tinham revelado suas leis; explicava-se a vida, o pensamento, a vida pelas leis da mecânica.	4. As mudanças da ciência: o calor, a eletricidade, o magnetismo, os processos químicos, a vida provam que a matéria é capaz, além de movimentos mecânicos, de transformações qualitativas.
5. Determinismo: o homem é produto passivo da matéria: o pensamento é reduzido à secreção do cérebro; o homem é reduzido às necessidades orgânicas elementares (comer, beber, etc.).	5. A consciência no homem tem duplo papel: ela é determinada, mas também reage, determinando; não é pura passividade. A consciência que se tem do determinismo através da ação deste sobre mundo. As ideias são forças ativas.

Fonte: Aranha & Martins (1999, p. 121).

Com isso, podemos pensar outro pressuposto fundamental do marxismo, o método dialético, como o modo de compreender a realidade como contraditória e em permanente transformação, que intenta também buscar as leis internas do desenvolvimento histórico através da identificação das contradições. É baseado no conceito de Dialética, que se diferencia da de Hegel por conta do materialismo; em linhas gerais, ela é um instrumento que visa entender as transformações históricas e sociais a partir do movimento da natureza, da sociedade e do próprio pensamento, em suas relações, em suas contradições e em suas negações. Observe os quadros abaixo, de Sell (2002, p. 156 e 162), no qual podemos também perceber a passagem do idealismo para o materialismo em relação à Dialética:

	Idealismo dialético	Materialismo dialético
TESE	Ideia em si	A realidade é pensamento
ANTÍTESE	Ideia fora de si	A realidade torna-se matéria
SÍNTESE	Ideia em si e para si	A realidade é pensamento e matéria

Fonte: Adaptação de Sell (2002, p. 156 e 162).

Em relação à teoria do materialismo histórico, o trabalho é o elemento básico da sociedade humana, elemento que determina, em última instância, todo o desenvolvimento da sociedade. Diz-nos Marx:

Hoje em dia, tudo parece levar em seu seio sua própria contradição. Vemos que as máquinas, dotadas da propriedade maravilhosa de encurtar e fazer mais frutífero o trabalho humano, provocam a fome e o esgotamento do trabalhador. [...] O domínio do homem sobre a natureza é cada vez maior; mas, ao mesmo tempo, o homem se converte em escravo de outros homens ou de sua própria infâmia. Até a pura luz da ciência parece não poder brilhar mais que sobre o fundo tenebroso da ignorância. Todos os nossos inventos e progressos parecem dotar de vida intelectual as forças produtivas materiais, enquanto reduzem a vida humana ao nível de uma força material bruta (1975, p. 369).

Os pressupostos do materialismo histórico e dialético levaram Marx a direcionar suas observações para o modo de produção (MP). Este, por sua vez, é a maneira como a sociedade organiza a produção de bens necessários à sua sobrevivência. Ele compõe-se das forças produtivas – os homens, a natureza e a técnica – e das relações de produção – homem e homem. Para Marx, houve diferentes modos de produção ao longo da história: o modo de produção antigo estrutura-se em torno da agricultura e da escravidão – senhor antigo/escravo; o modo de produção feudal estrutura-se em torno da agricultura e da servidão – senhor feudal/servo; e o modo de produção liberal estrutura-se em torno da indústria, do trabalho assalariado e da propriedade privada – burguesia/proletariado.

A formação social constitui-se pela infraestrutura e pela superestrutura. O modo de produção é relativo à estrutura econômica da sociedade, no caso a infraestrutura, sobre a qual se ergue uma superestrutura, constituindo-se esta das instituições jurídicas e políticas às quais correspondem formas definidas de consciência social.

Ao analisar as relações na infraestrutura, um dos conceitos principais é o de mais-valia, a qual no capitalismo sofre um processo de desenvolvimento dos métodos para o seu aumento. Marx mostra criticamente que a mais-valia é produzida nas organizações pelo emprego da força de trabalho. No capitalismo a compra da força de trabalho é paga em troca do salário. Neste caso, trabalhando, o operário produz um novo valor, que não lhe pertence e sim ao capitalista. É preciso que ele trabalhe certo tempo para restituir unicamente o valor do salário. Mas isso feito, ele não para, trabalha ainda mais. O novo valor que ele vai produzir agora e que passa então do montante do salário

é a mais-valia. Isto é, para Marx a mais-valia cria no capitalismo uma nova função: produzir lucro sobre o lucro, utilizando-se da exploração da força de trabalho, que se reduz a mercadoria, alienando os homens.

As mercadorias nada mais são que resultados da aplicação da força de trabalho. No capitalismo, para Marx isto se dá de forma perversa. Pois, como já aludido em relação à mais-valia, os processos exploratórios se reforçam neste sistema econômico. A alienação caracteriza-se pela transformação da força de trabalho em mercadoria, tornando o homem um ser sem consciência de si e de sua classe, instituída pela detenção dos meios de produção por um determinado grupo, a burguesia.

Marx dizia que a burguesia ao nascer produziu imediatamente o seu coveiro. Neste sentido, ele esclarece que há um conflito permanente na sociedade, ao qual denomina luta de classes. No caso, os proprietários dos meios de produção, os burgueses, lutam para aumentar seus lucros, enquanto os trabalhadores, proletários, lutam por uma vida mais digna, a demonstrar que as relações no capital se dão por meio de uma atividade antagônica e hostil. Neste sentido, cabe à classe operária fazer a revolução, no sentido de acabar com a propriedade privada, pois com esta torna-se impossível conjurar ambos os interesses. Evidentemente, não há uma homogeneidade na classe dos proletários, fato que dificultaria uma união de todos os trabalhadores em torno de uma luta comum.

As ideias de Marx também abriram caminho para a elaboração de ideias socialistas, ditas científicas, que modificariam para sempre o futuro do planeta. Veríamos no início do século XX o marco inicial histórico do que se chamou socialismo real, com a Revolução Russa de 1917, criando a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, que com o decorrer da história marcaram todo o século XX.

Podemos afirmar que a contribuição teórica de Marx consiste, em síntese, na criação de paradigmas que até o momento não haviam sido discutidos pelo pensamento sociológico. O historiador inglês Eric Hobsbawm analisa os benefícios e os limites da contribuição marxista:

O marxismo tem contribuído de algum modo para entender a História, mas, realmente, não o suficiente. Por exemplo, o marxismo vulgar diz que todas as coisas ocorrem em virtude de fatores econômicos e obviamente isso não é uma explicação adequada. Insisto que o importante é distinguir o marxismo vulgar de uma interpretação mais sofisticada do sentido da obra de Marx ou em verdade de Karl Marx por ele mesmo. Acho que o marxismo pode fazer isso. Hoje podemos

falar sobre isso, como estamos fazendo, porque hoje nós podemos distinguir aqueles trechos das análises marxistas que pareciam ser válidos, mas claramente não o são. Por exemplo, se você realmente lê o Manifesto Comunista de 1848, ficará surpreso com o fato de que o mundo, hoje, é muito mais parecido com aquele que Marx predisse em 1848. A ideia do poder capitalista dominando o mundo inteiro, como também uma sociedade burguesa destruindo todos os velhos valores tradicionais, parece ser muito mais válida hoje do que quando Marx morreu. Por outro lado, por exemplo, a previsão de que a classe trabalhadora ficaria cada vez mais pauperizada não é verdade. Isso não quer dizer que a classe trabalhadora não tenha suficientes boas razões para protestos. Uma coisa interessante que faz a análise marxista bastante moderna é a análise das tendências de longa duração (apud TREVISAN, 1997, p. 2).

Aqui se comunga com Hobsbawm, pois as teorias devem sempre ser analisadas à luz de sua época e, como bem aconselhou Marx, sob a égide da história, ou seja, nenhum conhecimento deve ser dado como absoluto e tampouco relativizado ao extremo. Talvez as discussões sobre a dialética e seu potencial metodológico tenham sido a maior contribuição dos marxistas e ainda a sempre inclinação de buscar respostas às nossas necessidades como sujeitos históricos que, apesar de existirmos sobre o domínio de um todo, também nos é inerente a capacidade de agir ativamente sobre ele.

AUTOATIVIDADE

Objetivo: perceber as influências da teoria marxista na história do século XX.

Desenvolvimento das atividades: a partir da pesquisa, o professor poderá instigar a discussão sobre as influências positivas e negativas no que aprendemos a chamar de mundo moderno. Sugerimos como temas: o socialismo real; a Revolução Russa propriamente; a Guerra Fria; a 2ª Guerra Mundial; a questão do fetiche; a ideologia; as antigas e novas formas de alienação; o consumismo; o surgimento do sindicalismo; a questão da internacionalização dos movimentos sociais; o desenvolvimento industrial e os impactos ambientais, entre outros.

MAX WEBER: A RACIONALIDADE E O DESENCANTAMENTO DO MUNDO

Max Weber nasceu na cidade de Erfurt, na Turíngia, Alemanha, em 21 de abril de 1864. Em 1894 tornou-se professor de economia na Universidade de Freiburg, da qual se transferiu para a de Heidelberg, em 1896. Dois anos depois, sofreu sérias perturbações nervosas que o levaram a deixar os trabalhos docentes, só voltando à atividade em 1903. A partir dessa época, Weber somente leciona aulas particulares, salvo em algumas ocasiões, em que proferia conferências. Seu falecimento ocorreu no dia 14 de junho de 1920, na cidade de Munique.

Para Weber, o objetivo da Sociologia é identificar e entender como e por que nascem as regras na sociedade e como elas funcionam. Neste sentido, ele discorda de Marx, pois afirmava que a análise sociológica deveria ser isenta de juízos de valor, objetiva e neutra em questões morais. Também ao contrário de Marx, para Weber a aparição do capitalismo não surgia unicamente das transformações econômicas, porque as ideias e valores culturais ajudam na constituição de uma sociedade e influenciam as nossas ações individuais. Contudo, Weber estava em consonância com Marx em relação à Sociologia não poder ser como as ciências naturais e formular “leis” universais e eternas.

Max Weber afirmou que a análise sociológica deve ater-se às experiências dos atores e aos sistemas culturais e sociais nos quais os atores estão inseridos. Se em Marx o *status* e o poder simplesmente derivam da classe, para Weber isso nem sempre foi verdadeiro.

Weber preocupou-se com o surgimento e funcionamento do capitalismo, a dominação da vida social pelas burocracias, o poder crescente do Estado, o significado das leis nas relações sociais, os processos de urbanização de populações nas cidades, as consequências dos sistemas de crenças e valores, ou seja, da cultura.

O pensamento weberiano privilegia a parte sobre o todo, uma vez que sua perspectiva pressupõe que o coletivo se origina no individual. Para ele, a sociedade e seus sistemas não pairam acima e não são superiores ao indivíduo. As regras e normas sociais não são analisadas como exteriores à vontade dos indivíduos, como em Durkheim. Muito ao contrário, elas são o resultado de um conjunto complexo de ações individuais, nas quais os agentes escolheriam, a todo o momento, diferentes formas de conduta. As grandes ideias coletivas que norteiam a sociedade, como o Estado, o mercado e as religiões, só existiriam porque muitos indivíduos orientariam

reciprocamente suas ações em determinado sentido comum.

Weber estudou a História de um ponto de vista comparativo e foi um dos principais autores a analisar as problemáticas do funcionamento do capitalismo e da burocracia, além de ter levantado temas fundamentais na área da sociologia da religião.

Sua principal contribuição metodológica para as ciências sociais foi a elaboração do conceito de tipo ideal, que se define pela ênfase, segundo Cohn (1997, p. 8), “em determinados traços da realidade até concebê-los na sua concepção mais pura e consequente, que jamais se apresenta assim nas situações efetivamente observáveis”. Daí esses tipos serem construídos, por necessidade, “no pensamento do pesquisador”, existindo “no plano das ideias sobre os fenômenos e não nos próprios fenômenos” em si.

Do ponto de vista de Weber, o ato de definição do objeto da Sociologia implica a reconstrução do sentido subjetivo original da ação e o reconhecimento de que a visão do observador – o cientista – é sempre parcial. O pensamento weberiano recusa as concepções que atribuem causas únicas para os fenômenos sociais e ressalta o que esse autor denominou de adequação de sentido, ou seja, a necessidade da congruência da ação em duas ou mais esferas da vida social.

Para Weber, a ação social compreende qualquer ação que o indivíduo faz orientando-se pela ação dos outros; sendo dotada e associada a um sentido, sempre é subjetiva. A ação social é representada por tipos ideais e é caracterizada de quatro modos distintos:

i) a ação tradicional é orientada pela tradição, pelos costumes e pelas ações cotidianas;

ii) a ação racional voltada para os fins, os meios e as consequências, ou seja, o indivíduo age conforme sua expectativa em relação à conduta de outros membros da sociedade, por exemplo a ação política;

iii) a ação racional voltada para valores, orientada por princípios ou valores éticos, estéticos, religiosos e morais, sem cálculos prévios ou vínculos diretos com os resultados, residindo seu sentido na própria ação em si, por exemplo as condutas de manifestações religiosas;

iv) finalmente, ação voltada para os afetos e emoções, ligada às motivações determinadas por esses estados vivenciais internos, baseando-se também na própria ação e não nos possíveis resultados.

No campo real, o conjunto complexo das ações dos indivíduos na sociedade

seria configurado por uma mescla diversificada dessas quatro características. Do conceito de ação social deriva o de relação social, que não pode ser confundido com o primeiro. Necessário para que a análise atinja o plano sociológico, esse conceito desdobra o significado da ação individual para o âmbito coletivo, buscando compreender o sentido da ação de grupos de indivíduos em uma direção comum.

Weber entende ser fundamental que o pesquisador exerça um papel ativo diante dos processos pertinentes ao seu trabalho sociológico e à sociedade, mantendo necessariamente uma postura de distanciamento de seu objeto de estudo, de modo a resguardar a cientificidade da abordagem e da compreensão das ações e relações sociais. Esse distanciamento deve ser entendido, todavia, em uma perspectiva diversa da que foi definida pela Sociologia Positivista.

Em relação ao método de análise, é preciso entender que Weber partiu do pressuposto de que um período histórico não engendra nem configura o seguinte, como diz Cohn (1997, p. 14-5), “seja em termos de ‘progresso’ ou de qualquer noção similar, que pressuponha a presença das mesmas causas operando ao longo do tempo em diferentes configurações históricas”. Ou seja, para Cohn, em relação a este tema, “não há uma sequência causal única e abrangente na História e toda causa apontada para um determinado fenômeno será uma entre múltiplas outras possíveis e igualmente acessíveis ao conhecimento científico” (1997, p. 24).

O método comparativo de Weber foi uma saída encontrada por ele para resolver um problema metodológico, no sentido de que fosse possível entender a História, sendo que, como dito, ele considerava que um período histórico não engendra nem configura o seguinte. Desta forma, era necessário um método que permitisse o resgate das peculiaridades de cada período histórico. O estudo comparativo teria por finalidade a caracterização e a compreensão do mundo ocidental moderno em face dos períodos anteriores, uma vez que as peculiaridades de cada período revelariam as causas de suas diferenças em relação a este mundo, pautado pela racionalização. Essa seria a função principal da análise comparativa, ferramenta fundamental da pesquisa histórica, da qual Weber aproveitará principalmente o enfoque hermenêutico.

Outra contribuição importante de Weber foi a elaboração conceitual voltada para a compreensão dos problemas que envolvem a dominação e o poder. Derivam desta elaboração os três tipos:

i) A dominação legal ocorre por meio da burocracia e do direito. Como exemplo podemos citar o Estado Moderno, a empresa capitalista privada, as associações jurídicas

e qualquer instituição que disponha de um quadro administrativo numeroso e hierarquicamente articulado.

ii) A dominação tradicional deriva da crença em instituições cristalizadas e secularizadas, ou seja, a tradição é a base desta dominação.

iii) E por fim, a dominação carismática, que se fundamenta na afeição e numa figura. Este tipo de dominação personifica particularidades mágicas, revelações de heroísmo. Seus principais exemplos são a dominação dos profetas e dos populistas.

A partir desses tipos, Weber buscará demonstrar que o relacionamento entre as esferas da religião e da sociedade não se estabelece pela via institucional: as relações entre esses âmbitos se dariam por meio dos valores, que seriam internalizados pelos indivíduos e convertidos em motivação para sua ação social. Esses motivos, que mobilizariam internamente os indivíduos, seriam conscientes, e a tarefa do cientista social seria descobrir e compreender as conexões existentes entre a motivação dos indivíduos e os efeitos de sua ação no meio social.

No livro “A ética protestante e o espírito do capitalismo”, de 1905, ao lado de sua principal obra, “Economia e sociedade”, de 1922 (póstuma), Weber compõe o núcleo central de seu trabalho. Neles revela-se a preocupação primeira das análises weberianas: compreender a tendência à racionalização progressiva da sociedade moderna.

No primeiro livro, Weber procurou estabelecer o papel exercido pelo *ethos*¹ protestante na determinação do comportamento característico dos indivíduos na sociedade capitalista. Ele verificou que os valores protestantes, entre eles o individualismo, a disciplina, a austeridade, o senso do dever, a inclinação e o apego ao trabalho, passaram a agir fortemente sobre o comportamento dos indivíduos. Em consequência, procurou demonstrar que estava em curso o surgimento de uma peculiaridade histórica do mundo moderno: a formação de um novo tipo de mentalidade racional, vinculada à lógica organizacional do capitalismo e contrária ao caráter contemplativo característico do comportamento católico. Segundo Silva e Paulini,

no intuito de definir o tipo ideal que pudesse caracterizar esse sistema econômico e social, Weber estudou comparativamente as peculiaridades de diversos sistemas econômicos, em épocas e culturas diferentes, antes e após o advento do mercantilismo. Sua conclusão foi de que o capitalismo, em sua forma característica, constituiu a única

¹ O mesmo que espírito.

organização econômica da História das civilizações fundada na racionalidade, que se diferenciava das demais devido ao fato de ser estruturada logicamente sobre o trabalho livre e orientada de forma coerente para a operação de um mercado real (2005, p. 27).

No sistema capitalista, o homem sofre um desencantamento do mundo por conta dos processos de racionalização, deixando de ver o mundo como algo dominado por forças impessoais e divinas, enxergando que os “deuses” não controlam mais a vida humana, mas sim o próprio homem por meio da ciência moderna e da técnica.

De forma bastante interessante, Weber adverte que este novo domínio não é necessariamente um estágio superior de condição histórica. Aliás, ele apresentará um diagnóstico negativo da modernidade: vive-se num mundo onde a perda de sentido e a perda de liberdade se intensificam cada vez mais. A ciência não poderia substituir a religião, que apresentava uma cosmovisão do mundo que conferia sentido para a realidade; também não está sugerindo um retorno ao caráter mágico da realidade. Ele vai além das influências negativas na cultura. Trata do fenômeno de “burocratização”, a penetração do racionalismo em campos como da organização política e da economia, provocando uma racionalização social, criando o que ele denominou de uma “prisão de ferro”. A perda da liberdade se configura especialmente pelo homem ter perdido a racionalidade dos fins, a qual determinava o sentido da vida, em benefício da racionalidade dos meios.

Neste sentido, o capitalismo atribuiu ao trabalho uma atividade cujo fim é ele mesmo. Comparado a Durkheim e Marx, Weber era o mais pessimista dos três. Durkheim conferia um valor positivo à modernidade. Marx acreditava que na modernidade estavam as bases para a libertação e emancipação do homem.

AUTOATIVIDADE 1: A COMPREENSÃO, O SENTIDO E A AÇÃO

Objetivo: refletir compreensivamente sobre o pensamento weberiano.

Desenvolvimento das atividades: Apresente duas frases que estão relacionadas diretamente com o que foi abordado neste tópico. Você terá que comentar cada uma das frases abaixo. Depois procure compartilhar com seus colegas que você escreveu.

1. “A Ética Protestante deve ter sido presumivelmente a mais poderosa alavanca da expressão dessa concepção de vida, que aqui apontamos como espírito do capitalismo.” (Max Weber, 2002, p. 123)
2. “Primeiro, há que estudar a sociedade no seu aspecto exterior. Considerada sob esta perspectiva, ela surge como que constituída por uma massa de população [...]” (Émile Durkheim, 1975, p. 133)

AUTOATIVIDADE 2: A RACIONALIDADE E O DESENCANTAMENTO DO MUNDO

Objetivo: estimular a leitura de um texto clássico e inserir os alunos no mundo da reflexão sociológica por meio dos próprios autores.

Desenvolvimento das atividades: O livro “A ética protestante e o espírito do capitalismo” deve ser lido. O professor deverá solicitar antecipadamente a sua leitura. A partir dele, pode desenvolver atividades de compreensão de texto, inclusive utilizando-se do auxílio de outras disciplinas, de análise e pesquisa. Sugerimos como tema principal a relação entre a racionalidade e o desencantamento do mundo.

REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. **Introdução à filosofia**. São Paulo: Moderna, 1999.

COHN, G. **Weber: Sociologia**. São Paulo: Ática, 1997.

COMTE, A. **Curso de filosofia positiva**. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

DURKHEIM, E. **L'éducation morale**. 2. ed. Paris: PUF, 1963.

DURKHEIM, E. **Educação e sociologia**. São Paulo: Melhoramentos, 1965.

_____. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1972.

_____. **Sociologia e educação**. São Paulo: Melhoramentos, 1975.

_____. **A evolução pedagógica**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

_____. **Da divisão do trabalho social**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

KRUPPA, S. M. P. **Sociologia da educação**. São Paulo: Cortez, 2000.

MARX, K. Discurso no People's Paper. In: MARX, K.; ENGELS, F. **Obras escogidas de Marx y Engels**. v. 2. Madrid: Fundamentos, 1975.

_____. Prefácio à contribuição à crítica da Economia Política. In: FERNANDES, F. **Marx Engels**. São Paulo: Ática, 1989, p. 231.

SILVA, E. da; PAULINI, I. R. **Sociologia**. Indaial: Asselvi, 2005.

TREVISAN, L. Hobsbawm analisa mudanças na esquerda. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 24 ago. 1997. Caderno 2, p. D1-2.

WEBER, M. **Ensaio de sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1963.

_____. **Economia e sociedade**. Brasília: UNB, 1991.

_____. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Martin Claret, 2002.

UNIDADE III

A SOCIOLOGIA NO BRASIL

INTRODUÇÃO

Na América Latina e em particular no Brasil, o processo de formação, organização e sistematização do pensamento sociológico obedeceu também às condições de desenvolvimento do capitalismo e à dinâmica própria de inserção do país na ordem capitalista mundial. Reflete, portanto, a situação colonial, a herança da cultura jesuítica e o lento processo de formação do Estado nacional.

Desse modo, faremos um breve retrospecto da formação cultural e intelectual do Brasil, procurando salientar o processo de desenvolvimento das ideias sociais a partir da emergência de situações históricas concretas. O pensamento sociológico refletiu as relações coloniais com a Europa e o desenvolvimento dependente do capitalismo, além da lenta e complexa formação da consciência nacional.

OBJETIVOS

Compreender:

- o pensamento sociológico no Brasil, salientando as situações históricas que influenciam na estrutura social;
- os avanços e retrocessos dos movimentos sociais no Brasil, visando o conhecimento da conjuntura social e incentivando a participação nos mesmos;
- os valores essenciais que constroem a cidadania, levando os jovens a uma organização e participação ativa em novos movimentos juvenis, provocando mudanças significativas na sociedade vigente;
- a interligação entre os pensadores da Sociologia do Brasil com o cotidiano do cidadão;
- os caminhos das sociedades plurais, desenvolvendo o senso crítico e a consciência social.

PROFESSORES COAUTORES

Maria Fioreze
Marília Quentel Correa
Neuza Pagliocchi
Rita de Cássia Stocker da Costa
Vera Lucia Fanni Adami da Silva

PENSAMENTOS SOCIOLÓGICOS NO BRASIL

A Sociologia não surgiu de repente, ou da reflexão de algum autor “iluminado”; ela é fruto de todo um conhecimento sobre a natureza e a sociedade que se desenvolveu a partir do século XV, quando ocorreram transformações significativas que tiveram como resultado a desagregação da sociedade feudal e a constituição da sociedade capitalista.

No Brasil, podemos distinguir, na evolução da Sociologia, dois períodos bem configurados (1880-1930 e depois de 1930), com uma importante fase de transição (1930-1940). No primeiro, é praticada por intelectuais não especializados, interessados principalmente em formular princípios teóricos ou interpretar de modo global a sociedade brasileira. Além disso, não se registram o seu ensino, nem a existência da pesquisa empírica sobre aspectos delimitados da realidade presente.

Neste aspecto, para se entender a formação da Sociologia Brasileira, deve ser levada em consideração a preocupação de alguns juristas pelas doutrinas do evolucionismo científico e filosófico. Foi a fase de elaboração das nossas leis, aquisição das técnicas parlamentares, definição de condutas administrativas. O jurista foi o intérprete por excelência da sociedade, que o requeria a cada passo, e sobre a qual ele estendeu o seu prestígio e sua maneira de ver as coisas.

Sem medo de errar, podemos dizer que a Sociologia no Brasil aparece na forma de Sociologia da Educação. As primeiras tentativas de se introduzir a Sociologia no sistema escolar brasileiro aconteceram com a sua inserção nos currículos dos cursos secundários, com forte orientação positivista, isto é, buscando uma análise objetiva para a compreensão da realidade, tendo por padrão o pensamento durkheimiano sobre a educação.

Antes de 1920 já haviam sido tomadas algumas iniciativas para a introdução da Sociologia, na forma de Sociologia da Educação ou associada à Moral, nos cursos secundários, na melhor tradição positivista. Mas é durante os anos 20 (1925-28) que a

Sociologia passa a integrar os currículos da 6ª série ginásial, para, em seguida, ser introduzida nos cursos secundários, como no Colégio Pedro II e nas Escolas Normais do Recife e do Rio de Janeiro.

Depois de 1930 ela penetra no ensino secundário e superior, e começa a ser invocada como instrumento de análise social, dando lugar ao aparecimento de um número apreciável de cultores especializados, devendo-se notar que os primeiros brasileiros de formação universitária sociológica adquirida no próprio país formaram-se em 1936. O decênio de 1930, rico e decisivo, pode ser considerado fase transitória para o atual período que, iniciado mais ou menos em 1940, corresponde à consolidação e generalização da Sociologia como disciplina universitária e atividade socialmente reconhecida, assinalada por uma produção regular no campo da teoria, da pesquisa e da aplicação. Nessa década, o país adquiria consciência de sua complexidade e de sua particularidade.

Para Cristina Costa (2002), a década de 1950 é marcada por três importantes pensadores, responsáveis pela formação de duas grandes correntes do pensamento social brasileiro, cujas repercussões podem ser observadas até hoje: Florestan Fernandes, Celso Furtado e Darcy Ribeiro.

Entre os anos de 1940 e 1960, a Sociologia produziu inúmeros trabalhos denunciando as desigualdades sociais e as relações de domínio e opressão internas e externas.

OS MOVIMENTOS SOCIAIS NO BRASIL

A juventude brasileira foi privilegiada pelas juventudes que vieram dos países colonizadores. “A história do jovem das classes trabalhadoras alemã, espanhola, francesa, brasileira, cruza-se em diferentes momentos, pois têm as mesmas raízes de situação social circunscritas na história” (SOUSA, 1999, p. 31).

No Brasil as campanhas pela abolição e pela proclamação da República dão início a uma tentativa de sistematização do movimento estudantil e levam ao surgimento da imprensa acadêmica de feição política caracterizada pela luta contra o lusitanismo e o absolutismo.

Os objetivos políticos dos jovens confirmaram-se com a abolição de títulos e privilégios imperiais e a afirmação da classe média como elemento majoritário nas

faculdades recém-fundadas. Estas permitiam que, além do estudante abastado, surgisse o estudante-trabalhador, com a face da modernidade.

Segundo Janice Tirelli Ponte de Souza (1999), a primeira iniciativa de caráter classista parte dos estudantes operários com o 1º Congresso da Juventude “Operária-estudantil”, em 1934. Com a fundação da UNE (União Nacional dos Estudantes) na década de 30, os estudantes começaram a atuar num organismo próprio, definido e com objetivos mais amplos do que resolver problemas específicos de suas entidades, clubes e ligas de caráter imediatista. A universidade era um canal direto com a burocracia estatal, bem como um estágio para a participação político-parlamentar.

No final dos anos 50, a história da participação política dos jovens brasileiros, através do movimento estudantil, é dirigida para a transformação da sociedade brasileira e o fortalecimento de tendências ligadas à Igreja e partidos de esquerda, socialistas ou comunistas (SOUSA, 1999, p. 33).

Os anos 1960 foram marcados pelo debate e pelo questionamento profundo dos valores. Tanto na cultura como na política, configuraram-se projetos alternativos para a sociedade, que, segundo Heller (1994, p. 81), estavam inseridos dentro de um projeto de modernização mais amplo. O movimento influenciou especificamente na mudança de modos de vida.

Os movimentos sociais no Brasil começaram a ganhar força durante os “anos de chumbo” (Ditadura Militar). Na resistência ao regime de exceção, na luta pela redemocratização do país, eles tiveram um papel-chave na denúncia dos abusos cometidos contra os direitos humanos, pela anistia ampla geral e irrestrita dos presos e exilados políticos e pelo movimento das “diretas-já”.

O golpe militar de 64 teve como ideário o desenvolvimento capitalista, o apoio ao capitalismo norte-americano e a repressão às tentativas de transformação da ordem estabelecida. Teve duras repercussões junto ao desenvolvimento das ciências sociais e à estruturação desses cursos universitários no país.



Manifestação dos estudantes
– década de 60
Fonte: www2.fpa.org.br

O confronto entre a universidade, os estudantes e o regime militar chegou a extremos em 1968, com passeatas, embates físicos, manifestações, ocupações de prédios, espancamentos, prisões e mortes. Com a decretação do Ato Institucional nº 5 (AI-5), em

dezembro do mesmo ano, o qual implantou legalmente a ditadura no país, os principais nomes da Sociologia no Brasil foram sumariamente aposentados e impedidos de lecionar. Muitos foram exilados, outros se exilaram, passando a publicar seus trabalhos no exterior.

Nessa época, de acordo com os relatos, não só os estudantes mas as pessoas de maneira geral se interessavam mais em discutir os vários problemas sociais, e isso acontecia na sua maioria entre os menos privilegiados, com uma percepção maior sobre a sociedade. No início da década de 60, a UNE vivia uma confortável situação com o governo, não percebendo a nuvem negra que se levantava e que a deixou na clandestinidade. Os debatedores atribuíram às grandes brigas ideológicas das facções estudantis a ruína do desenvolvimento do movimento estudantil. Mesmo assim, os estudantes foram responsáveis pelos grandes movimentos da história naquela época.

Muitos alunos faziam parte dos movimentos repressores e foram infiltrados nos movimentos estudantis. Os palestrantes apontaram que no próprio campus da USP em Ribeirão Preto professores e alunos tinham “carteirinhas” do antigo DOPS (Departamento de Operações Políticas e Sociais). Praticamente todos os participantes de movimentos estudantis tinham ficha na polícia, que era violentíssima, e muitos passaram por torturas.

A partir de 1970 começou, lentamente, um movimento clandestino de reorganização dos Conselhos de Centros Acadêmicos, com sede na cidade de São Paulo, liderado pelos cursos de História, Economia e pela Escola de Comunicações e Artes da USP.

Ainda nessa época os Centros Acadêmicos precisavam enviar para a Polícia uma ficha contendo os dados dos envolvidos nas suas atividades. Mais um exemplo da repressão é que um dia de atraso nesse envio culminava com a vinda ao campus de um caminhão com vários soldados armados e com cães, somente para pegar essas fichas.



Com esse quadro repressivo, a disponibilidade de participação nos movimentos era baixíssima; não se tinha mecanismos de engajamento. Entretanto, foi uma época marcada pelo senso de solidariedade.

Nos anos 1980, com a abertura política, surgem outros partidos, e antigas alianças se produzem sobre nova roupagem. Muitos cientistas sociais decidem deixar a cátedra para ingressar na política: Florestan Fernandes no PT, Darcy Ribeiro no PDT, Fernando Henrique no PSDB, partido este importante no processo de *impeachment* do presidente Collor.

Diante do desgaste do governo Collor e sua iminente queda, a grande imprensa e, em especial, as Organizações Globo tiveram que rever suas posições de apoio ao presidente. Até o início de 1992, as denúncias de corrupção e as críticas à política econômica eram ofuscadas nos noticiários por aparições pirotécnicas do presidente-aviador, presidente-carateca ou presidente-motoqueiro. Com o agravamento das denúncias, principalmente depois que estas foram confirmadas e aprofundadas pelo irmão, Pedro Collor, os grandes veículos nacionais adotaram posturas cada vez mais críticas.

Se as primeiras manifestações de rua puderam ser ignoradas ou minimizadas, o mesmo não poderia ser feito com protestos quase diários que reuniam dezenas de milhares de pessoas e paralisavam as capitais. A apuração das denúncias de corrupção por uma Comissão Parlamentar de Inquérito, processo que se tornou irreversível depois que as acusações partiram do próprio irmão do presidente, transformou-se num fenômeno da mídia cujo valor simbólico sobrepujava as espetaculares aparições dominicais do acusado.

Para a burguesia e o grande capital, era preferível explicar a queda de Collor como uma exigência de pacíficos e bem-humorados estudantes (caras-pintadas), movidos pela ética e pelo patriotismo, do que partilhar essa capacidade de mobilização entre trabalhadores, sindicalistas e partidos de esquerda, cujas reivindicações iriam muito além do fim da roubalheira e da punição dos culpados.

Assim, para dar à representação de caras-pintadas a conotação desejada, a mídia minimizou, pela ordem de importância, as informações sobre a participação dos trabalhadores, sindicatos e centrais sindicais naqueles protestos, quando não as omitiu. No dia em que um milhão de pessoas foram às ruas de São Paulo, os estudantes somavam no máximo 20% desse total, mas foram qualificados no texto como maioria.

A partir desse episódio, os movimentos sociais tiveram outra conotação: fóruns nacionais (luta pela moradia, reforma urbana, estatuto das cidades) e outros de caráter pluriclassista – movimento de ética na política, ação da cidadania contra a fome e a miséria e outros problemas brasileiros.

GRANDES MESTRES DA SOCIOLOGIA BRASILEIRA

A Sociologia do Brasil é herdeira da Sociologia europeia, pois os sociólogos brasileiros sofreram enorme influência dos europeus. Os dois principais mestres de nossa Sociologia são: Florestan Fernandes e Gilberto Freyre. Além deles merecem destaque: Oliveira Viana, Octávio Ianni, Betinho, Alberto Guerreiro Ramos, Ricardo Antunes, José Pastore, Fernando Henrique Cardoso, Francisco de Oliveira.

FLORESTAN FERNANDES (1920-1995)



Florestan Fernandes

Fonte:

www.imagens.google.com.br

Sem dúvida o mais importante sociólogo brasileiro, Florestan Fernandes nasceu em São Paulo, em 22 de julho de 1920. Desde muito cedo precisou trabalhar para viver e não pôde sequer completar o curso primário. Fez o curso Madureza (uma espécie de Supletivo) e a seguir estudou Ciências Sociais na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (USP). Lecionou na USP até 1969 – quando foi aposentado compulsoriamente pela Ditadura Militar –, formando várias gerações de cientistas sociais. Obrigado a sair do país, foi professor em diversas universidades estrangeiras. Em 1976, voltou a lecionar no Brasil, na Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo.

É o fundador e principal representante da Sociologia Crítica no Brasil. Em toda a sua obra, ele procura refletir sobre as desigualdades sociais – desvendando as contradições da sociedade de classes – e também sobre o papel da Sociologia diante dessa realidade. Assim, não apenas em seus livros, mas também em cursos, conferências e artigos na imprensa, procurou desenvolver e aprofundar a reflexão crítica sobre a realidade brasileira, com suas enormes desigualdades sociais, econômicas, políticas e culturais.

Segundo Florestan, a sociedade poderia ser estudada pelos padrões e estruturas, isto é, os fundamentos da organização social e pelos dilemas que eram as contradições geradas pela dinâmica interna da estrutura. Daí sua abordagem ser muitas vezes denominada histórico-cultural.

De sua imensa obra, destacam-se: *A organização social dos tupinambás* (1949), *Fundamentos empíricos da explicação sociológica* (1959), *A Sociologia numa era de revolução social* (1963), *A integração do negro na sociedade de classes* (1965), *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina* (1973) e *A natureza sociológica da Sociologia* (1980). Foi mestre de sociólogos renomados, como Octavio Ianni e Fernando Henrique Cardoso.

Nas eleições de 1986, Florestan Fernandes foi eleito deputado constituinte e em 1990 foi reeleito deputado federal.

GILBERTO FREYRE (1900-1987)



Antropólogo, sociólogo e escritor, Gilberto Freyre nasceu no Recife, Pernambuco, em 1900. Realizou seus estudos universitários nos Estados Unidos, inicialmente na Universidade de Baylor e depois na Universidade de Columbia, onde defendeu, em 1922, a tese *Vida Social no Brasil em Meados do século XIX*.

Foi o pioneiro da abordagem cultural no estudo da formação da sociedade brasileira. Em 1933, publicou *Casa-grande e senzala*, primeira parte de uma obra que se chamaria *Introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil* (as outras partes foram *Sobrados e mocambos*, de 1936, e *Ordem e progresso*, de 1959).

Segundo Pêrsio Santos de Oliveira (2004), *Casa-grande e senzala* é considerada sua obra máxima. Nela, renovou a teoria social, apresentando ideias que se contrapunham ao racismo então vigente, que atribuía o atraso da sociedade brasileira à presença de negros e índios e à sua mistura com europeus na formação de nosso povo, gerando o mestiço.

Na literatura sociológica anterior a Gilberto Freyre, o mestiço era considerado membro de uma raça degenerada. Freyre, ao contrário, atribuía a riqueza e a força cultural dos brasileiros justamente à mistura de raças; ele valorizou o mestiço e a contribuição africana e indígena na formação da cultura brasileira. Além disso, foi um pioneiro na abordagem de alguns temas que, décadas mais tarde, teriam enorme popularidade na chamada “história das mentalidades” – a moda, os costumes, a vida íntima e sexual, a alimentação, a morte etc.

Fundador do Instituto (atual Fundação) Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, com sede no Recife, Gilberto Freyre escreveu 80 livros de estudos sociológicos e antropológicos, além de vários volumes de ficção e poesia.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (1931)



Fernando Henrique Cardoso

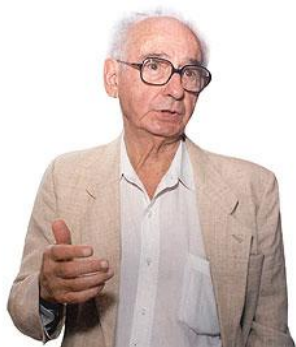
Fonte: www.brazilbrazil.com

A partir de uma bem-sucedida carreira acadêmica e intelectual, FHC teve participação ativa na luta pela redemocratização do Brasil. Foi membro fundador do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), e ministro do governo Itamar Franco nas pastas das Relações Exteriores e da Fazenda, sendo eleito Presidente da República por dois mandatos (1/1/1995 a 1/1/2003).

Foi autor da Teoria da Dependência juntamente com o sociólogo chileno Enzo Faletto, teoria esta que, segundo FHC, destaca a natureza política e social do desenvolvimento desse continente, já que as preocupações dos economistas e dos planejadores até então estavam mais voltadas naturalmente às relações econômicas. O desenvolvimento latino-americano com certeza tem nessa obra uma referência sobre o processo de modernização de sociedades periféricas, de desenvolvimento econômico e social. Fernando Henrique e Enzo Faletto souberam evidenciar a efetivação do processo capitalista na América Latina, ainda que alguns cientistas sociais pensassem que este continente não havia encontrado nenhum desenvolvimento e nem teria condições para tanto enquanto persistisse o capitalismo.

Suas principais obras são: *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional* (1962), *Autoritarismo e democratização* (1975), *Negros em Florianópolis: relações sociais e econômicas* (2000), entre outros.

OCTÁVIO IANNI (1926-2004)



Professor titular aposentado do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, Octavio Ianni faleceu no mesmo ano em que completaria meio século de vida intelectual intensamente dedicada à Sociologia:

formou-se em Ciências Sociais na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP em 1954. O meio século de sua vida, e da vida de todos nós que com ele convivemos, foi o meio século dos extremos: da euforia desenvolvimentista da era JK aos tempos tenebrosos da ditadura militar, de que ele foi uma das vítimas, aos tempos, enfim, de uma era de esperança e de desilusões políticas. Ianni foi um pensador sereno e sensato. A Revista Espaço Acadêmico (2004) cita Ianni como um artesão do pensamento crítico no Brasil, autor de uma obra marcada de iluminuras que anunciam a estética de cada texto que escrevia para dizer-nos que o pensamento crítico não é uma farra do espírito e do denunciamento barato e incompetente. Para ele, o pensamento crítico é o pensamento responsável e fundamentado, acima das facções de toda ordem, expressão da neutralidade ética, mas não da indiferença social e política, produto da descoberta paciente, da indagação organizada, da investigação científica cuidadosa e não raro demorada.

Suas principais obras: *Cor e mobilidade social em Florianópolis* (1960, em colaboração), *Homem e sociedade* (1961), *Metamorfoses do escravo* (1962), *Industrialização e desenvolvimento social no Brasil* (1963), *Política e revolução social no Brasil* (1965), *Estado e capitalismo no Brasil* (1965), *O colapso do populismo no Brasil* (1968), *A formação do Estado populista na América Latina* (1975), *Imperialismo e cultura* (1976), *Escravidão e racismo* (1978), *A ditadura do grande capital* (1981), *Revolução e cultura* (1983), *Classe e nação* (1986), *Dialética e capitalismo* (1987), *Ensaio de sociologia da cultura* (1991), *A sociedade global* (1992).

SOCIOLOGIA CONTEMPORÂNEA

Terá havido no mundo alguma sociedade igualitária na qual a humanidade desfrutasse de maneira semelhante os bens e as oportunidades da vida social? O processo histórico tem revelado com uma tendência marcante a diferenciação e a crescente complexidade da sociedade. A partir deste contexto analisaremos por que o homem sempre procura distinguir e discriminar grupos no interior da sociedade.

A DESIGUALDADE SOCIAL E SUAS CONSEQUÊNCIAS

O Brasil, apesar de estar entre as dez maiores economias do mundo, é um dos campeões de desigualdade social. Os índices de violência aumentaram

assustadoramente, elevando o crescimento da indústria da segurança. Blindagem de carros, sistemas de alarmes, travas e grades compõem um arsenal que, hoje, é quase uma necessidade.

Tal situação, sem dúvida, é fruto de um longo período de descaso e conformismo de toda sociedade. Josué de Castro expõe, numa inspiradíssima frase, a seguinte constatação: “Metade da humanidade não come e a outra metade não dorme com medo da que não come”.

Felizmente muitos já compreenderam que é absolutamente incompatível a prosperidade do empresariado numa sociedade em situação de caos. As empresas podem não somente utilizar o seu poder político para influenciar nas decisões governamentais e nas políticas públicas – para que estas sejam mais éticas e justas – mas também empreender em setores onde a dignidade humana e a qualidade de vida estão diretamente relacionadas.

Não podemos, simplesmente, nos trancafiar temerosos dos famintos; precisamos estar conscientes do nosso papel e de nossa responsabilidade diante de tão grave problema. Felizmente o “exército do bem” tem crescido, avançado e conquistado vitórias. Não são somente as empresas que se voltam para programar ações na área social; boa parte da população tem se beneficiado com programas voltados para os mais carentes. Existem, hoje, no país cerca de 220.000 organizações não-governamentais, a maioria dedicada à filantropia. Os soldados desse bom exército estão em todos os lugares, em ruas, escolas, associações, ou mesmo em casas de detenção, a exemplo dos internos do presídio Hélio Gomes, que doaram por três vezes (outubro, novembro e dezembro) para o Banco Rio de Alimentos, num nobre gesto de solidariedade, alimentos equivalentes a uma refeição do seu dia. Isto demonstra que a atitude cidadã independe do poder aquisitivo, condição social ou humana, mas está diretamente relacionada à capacidade de lançar o olhar para o que está em volta e perceber que há sempre algo a fazer pelo outro.

A QUESTÃO DA POBREZA

O nível de miséria, também chamado nível de pobreza absoluta, corresponde à situação em que a pessoa não possui renda suficiente nem mesmo para adquirir os alimentos. O nível de pobreza, por sua vez, corresponde àquela situação em que a pessoa possui renda suficiente apenas para adquirir os alimentos básicos.

Como reflexo da nossa desigual distribuição de renda, temos um elevado número de pessoas consideradas pobres ou indigentes no país. Um estudo no Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas mostrou que a parcela de população que não ganha o suficiente para garantir o consumo diário de 2.888 calorias recomendadas pela Organização Mundial de Saúde (OMS) aumentou de 26,2% para 27,2% entre 2002 e 2003. Isso significa que a parcela da população que não ganha suficiente para comer é de 47,4 milhões de brasileiros. A miséria cresceu bastante nas regiões metropolitanas, subiu de 16% para 19%, e teve ligeiro declínio nas áreas rurais (passou de 51,4 para 51%).

Esta situação de miséria e pobreza em que vivem milhões de brasileiros se torna ainda mais grave quando se considera que o Brasil é um país de grande extensão territorial. Possui muitas terras para serem cultivadas, muitas riquezas minerais para serem exploradas, muitos recursos naturais para serem aproveitados em benefício do povo. Mas por que isso não ocorre? O que impede a população brasileira de ter melhores condições de vida?

O seu passado colonizador: a exploração das riquezas por grupos de pessoas privilegiadas que se apoderaram das melhores terras, das riquezas e do próprio poder político, criando leis, costumes e políticas econômicas para beneficiar a si próprias e não aos brasileiros de modo geral.

A produção voltada ao comércio internacional, exportando matérias-primas e produtos agrícolas, tem levado o Brasil a dar prioridade à agricultura comercial de exportação em detrimento da agricultura de produtos alimentares. Essa situação tem contribuído para a ocorrência da fome no país.

Na década de 80, as condições sociais da população pioraram. Entre os vários fatores que explicam essa situação está a dívida externa. O pagamento dos juros e a amortização da dívida externa têm provocado a diminuição dos investimentos sociais (em educação, saúde, habilitação, rede de água, esgoto, transporte e principalmente na diminuição da geração de empregos), levando o povo a um empobrecimento cada vez maior.

Mas o problema mais grave da miséria, da pobreza e da fome esta na má distribuição de renda, na desumana concentração de renda nas mãos de poucos, quesito em que o Brasil vergonhosamente é o campeão mundial.

A VIOLÊNCIA

Na espécie humana, a agressividade e a violência sempre foram utilizadas como forma de sobrevivência, mas o processo chamado civilizatório implicaria uma redução dos níveis de violência. A violência no Brasil sempre foi uma arma utilizada pelas elites para tentar manter o controle sobre uma população extremamente diversificada e de uma alta desigualdade social.

Nos últimos tempos o povo brasileiro assiste a uma escalada da violência contra a vida, contra o patrimônio e contra as instituições democráticas. Vandalismo contra o patrimônio público e privado, sequestros e assassinatos vêm colocando a população brasileira na condição de refém das organizações criminosas.

O que está ameaçado, com a escalada da violência e da desordem, não é apenas o cotidiano civilizado a que todos os cidadãos têm direito. É a própria sobrevivência da democracia, porque sua manutenção depende da autoridade, credibilidade e prestígio das suas instituições. Infelizmente, esses problemas estão colocando em xeque o Estado Democrático de Direito porque a criminalidade está corroendo a certeza da aplicação da lei em razão da impunidade.

Estamos vivendo uma época de profundas mudanças que atingem a vida familiar, as relações entre as pessoas, entre vizinhos, entre patrões e empregados, enfim nas diversas áreas da vida social as pessoas ficam inseguras frente a essas mudanças e acabam reagindo de forma intolerante e violenta diante dos problemas.

Historicamente, a forma como vem sendo tratado o problema da violência não tem sido eficaz; pelo contrário, está tendo o efeito “bola de neve”. Mas a solução não é mudar as leis; o problema é que as leis não são cumpridas, a impunidade no Brasil é muito grande.

A sociedade pode achar alguns caminhos para superar a violência através de programas de valorização do indivíduo, a criança assistida, o jovem valorizado, a autoestima resgatada e a cidadania garantida.

AUTOATIVIDADE

- Grandes mestres da Sociologia brasileira

Analisar as principais ideias dos sociólogos brasileiros e fazer um paralelo entre semelhanças e diferenças.

- Sociologia contemporânea

Em grupos, criar na escola uma campanha a fim de alertar para o crescimento da pobreza (exemplo: arrecadação de alimentos, agasalhos, visitação a bairros pobres ou instituições). Relatar o trabalho ao grande grupo.

- Movimentos sociais

Através de leitura dos movimentos sociais, criar debates, paródias, poesias, mensagens e dramatizações.

Provocações:

1. “É na mudança que as coisas repousam” (Heráclito). Que mudanças os jovens do Brasil provocaram no século passado e que contribuições elas trouxeram para a sociedade?

2. A repressão das décadas de 60 a 80 mostrava com clareza o inimigo e, este sendo ameaçador, muitos jovens acomodaram-se por medo, outros buscaram sua organização na clandestinidade. Hoje é necessário perguntar-se: “O que foi feito pelos indivíduos com aquilo que a sociedade fez com eles?” (SOUSA, 1999, p. 50).

3. Com o processo de aproximação do jovem ao conhecimento científico, são possíveis, na atualidade, novas manifestações de influência significativa na política, na economia e no social partindo dos jovens do século XXI? Que mudanças os jovens precisam buscar e que sociedade é necessário reconstruir?

4. “Regime militar, 1964 a 1985, definiu os valores e as instituições civis e democráticas, caracterizando-se como uma experiência de medo. O medo trouxe a despolíticação, a redução das atividades associativas, o apoio à privatização da economia, a adoção de estratégias egoístas de sobrevivência, a competição e a especulação, isto é, em síntese, o florescimento de uma política de ‘mau vizinho’ na vida cotidiana” (SOUSA, 1999, p. 41). Os sintomas aparecem na juventude, que manifesta aversão à política, precisamente à política partidária. Com isso faz-se necessário apontar estratégias eficazes para reaproximar os jovens da vida política. Que estratégias?

5. “A libertação é um ato histórico, não um ato de pensamento, e é efetuada por relações históricas...” (MARX, 1818, p. 25). A libertação é uma conquista. Por que fazemos esta afirmação?



Dinâmica do relógio

Ampliando a reflexão em sala de aula.

Elaborar com os alunos no mínimo cinco questões a partir da pesquisa realizada que servirão na reflexão da dinâmica do relógio.

Cada um vai desenhar um relógio numa folha do caderno ou outra. Desenhar, também, o relógio no quadro verde. Ao lado de cada hora você vai traçar uma linha. Esta linha pode ser interna ou externa.

Terminado o traçado das linhas, cada um vai marcar um horário para conversar com seu colega. Exemplo: Lúcia marca para se encontrar com Tôni ao meio-dia, então o Tôni vai escrever o nome da Lúcia no seu relógio ao meio-dia e Lúcia vai escrever o nome do Tôni em seu relógio ao meio-dia. Vamos organizar a sala para deixar um espaço no centro e assim favorecer nossa dinâmica. Podemos começar (dar um tempo). Ao final ver quem conseguiu marcar todas as horas e quem não conseguiu ajudar para que todos tenham todas as horas preenchidas.

Após as horas marcadas iniciar a dinâmica. A cada hora marcada fazer uma pergunta, cada dupla vai responder tecendo uma reflexão sobre ela. Assim sucessivamente até terminarem as perguntas. Formar um grande círculo e fazer a socialização geral. Depois, apresentar a pesquisa e comparar com a reflexão da turma, apontando as semelhanças e diferenças.

REFERÊNCIAS

COSTA, C. **Sociologia** – Introdução à ciência da sociedade. 2. ed. São Paulo: Editora Moderna, 2002.

IANNI, O. A poesia na sociologia. **Espaço Acadêmico**, São Paulo, n. 36, maio. 2004.

Disponível em: <www.espacoacademico.com.br>. Acesso em: 24 out. 2006.

MARX, K. **A ideologia alemã**. São Paulo: Centauro, 2002.

OLIVEIRA, P. S. de. **Introdução à sociologia**. 25 ed. São Paulo: Ática, 2004.

SOUSA, J. T. P. **Reinvenções da utopia: a militância política de jovens dos anos 90**. São Paulo: Hacker Editores, 1999.

TEXTOS COMPLEMENTARES

(1) Dez anos dos direitos da criança

Depois do estatuto, o olhar sobre a criança e o adolescente não é mais o mesmo. A sociedade tomou consciência dos direitos dos menores e se mobiliza em seu favor. Mas há ainda muita coisa a fazer, principalmente o governo cumprir sua parte.

IRANDI PEREIRA



O Estatuto da Criança e do Adolescente, conhecido como ECA, Lei federal nº 8069/90, dispõe sobre os direitos da infância, regulamentando o artigo 227 da Constituição Federal no tocante aos direitos fundamentais da pessoa: educação, saúde, lazer, esporte, convivência familiar e comunitária, entre outros. Nesses dez anos, o estatuto não sofreu alteração significativa em seus princípios e diretrizes, apesar da ofensiva de determinados setores mais conservadores da sociedade. Como apresenta um modo novo de olhar e tratar a criança e o adolescente – sujeitos de direitos –, tem sido referência para vários países do continente americano na alteração de seus dispositivos legais.

A avaliação dos resultados deve ser vista à luz da história da política de atendimento à infância no Brasil e do projeto de sociedade que ela traz, qual seja, a atenção à infância sob a ótica do direito à cidadania. Assim, crianças e adolescentes têm, no plano legal, uma lei que lhes assegura direitos, hoje, na perspectiva de que possam ter um futuro melhor. O estatuto tem na doutrina da proteção integral seu princípio basilar e apresenta uma novidade: deixa de ser uma lei discricionária (para crianças e adolescentes em situação irregular, o que chamávamos de “menores”) para abarcar toda criança e todo



adolescente, independente de sua condição socioeconômica, cultural e familiar. O processo de elaboração do estatuto foi definidor para a ruptura do olhar e trato à infância no Brasil. O ECA foi construído por milhares de corações e mentes (crianças, adolescentes, profissionais do atendimento, entidades sociais, comunitárias e sindicais, juízes, promotores, Executivo e Legislativo) preocupados com o desenvolvimento de uma infância-cidadã, pressupondo novo direcionamento das políticas públicas. Essa mudança radical na lei obriga o sistema de garantia de direitos (Executivo, Legislativo, justiça, sociedade em geral) a olhar e tratar a criança e o adolescente sob a ótica do direito e de sua peculiar condição de desenvolvimento, quando da satisfação de suas necessidades. Isso implica novo modo de gestão, de conteúdo e de método da política pública de atendimento. A mudança de método pressupõe a concepção de criança e adolescente como sujeitos de direitos e em condição peculiar de desenvolvimento – portanto, prioridade absoluta das políticas públicas; de gestão, que tal política deixa de ser centralizada e fechada nos gabinetes dos governantes para ser elaborada e definida com a participação democrática da sociedade - conselhos de direitos da criança e do adolescente (nos três níveis da administração pública), conselhos tutelares (em nível municipal) e fundos dos direitos; de conteúdo, que as ações de atenção direta à infância e adolescência se façam através das políticas sociais básicas (educação, saúde, esporte, lazer, cultura, assistência social, formação profissional e trabalho) e das ações de proteção especial para determinados grupos em situação de risco pessoal e social (as medidas de proteção e medidas socioeducativas). No sentido de colaborar com o processo de avaliação dos dez anos de vigência do Estatuto da Criança e do Adolescente, destacamos os seguintes avanços:

- do ponto de vista da **organização e mobilização social**: é consenso na sociedade a existência de um movimento vivo e específico de defesa dos direitos da criança e do adolescente, articulado pelos Fóruns de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, espalhados em todo o território nacional, no total de 24. Tais espaços acompanham de perto a realização das políticas públicas de acordo com o estabelecido na atual legislação; participam do processo de escolha dos conselhos de direitos, dos conselhos tutelares e da organização dos fundos dos direitos, além de manter acesa a chama de sua principal motivação – a organização e mobilização da sociedade pela defesa da infância sob a ótica dos direitos;

- do ponto de vista das **campanhas pelos direitos**: as de erradicação do trabalho infantil e proteção ao adolescente trabalhador, da exploração sexual de crianças e adolescentes,

da violência contra crianças (tanto na dinâmica da esfera familiar quanto institucional em geral) e da adoção descabida de crianças no plano internacional, entre outras, demonstram saldo positivo. Fazem parte da agenda pública nacional e internacional. No Brasil, foram abertas CPIs (Comissões Parlamentares de Inquérito) e CEIs (Comissões Estaduais de Investigação) sobre violação dos direitos. A mobilização contrária ao trabalho infantil redundou na criação do Fórum Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador e de comissões estaduais, contando com a participação dos dois lados interessados – o capital e o trabalho, trazendo para o interior dessas articulações o empresariado e os trabalhadores. O evento de maior importância foi a Marcha Global Contra o Trabalho Infantil. Os programas de renda mínima ou complementação da renda, de bolsa-escola e de bolsa-aprendizagem, realizados pelos governos, mesmo que tímidos, demonstram a justeza das campanhas. Ainda como exemplos dessa movimentação, temos a criação de entidades como a Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança e do Adolescente, o Instituto Airton Senna, as Comissões da Criança e do Adolescente nas Centrais Sindicais de Trabalhadores, a Frente Parlamentar pelos Direitos da Criança e do Adolescente em nível nacional, estadual e municipal com espaço destacado para o debate, elaboração e aprovação de leis de interesse da cidadania de crianças. No campo da justiça, merece destaque a articulação dos juízes e promotores na Associação Brasileira de Magistrados e Promotores de Justiça da Infância e Juventude;

- do ponto de vista da **mobilização da opinião pública**: criança e adolescente vêm conseguindo ganhar espaços na mídia – de caso de polícia, nas décadas anteriores, para caso de política, na década de 90. As principais empresas de comunicação, públicas e privadas, buscam alterar o seu olhar sobre a juventude brasileira, criando a cada dia espaços específicos para o debate e enfrentamento do problema, principalmente dos grupos que se encontram excluídos dos mínimos de cidadania e dos que praticam delitos. Vários prêmios vêm sendo ofertados pelas entidades de defesa dos direitos da criança aos jornalistas, fotógrafos e empresas que tratam a infância sob a ótica do direito e da cidadania. Um exemplo dessa mobilização é a Associação Nacional dos Direitos da Infância (Andi), especializada no estreitamento da relação infância e mídia;

- do ponto de vista do **conhecimento acadêmico**: as universidades públicas e privadas vêm criando grupos de pesquisa, realizando estudos e fomentando o debate sobre o tema, com destaque para aspectos mais complexos das problemáticas que envolvem a infância, como a violência doméstica, o trabalho infantil, a prática de delitos por

adolescentes, a mortalidade infantil, a violência policial e institucional, e a educação. Destacamos as contribuições do Centro de Demografia Histórica da América Latina, do Núcleo de Estudos de Violência da Universidade de São Paulo, do Instituto de Estudos Especiais da PUC-SP, do Programa da Criança e do Adolescente da Universidade Estadual de Maringá/PR e da Coordenação de Estudos e Pesquisas sobre a Infância da Universidade Santa Úrsula/RJ. Cabe destacar também a criação e as contribuições de centros e grupos de estudo e pesquisa ligados às organizações não-governamentais voltados para a difusão de temas ligados à infância e adolescência na década de 90;

- do ponto de vista da **gestão democrática e participativa**: os dados registram existência, em mais de 50% dos municípios, dos Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente, além de 26 em nível estadual e o Conselho Nacional. Os conselhos tutelares superaram a marca de 2.500. Os conselhos de direitos têm capacidade legal de formular, acompanhar e avaliar as políticas públicas para a infância e executar o processo de reordenação das entidades governamentais e não-governamentais, que atuam diretamente na realização dos programas de atendimento. Já os conselhos tutelares são órgãos de defesa dos direitos da criança e do adolescente e têm conseguido marcar, com muitas dificuldades, uma atuação voltada para a busca do direito, seja acionando o Estado, quando da oferta irregular de serviços públicos, e a família, quando da violência, maus-tratos e abandono; seja fiscalizando as entidades governamentais e não-governamentais responsáveis pelo atendimento; seja ainda propondo ações na justiça para reparação do dano causado à criança e ao adolescente;

- do ponto de vista do **protagonismo juvenil**: as ações de mobilização da juventude para o conhecimento e defesa dos seus direitos ganham corpo mais no final dos anos 90. Os jovens organizam-se em grupos de cultura (artes plásticas, fotografia, música ou dança), esportes, defesa do meio ambiente, fim da violência e pela paz, na definição dos cursos de formação profissional e de outros programas de atendimento. Ainda têm exigido a criação de espaços para o debate de assuntos próprios de sua faixa etária, como educação para a saúde sexual, doenças sexualmente transmissíveis, primeiro emprego, namoro, casamento e filhos, participação social nas entidades de atendimento, partidos políticos e grêmios estudantis. Alguns exemplos dessa movimentação são os grupos de cultura e arte como o Bate Lata, Coral Santa Fé, Grupo Suwing Sucata, Artistas de Rua de Barueri, Grupo de Jovens da Favela de Heliópolis e do Jardim Ângela, Capão Redondo, Jardim São Luiz da Comunidade Santos Mártires no Estado de São Paulo, as Comissões de Jovens dos Sindicatos, as Comissões de Meninos e Meninas

do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, em nível nacional. No entanto, há pontos críticos na política de atenção a crianças e adolescentes, em particular aos que se encontram em situação de risco pessoal e social, sujeitos das medidas de proteção e medidas socioeducativas, que dificultam a aplicabilidade do ECA;

- no tocante ao **orçamento**: o governo brasileiro, além de muito tímido na prioridade ao desenvolvimento social, mostra-se incapaz de realizá-lo para as políticas destinadas ao grupo criança-adolescente;

- em relação à **gestão participativa**: os governos, nas três esferas da administração pública, vêm demonstrando incapacidade em partilhar o poder com a sociedade civil, não priorizando as decisões tomadas nos conselhos de direitos, não investindo na capacitação dos conselheiros e na infra-estrutura dos conselhos e, em particular, dos conselhos tutelares e não destinando recursos para o fundo dos direitos;

- no tocante à **juventude**: não há definição de política que acredite na juventude, no que ela pode e quer fazer e, sim, de programas e ações na linha de conter os passos da juventude, ou seja, sua ousadia e criatividade;

- em relação às **ações de proteção especial**: as medidas de proteção à criança e ao adolescente em situação de risco, incluindo o atendimento na forma de abrigo e as medidas socioeducativas aos adolescentes infratores, ainda caminham nas trilhas do atendimento conservador, massificado, coercitivo, repressivo, sem fundamentação pedagógica no trato desse grupo. As políticas para essa área definidas pelos conselhos de direitos ainda não ganharam densidade junto ao sistema de garantia de direitos, estando distantes de alcançar as práticas pedagógicas compatíveis com os princípios e diretrizes do ECA e das recomendações no campo dos direitos humanos. Tendo em vista os avanços e limites aqui destacados, cumpre-nos perseguir a busca do ideal para nossas crianças e adolescentes que já têm, no plano legal, uma legislação que lhes assegura direitos e atendimento especial, mas, no plano real, ainda predominam o desrespeito à sua dignidade e a falta de vontade política daqueles que ainda não se aperceberam que há um outro projeto político em vigor para esse grupo em nosso país.

Fonte: PEREIRA, I. **Dez anos dos direitos da criança**. Disponível em:
<http://www.usp.br/jorusp/arquivo/2000/jusp514/manchet/rep_res/rep_int/univers4.html>.
Acesso em: 28 ago. 2006.

Irândi Pereira é pedagoga formada na Faculdade de Educação da USP, professora da Universidade Federal de São Carlos e ex-integrante do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (1992/94).

UNIDADE IV

CULTURA: UMA VISÃO ANTROPOLÓGICA

INTRODUÇÃO

A importância de se falar o conceito de cultura no Ensino Médio vem da grande diversidade cultural existente na sociedade brasileira. A compreensão de alguns conceitos relacionados a este assunto se fortalece na medida em que se passa do senso comum a uma sistematização dos conceitos, muito utilizados porém poucos conhecidos. A partir deste pretexto tal conteúdo foi produzido com o objetivo de se entender o que é a cultura de acordo com o pensamento das ciências sociais. A importância de assimilar que existe uma diversidade tanto cultural quanto de conceito faz com que a definição exata destes termos fique em aberto, provocando grandes discussões acadêmicas.

Os cientistas sociais, para estudar as manifestações sociais, utilizam-se dos conhecimentos antropológicos a fim de compreender tais manifestações nas suas especificidades. Assim a importância de se buscar o contexto histórico do surgimento desta disciplina se torna relevante.

Abordar temas como cultura popular e cultura erudita poderá levar o aluno a um melhor entendimento das sociedades modernas, que se utilizam e são utilizadas pela indústria cultural e a cultura de massa.

Seguindo esta linha de raciocínio, a compreensão de termos como etnia, etnocentrismo, raça, aculturação, assimilação e o próprio conceito de identidade, cultura, subcultura, entre outros termos sociológicos, se torna um instrumento para a discussão do tema preconceito e do conceito de diversidade.

Através deste trabalho o professor terá uma base de como trabalhar em sala de aula, livre para incorporar atividades, adequando-as à realidade de seus alunos.

Espera-se que este caderno de apoio seja de grande utilidade e contribua para a formação tanto do docente quanto do discente, refletindo criticamente na sociedade em geral.

OBJETIVOS

- Entender o conceito de cultura dentro das ciências sociais.
- Abordar as formas dicotômicas do conceito de cultura: popular e erudita.
- Construir uma visão crítica da indústria cultural, do papel e do poder dos meios de comunicação de massa.
- Perceber as influências culturais estrangeiras na produção cultural brasileira, no cinema e na música, o seu papel ideológico como estratégia de persuasão do consumidor.
- Compreender e valorizar as diferentes manifestações culturais de etnias e segmentos sociais, contribuindo para preservar o direito à diversidade.

PROFESSORES COAUTORES

Fábio Noda Hasegawa

Elizete Pratto Antunes Vettori

Marilene Lopes Farias dos Santos

Marilês Ansileiro Borges de Oliveira

Jocelda Beatriz Rappeti Vaz

Marília Ana Gaspar Fernandes

DEFINIÇÃO DE CULTURA

O que é realmente cultura? Encontramos e ouvimos várias vezes falar sobre este assunto, mas não sabemos o que realmente significa esta palavra. Por que este termo possui tantas definições? Cultura de cultivar? Cultura de cultivar? Cultura de cuidar dos ancestrais e de seus hábitos e costumes? Somente quem lê é que tem cultura? Só os universitários e doutores e advogados têm cultura? E os simples mortais não a possuem? E por que dizem que cinema, teatro, pintura é cultura? E os artistas entre outros mais não teriam cultura? E a TV cultura?

Ao estudar o termo “cultura”, observa-se a forte ligação com o significado do conceito de história e de civilização. No século XVIII havia uma preocupação em definir esta palavra. Num primeiro momento toda a espiritualidade de uma pessoa foi denominada de cultura; portanto, quanto mais elevada a sua capacidade espiritual, maior seria a sua cultura. Com o passar do tempo este conceito foi se aproximando significativamente do termo civilização. Com a valorização da razão e da moral, a cultura era intimamente ligada aos homens cultos, ou seja, que possuíam um grande desenvolvimento intelectual e artístico.

Percebe-se então que é neste momento que a raiz do problema de conceituar de uma maneira geral a palavra cultura, encontrada no senso comum, é formada. Classificadas em cultas e incultas, as pessoas eram automaticamente denominadas de civilizadas ou não.

Mais tarde, continuando no âmbito histórico, aproximando da definição que as ciências sociais dão ao conceito de cultura, ela foi relacionada com a compreensão que as pessoas possuíam de sua existência em todas as suas manifestações. Esta forma de pensar a cultura se aproxima da maneira com que a antropologia a compreende; porém, antes de entrarmos na definição de cultura para a antropologia, torna-se importante entender o que é a antropologia, como ela se criou e por que ela estuda a cultura.

Esta disciplina das ciências sociais vai dar os seus primeiros passos com a expansão colonial europeia. Com a “conquista” de novas terras pelos europeus, povos foram contatados, e a necessidade de se compreender seus hábitos e costumes para uma melhor dominação destes grupos foi surgindo. Alguns estudiosos da época foram levados a estas novas terras para pesquisar e entender os modos de vida dos nativos, surgindo assim a antropologia. A antropologia nasce, portanto, como uma ferramenta de dominação da política imperialista europeia. Ao longo do tempo esta disciplina foi se

tornando independente, desvinculando-se da característica de compreender para dominar, e passa a se dedicar ao estudo do “outro” (povos, crenças e costumes).

Ela se desenvolve na luta de mostrar que não há inferioridade nem superioridade nas diferenças culturais e isso não justifica a dominação de um povo sobre o outro. Será que os jesuítas estavam corretos ao pregar que os nativos não possuíam almas? Eram estes pecadores? Não eram civilizados? Com esta linha de raciocínio e através dos estudos antropológicos, esta disciplina acaba pondo em terra o etnocentrismo, que ela mesma define como uma valorização de uma cultura com relação às demais, e começa então a valorizar o “relativismo cultural”.

As primeiras definições de cultura no campo antropológico se baseiam na constituição da própria palavra. Através da junção das palavras em alemão *Kultur* e a francesa *Civilization*, que respectivamente significam aspectos espirituais de uma comunidade e realização material de um povo, foi feita por Eduard Tylor (1832-1917) uma primeira definição antropológica do termo: “Cultura é todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade” (apud LARAIA, 2002, p. 25).

Cada sociedade possui o direito de se desenvolver de modo independente; não existe uma teoria sobre a humanidade que possua alcance universal e que tenha capacidade de se impor às outras, tendo como base qualquer tipo de superioridade. A manutenção da sociedade se daria nas relações entre os homens, e entre os homens e a natureza. Tais relações estão representadas através de uma simbologia, ou seja, normas, regras, imagens, mitos e ritos e discursos. Desta forma, para a antropologia da época, a cultura constituía o campo simultaneamente simbólico e material das atividades humanas. Toda ação humana e, conseqüentemente, toda a vida social possuem um conteúdo simbólico como os ritos, mitos, os dogmas, mas também os objetos, os gestos, a linguagem em toda a sua plenitude.

Mais tarde houve uma preocupação em analisar a cultura não como simples resultado da relação entre os homens e destes com a natureza, mas de acordo com um esquema de significados criado por ele próprio. Pensa-se na ação humana como ação criadora, e, conseqüentemente, transformadora. É essa relação que define o que chamamos de padrões culturais, ou melhor, modos de organização do comportamento coletivo. Segundo Crespo (2000, p. 178),

a antropologia não diferencia realidade social e universo simbólico e , por isso, compreende as explicações míticas ou religiosas que os homens dão a sua realidade como elementos que interferem e explicam a produção dessa realidade, e não como distorções ou ideias falsas a seu respeito.

Desta maneira, a antropologia pressupõe a existência de unidade entre ação humana e significação, e o objetivo da investigação antropológica é exatamente buscar analisar e compreender essa unidade. Isto é mais visível nas sociedades ditas primitivas, onde todas as ações da sociedade, como o trabalho, o lazer, rituais, festas, estão interligadas, integradas de uma forma que não encontramos nas sociedades complexas como as nossas. Portanto, a concepção das ações humanas em uma sociedade dita primitiva se torna totalmente diferente da compreensão das sociedades complexas. É por ter estudado outras sociedades que a antropologia pode olhar para a sociedade moderna com outros olhos e compreender melhor suas regras, mitos e ritos.

Em sociedades complexas como a nossa, composta de variados e diferentes grupos ou classes sociais, como falar de uma cultura dominante ou uma cultura realmente brasileira? O que poderia ser definido como cultura dominante?

Com base em todo este processo histórico conceitual, a antropologia vai trabalhar o conceito de cultura como toda a produção simbólica, que traz em si as contradições da sociedade. Estas contradições estão plenamente ligadas a uma sociedade também de contradições, a capitalista. Estas relações opõem capital e trabalho e, conseqüentemente, dominantes e dominados. A cultura ligada à classe dominante incorpora manifestações ligadas à experiência aristocrática, operária, camponesa e indígena (incorporação da cultura popular). A classe dominante incorpora manifestações da cultura popular encontrada em diversos grupos, que vão acabar formando uma cultura dominante que pode até se confundir com uma cultura nacional, porém sendo reorganizadas através dos olhos da elite, transformando-se em uma cultura de classe dominante.

O mesmo acontece em escala mundial quando as classes dominantes desestruturam as culturas étnicas, nacionais e de classe, e as reorganizam num sistema unificado de produção simbólica. Separam a base econômica das representações culturais, rompem a unidade entre produção, circulação e consumo e entre o indivíduo e a comunidade. Depois juntam tudo, transformando-os numa organização transnacional de cultura que está ligada à “multinacionalização do capital”. Percebe-se a clara

influência da classe dominante na determinação da cultura nacional, mas não se perdem de vista os movimentos e interesses que a influenciaram na sua construção.

No próximo item trataremos mais a fundo desta dicotomia entre as culturas das classes dominantes (cultura erudita) e a dos dominados (popular).

AUTOATIVIDADE

- 1 – Elaborar uma pesquisa de campo para diagnosticar a cultura do bairro: 10 famílias – idade, emprego, faixa etária, grupos culturais, grupos juvenis.
- 2 – Elaborar um gráfico demonstrativo das diferentes culturas existentes no bairro.
- 3 – Estimular os alunos a planejar formas culturais de dialogar com os diferentes, buscando formas de reconhecimento e valorização dos “outros”.

CULTURA POPULAR E CULTURA ERUDITA

Dando sequência ao tema da cultura, abordaremos agora um ponto que causa ainda muitas divergências nas ciências sociais: a definição do conceito de cultura popular e cultura erudita.

O que seriam estes dois termos? Parece simples definir, porém fica um tanto complicado abordarmos nos modos de pensamento das ciências sociais. Quando pensamos em algo popular, logo relacionamos ao povo, ligamos o termo à religião, à arte e às ciências populares, tudo isso em oposição ao que pensamos o erudito, culto, em que fazemos uma associação às elites, ou melhor, à classe dominante da nossa sociedade. Mas seria esta realmente a melhor explicação para estes conceitos?

A existência de uma cultura popular e uma cultura erudita nos traz modos diferentes de ser, pensar e agir, associados aos que detêm ou não uma ou outra cultura, uma que vez que falamos de uma sociedade dicotômica (dominante x dominado) que se associa à sociedade capitalista. Neste texto será transposta uma discussão, que ainda está em processo de definição, referente à compreensão do erudito e do popular nesta contraditória sociedade capitalista.

Quando se fala no termo cultura erudita é comum a associação ao pensamento, à leitura, aos livros, orquestras, pensamentos científicos, teatro, óperas, entre outras. Porém, quando tentamos definir cultura popular no senso comum, encontramos certa

dificuldade, até mesmo nos meios acadêmicos justamente pelas várias definições encontradas:

A noção de cultura popular tem, desde sua origem, uma ambiguidade semântica, devido à polissemia de cada um dos dois termos que acompanham. Nem todos os autores que recorrem a esta expressão dão a mesma definição ao termo “cultura” e/ou “popular”. O que torna o debate entre eles bastante difícil (CUCHE, 1999, p. 147).

Em uma visão histórico-científica da cultura popular, ela se associa a uma cultura não-oficial, ou melhor, do povo comum, cultura do povo, e quem a produz são as próprias classes subalternas. Essa cultura é intimamente ligada à tradição e também se demonstra conservadora. Apesar disso, ela não se dissolve com as inúmeras manifestações culturais que rapidamente são produzidas pela sociedade moderna, incorporando e reconstruindo novos elementos culturais para não deixar de existir. A partir desta premissa, verifica-se que para a sua permanência as tradições sofrem adaptação, não sendo totalmente imutáveis. Por exemplo, temos o carnaval. Alguns dizem que o carnaval já perdeu o seu caráter popular, mas será mesmo? O carnaval se transformou numa grande estrutura socioeconômica, como a grande organização encontrada no carnaval do Rio de Janeiro, assim também em praticamente todos os outros estilos de carnaval, como na Bahia e em Minas Gerais. Esta transformação é compreendida como uma forma de sobrevivência. As adaptações destas manifestações e sua transformação em produto cultural (abordado no item “indústria cultural e cultura de massa) são feitas justamente para a manutenção destas práticas e para a projeção social.

As pessoas que produzem e praticam a cultura popular ou folclore têm suas atividades cotidianas, possuem sua maneira de ver o mundo e entender a vida, cantam, dançam e se divertem e ao mesmo tempo que produzem elas estão praticando. Assim o processo de adaptação destas práticas à modernidade se torna natural, orgânico.

É de extrema importância para um maior entendimento sobre esta questão saber quando é que surgem estes dois termos, ou então, quando é que a cultura de uma nação foi separada em duas, a popular e a erudita.

No final do século XVIII e XIX alguns intelectuais na Europa começaram a olhar de forma diferente para o povo, começaram a visitar casas, festas, aprendendo canções e histórias dos camponeses e artesãos. A maioria destes intelectuais vinha das elites, que até então não se interessavam pelas questões populares. Imaginavam o povo como “natural”, simples, sem instrução, instintivo e irracional, tendo suas raízes ligadas

às tradições e à terra. Foi justamente isso que fez com que surgisse certo interesse em conhecê-lo melhor. Num primeiro momento o povo foi considerado diferente, logo foi admirado e por fim até imitado pelos próprios intelectuais (CRESPO, 2000, p. 191).

Essa valorização do povo se deu muito pelo fato de que estes intelectuais se “revoltaram” contra a “arte culta”, entendendo-a como algo artificial, que não possuía a simplicidade e naturalidade encontrada nas manifestações populares, ausentando-se da arte erudita da época. Essa “revolta” se depara e vai contra a corrente iluminista, que defendia a total aplicação da razão, do elitismo e do desinteresse pela tradição. O predomínio francês em alguns países europeus, causado justamente pelo Iluminismo, trazia um contexto de dominação cultural estrangeira que gerou uma busca nestas regiões por uma cultura popular como forma de oposição a esta dominação vinda de fora. Deste modo começa a crescer o nacionalismo, uma vez que a cultura do povo passa a ser considerada a alma destes países. O reforço deste nacionalismo se dá no momento em que são publicadas coletâneas de histórias e canções populares, fazendo com que fosse criada na população a ideia de “nação”.

Esta cultura de valorização da nação através das tradições e costumes populares fez com que os próprios intelectuais começassem a registrar o seu próprio povo. Devido a mudanças ocorridas na época, como as expansões de estradas e descobertas de novas rotas, estas tradições e costumes estavam se perdendo. Percebemos a importância deste registro no momento em que olhamos para dentro da nossa própria sociedade: quantas histórias, quantas tradições, canções, costumes foram perdidos, pois eram passados apenas oralmente e não foram registradas através dos meios utilizados pela cultura erudita? Como exemplo temos a sociedade Inca, em que as tradições eram totalmente passadas de forma oral e hoje se faz um garimpo para poder registrar algo desta sociedade já extinta.

É interessante observar que, para difundir e registrar as tradições e costumes populares, há uma dependência do trabalho realizado praticamente pelos representantes do que denominamos de cultura erudita.

A partir daí, pensamos sobre a existência destes dois tipos de culturas no Brasil. Se pedirmos para qualquer brasileiro citar exemplos de algum tipo de folclore ou cultura popular brasileira, teríamos como respostas infinitas de festas, histórias, culinárias, como o próprio carnaval, folia de Reis, festa de São João, festa do Divino, saci, curupira, o boto, bumba-meu-boi, neguinho do pastoreio, samba, forró, chula, maxixe, as carrancas, jangadas, rendas, feijoada, tutu, vatapá, acarajé, a famosa cocada, entre

outras. A dúvida fica se somente isso se enquadra no que chamamos de cultura popular ou folclore brasileiro. Antes de afirmar, precisamos prestar atenção nos produtores desta cultura, no porquê desta produção, quando e onde é produzida. Temos que lembrar que na nossa sociedade capitalista a produção cultural está totalmente ligada à produção material, uma influenciando a outra.

Já a cultura erudita é vista como a produção científica produzida no país, seus poetas, seus filmes, suas peças de teatro, basicamente manifestações que não se encontram ao alcance dos populares. Mas a pergunta sempre em questão é se realmente podemos chamar essas manifestações de eruditas, uma vez que tal erudição vem de uma observação das massas, contendo uma relação intensa com a cultura popular, originando assim uma cultura nacional. Temos exemplos desta produção nos vários movimentos estéticos formadores de uma cultura nacional, como o movimento modernista, o antropofagismo do tropicalismo, a bossa nova, o cinema novo, os livros de Euclides da Cunha, José de Alencar, etc.

Todos estes movimentos nos mostram relação íntima entre cultura popular e erudita na produção de uma cultura nacional e até mesmo no âmbito mundial. Assim como todas as classificações em uma sociedade de classe, vai haver também na divisão social da cultura o conflito entre o popular e o erudito. Porém, a incorporação e a assimilação de uma cultura pela outra e vice-versa se torna característica nesta sociedade, sempre lembrando da importância das questões, econômicas, políticas e sociais nas manifestações culturais.

AUTOATIVIDADE

1 – Pesquisar na sua cidade para conhecer as manifestações de cultura popular. Entrevistar pessoas que fazem parte do grupo questionando a importância das tradições. A partir dos dados pesquisados, produzir textos, vídeos, reportagem, etc.

2 – Leia os dois textos abaixo e responda às questões.

TEXTO 1

OS NINGUÉNS

As pulgas sonham com comprar um cão, e os ninguéns com deixar a pobreza, que em algum dia mágico a sorte chova de repente, que chova a boa sorte a cântaros; mas a boa sorte não chove ontem, nem hoje, nem amanhã, nem nunca, nem uma chavinha cai do

céu da boa sorte, por mais que os ninguéns a chamem e mesmo que a mão esquerda coce, ou se levantem com o pé direito, ou comecem o ano mudando de vassoura.

Os ninguéns: os filhos de ninguém, os donos de nada.

Os ninguéns: os nenhuns, correndo soltos, morrendo a vida, fodidos e mal pagos:

Que não são, embora sejam.

Que não falam idiomas, falam dialetos.

Que não praticam religiões, praticam superstições.

Que não fazem arte, fazem artesanato.

Que não são seres humanos, são recursos humanos.

Que não têm cultura, têm folclore.

Que não têm cara, têm braços.

Que não têm nome, têm número.

Que não aparecem na história universal, aparecem nas páginas policiais da imprensa local.

Os ninguéns, que custam menos do que a bala que os mata.

Fonte: GALEANO, E. **O livro dos abraços**. São Paulo: L&pm, 1991.

QUESTÕES

- 1- Identifique no texto elementos que tradicionalmente são ligados ao folclore.
- 2- Analise as oposições que o autor enumera. Quem são os ninguéns?
- 3- Por que o autor associa os ninguéns a pulgas?

TEXTO 2

Música: País Tropical

Jorge Ben Jor

Composição: Jorge Benjor

Moro...

Num país tropical,

Abençoado por Deus

E bonito por natureza (Mas que beleza!)

Em fevereiro (Em fevereiro)

Tem carnaval (Tem carnaval)

Eu tenho um fusca e um violão,
Sou Flamengo e tenho uma nêga chamada Tereza
“Sambaby”, “Sambaby”
Sou um menino de mentalidade mediana (Pois é)
Mas assim mesmo, feliz da vida pois eu não devo nada a ninguém (Pois é)
Pois eu sou feliz, muito feliz comigo mesmo...

Moro...
Num país tropical,
Abençoado por Deus
E bonito por natureza (Mas que beleza!)

Em fevereiro (Em fevereiro)
Tem carnaval (Tem carnaval)
Eu tenho um fusca e um violão,
Sou Flamengo e tenho uma nêga chamada Tereza

“Sambaby”, “Sambaby”
Eu posso não ser um Band Leader (Pois é)
Mas assim mesmo, lá em casa todos meus amigos, meus camaradinhas me respeitam
(Pois é)
Essa é a razão da simpatia, do poder do algo mais e da alegria...

Moro...
Num país tropical,
Abençoado por Deus
E bonito por natureza (Mas que beleza!)

Em fevereiro (Em fevereiro)
Tem carnaval (Tem carnaval)
Eu tenho um fusca e um violão,
Sou Flamengo e tenho uma nêga chamada Tereza...

“Mor...
No patropi,

Abençoa por Dê
E boni por naturê (Mas que Belê!)”
“Em feverê (Em feverê)
Tem carná (Tem carná)
Eu tenho um fuca um vió
Sou flamen e tenho uma nêga chamá Terê
Do meu Brasil”

QUESTÕES

1. A canção nos remete à ideia de nação? Como?
2. Existem elementos relacionados à cultura popular? Se existirem, como foram trabalhados?

INDÚSTRIA CULTURAL E CULTURA DE MASSA

Tratando do assunto cultura e sociedade moderna, torna-se obrigatório abordar a indústria cultural e cultura de massa. Estes termos criados pelos teóricos da escola de Frankfurt tratam a cultura como uma produto, característica primordial da sociedade capitalista. Para entrarmos nesta questão, já que a indústria cultural é um termo teoricamente criado na análise dos meios de comunicação de massa, a compreensão histórica do surgimento desses meios aparece aqui como uma ferramenta necessária para o pleno entendimento dos termos referidos.

O surgimento dos meios de comunicação de massa toma força e praticamente caminha junto com o aparecimento da sociedade capitalista. Com a revolução industrial, o capitalismo deslança e reforça também sua ideologia através da disseminação desta ideologia nas massas.

Pegando carona com este crescimento industrial e o amadurecimento do capitalismo, os meios de comunicação de massa se iniciam praticamente com a invenção da imprensa escrita, porém era um meio utilizado somente por uma elite de letrados que dominava a produção e a reprodução deste meio. Seu aparecimento se deu com os primeiros jornais, isto num período anterior ao da Revolução Industrial, no século XVIII. Mas somente na metade do século XIX, com a ocorrência de uma economia baseada no consumo de bens, é que a indústria cultural, os meios de

comunicação de massa e a cultura de massa surgem como fenômenos da industrialização. Conforme Coelho (2003, p. 12), são características da indústria cultural:

- a) Revolução Industrial;
- b) capitalismo liberal;
- c) economia de mercado;
- d) sociedade de consumo.

Com a Revolução Industrial, que substituiu em grande parte a mão de obra do homem pelas máquinas, impondo ao homem uma classificação e divisão de trabalho e conseqüentemente a exploração, vê-se também uma adequação cultural da população a este novo sistema social. Portanto, deste ponto até chegar a uma transformação das manifestações humanas (culturas) em “coisas” consumíveis ou bens de consumo foi um passo. O processo tecnológico dos meios de comunicação foi rápido assim como o desenvolvimento da sociedade capitalista, e da imprensa escrita logo se chega ao rádio, televisão e por fim aos meios digitais como a internet. Estes meios transmitem, já que possuem a dominação da elite, o pensamento ideológico da classe dominante. A Revolução Industrial se torna importante na medida em que vai nivelando e homogeneizando através de padrões culturais uma determinada sociedade.

Mas ao mesmo tempo em que a comunicação rapidamente chega a um grande número de pessoas, ela também se torna uma esfera da atividade econômica, com inversão de capital, recrutamento de mão de obra especializada, desenvolvimento de novas técnicas, produção de bens e serviços, transformando-se em elemento fundamental da própria organização social, conseqüentemente associada ao exercício do poder e à ordenação da vida coletiva. Assim clareia-se o termo “indústria” cultural a partir do momento em que a cultura é produzida por uma elite, transformando todas as manifestações culturais humanas em produtos a serem consumidos. Esta relação de produção pode ser associada à incorporação das manifestações da cultura dominada (popular) pela cultura dominante (erudita), sendo absorvida pela massa, criando uma cultura de massa ou até mesmo uma cultura nacional.

Todavia, a indústria cultural não é imune às contradições da vida social, entre classes e grupos sociais diversos, até porque os elementos dos meios de comunicação de massa não são absolutos, podendo ser entendidos como projetos dos interesses dominantes da sociedade, mas não da cultura dessa sociedade (mesmo que entendidos

por uma minoria). Ela é um dos frutos da sociedade capitalista em que vivemos. Ao fazer a análise da atuação dos meios de comunicação de massa, percebe-se que eles funcionavam como uma verdadeira indústria de produtos culturais visando exclusivamente ao consumo. A indústria cultural vende mercadorias; porém, mais do que isso, vende imagens do mundo e faz propaganda deste mundo tal qual ele é e para que ele assim permaneça de acordo com a ideologia dominante. Vê-se então a carga político-ideológica da indústria cultural. A população se torna alvo do mercado, tornando-se consumidores em potencial, como consequência de um barateamento da mercadoria industrializada.

Os meios tecnológicos tornaram possível reproduzir obras de arte em escala industrial. Para os autores, essa produção em série (por exemplo, os discos de música clássica, as reproduções de pinturas, a música erudita como pano de fundo de filmes de cinema) não democratizou a arte. Simplesmente banalizou-a, descaracterizou-a, fazendo com que o público perdesse o senso crítico e se tornasse um consumidor passivo de todas as mercadorias anunciadas pelos meios de comunicação de massa.

Portanto, para os teóricos da escola de Frankfurt a indústria cultural tem como único objetivo a dependência e a alienação dos homens. Ao maquiagem o mundo nos anúncios que veicula, ela acaba seduzindo as massas para o consumo das mercadorias culturais, a fim de que elas se esqueçam da exploração que sofrem nas relações de produção.

Uma outra visão dos meios de comunicação de massa não ignora a visão crítica da escola de Frankfurt, porém acredita que não se pode pensar a sociedade moderna sem estes meios.

Os meios de comunicação de massa e suas novas formas de produção cultural propiciaram mudanças na percepção e na assimilação do público consumidor, podendo, inclusive, gerar novas formas de mobilização e contestação por parte desse público.

Essas diferentes visões sobre a indústria cultural nos levam a uma reflexão da sociedade brasileira no âmbito comunicacional. As famosas novelas no Brasil, reproduzidas pelas emissoras nacionais e assistidas por milhões de pessoas no mundo inteiro, trazem na sua produção o estereótipo de uma sociedade brasileira, reproduzindo uma concepção de Brasil ideologicamente formada por uma elite que domina estes meios de comunicação e que nem sempre é fiel à realidade.

O sistema de capital percebe que a massa, além de produzir mercadorias de consumo geral, poderia produzir também, e em larga escala, elementos da cultura,

transformando-os em mercadoria. A partir do momento em que se produz em série para o consumo do povo em geral, provoca-se um novo padrão de significações na visão de mundo, nas formas de pensar, agir e sentir.

Um dos grandes exemplos visíveis na mídia são as propagandas que de uma forma ou de outra atraem os telespectadores através dos sentidos. Realmente são muitas opções, no entanto, tudo o que é produzido pela indústria cultural custa dinheiro, ou seja, só podemos adquirir se as condições financeiras forem adequadas.

Mas indo contra toda esta linha de pensamento, muitas vezes vindo das camadas populares, mas também tendo sua origem nas elites das sociedades, surgem grupos que vão contra a ideologia dominante – uma contracultura é estabelecida. A contracultura surge como uma oposição a esta forma estabelecida de imposição cultural. Este termo americano significa oposição expressa de diferentes maneiras a algo estabelecido. Ou ainda, é uma crítica radical ao sistema social e cultural em vigor.

As manifestações culturais populares podem, então, se constituir em um projeto político, engajadas numa luta por diferentes reivindicações. Ex: a MPB, que denunciava a opressão e as atrocidades do autoritarismo do período militar brasileiro, os hippies, o tropicalismo, etc.

AUTOATIVIDADE

Você se sente alienado(a) pelas maciças propagandas que apelam para o consumismo exacerbado? Vamos analisar como a população encara esta situação?

1 – Pesquisar: valores socioculturais e padrões de beleza e de consumo que a TV transmite. Debater em sala de aula se os tais padrões condizem com a realidade da população (cidade ou bairro). Montar um documentário, fotografado ou filmado, que pode ser apresentado para os demais alunos da escola.

2 – Entrevistar cinco pessoas de sua comunidade ou bairro, montar um questionário sobre a renda familiar, os utensílios domésticos e eletrônicos em geral que possuem em casa, despesas com alimentação, vestuário e saúde e o acesso às diferentes manifestações culturais (teatro, cinema, música, educação, etc). Com base na pesquisa, montar um painel mostrando a realidade da população frente aos apelos de consumo da mídia.

DIVERSIDADE E IDENTIDADE CULTURAL

Atualmente tem sido muito abordada a questão da diversidade cultural. É importante deixar mais claro o entendimento de diversidade cultural do ponto de vista científico. Muitas pessoas pensam na diversidade cultural de acordo com o que é discutido no senso comum. Com base neste contexto, procura-se aqui fazer uma abordagem breve deste assunto.

Para identificar a diversidade cultural, necessariamente deve estar presente aquilo que os antropólogos chamam de “estranhamento”, ou seja, estranhar o que foge dos valores, princípios, padrões, regras, etc., de uma determinada sociedade. A diversidade cultural é composta também de grupos sociais minoritários, que buscam a sua identidade dentro da cultura na qual estão inseridos, como por exemplo homossexuais, negros, índios, etc.

Quando se fala em identidade cultural, geralmente as pessoas a associam à ideia do “eu” enquanto pessoa (identidade pessoal) como, por exemplo, a data de nascimento, filiação, foto, impressão digital, assinatura, etc. Entretanto, a identidade a que nos referimos é a identidade social. Ambas caminham juntas, a identidade pessoal remete a uma investigação psicológica e a social a uma investigação antropológica e sociológica, uma vez que a identidade é construída por meio das relações sociais (OLIVEIRA, 1976).

Toda a sociedade elabora sua própria cultura e sofre a influência de outras culturas. Não há sociedade sem cultura. O indivíduo, ao nascer, sofre influências do meio social em que vive. A cultura pode ser definida como um estilo próprio de vida. Todas as sociedades se desenvolvem e se caracterizam. Assim, os indivíduos que compartilham a mesma cultura apresentam o que se chama de identidade cultural. A sociedade produz regras, valores e estilos próprios de organização (OLIVEIRA, 2004). Pode-se dizer, então, que a cultura brasileira é o resultado da miscigenação de três etnias (a europeia, a indígena e a negro-africana).

Partindo da ideia acima, sobre a diversidade cultural e identidade cultural, apresentam-se alguns termos que estão relacionados ao processo cultural, como a **etnia**, que é compreendida enquanto grupos biológicos e culturalmente homogêneos com características raciais próprias. Pode-se exemplificar partindo da nossa própria história. Os portugueses quando aqui chegaram encontraram nativos que possuíam

características e culturas completamente diferentes da sua. Esses povos viviam em harmonia com a natureza, da qual retiravam os alimentos para sua subsistência, e tinham linguagem própria, o que dificultou os primeiros contatos entre eles. Essa invasão por parte da Europa em busca de uma dominação mercantilista fez com que houvesse uma dominação cultural com uma visão etnocêntrica, quando supervalorizaram a sua cultura em relação à cultura nativa. “Etnocentrismo é a tendência a considerar os valores e as normas da própria sociedade como aplicáveis às demais” (Oliveira, 2004, p. 247).

Esse contato leva a um processo de aculturação primeiramente entre nativos e portugueses, mais adiante também com os negros africanos, a qual mais tarde predominará na cultura brasileira. Oliveira (2004, p. 145) conceitua **aculturação**:

Quando seres humanos de grupos diferentes entram em contato direto e contínuo, geralmente ocorrem mudanças culturais nos grupos, pois verifica-se a transmissão de traços culturais de uma sociedade para outra. Alguns traços são rejeitados; outros são aceitos e incorporados, quase sempre com mudanças significativas à cultura resultante.

Nas sociedades tribais há uma maior integração cultural entre seus integrantes. O mesmo não acontece nas sociedades complexas onde predomina a urbanização e a industrialização, a tornar essas sociedades heterogêneas, fragmentadas e diversificadas, originando as subculturas. Para Vila Nova (1981, p. 38),

subcultura significa parte de uma cultura. As subculturas, sendo diferentes do todo, não são, contudo, independentes da cultura total. Uma subcultura não é também um simples conjunto de pessoas. As pessoas participam de subculturas, mas não são as subculturas. Nas sociedades complexas, as pessoas tendem a participar simultaneamente de várias subculturas. Uma subcultura é antes constituída de valores, crenças, normas e padrões de comportamento, ou seja, de um modo de vida própria compartilhado por uma parte da população total de uma sociedade.

Nas sociedades modernas encontram-se pessoas ou grupos que se opõem aos valores, normas e regras preestabelecidas, buscando uma cultura alternativa através de manifestações culturais. Esse movimento é denominado contracultura. Historicamente as manifestações culturais estiveram presentes em diversos momentos das sociedades. Podem-se citar como exemplo os hippies em 1960, os punks entre 1970-1980, os caras-

pintadas em 1992. Todos esses movimentos tinham como objetivo uma mudança cultural, contrapondo-se à cultura vigente.

AUTOATIVIDADE

1 – Crie a árvore genealógica de sua família descrevendo as características socioeconômicas e culturais de cada geração. Depois, compare as características de cada geração relacionando com os dias de hoje e apresente os resultados em sala de aula. Essa atividade tem como objetivo resgatar a história de cada família e a sua contribuição para o processo de construção cultural e social de sua realidade.

2 – Criar um pacote turístico onde o aluno possa desenvolver um trabalho que contemple os aspectos econômicos, políticos, sociais e culturais do local visitado, socializando essa atividade com os demais colegas. O objetivo desta atividade é fazer com que o aluno perceba a diversidade cultural

SUGESTÃO DE FILMES

Os deuses devem estar loucos

Após uma garrafa de Coca-Cola ser jogada de um avião sobre uma tribo africana, seus habitantes passam a considerá-la um presente dos deuses. Logo a garrafa gera uma série de conflitos, fazendo com que um nativo seja encarregado de devolvê-la.

Ficha técnica

Título original: The Gods Must Be Crazy

Gênero: Comédia

Tempo de duração: 97 minutos

Ano de lançamento (Botsuana/África do Sul): 1989

Estúdio: Elmira Investments / Weintraub Entertainment Group

Distribuição: Columbia Pictures

Direção: Jamie Uys

Encantadora de baleias

Uma jovem garota é obrigada a assumir o posto de líder de sua tribo, precisando enfrentar a resistência de seu avô devido ao não-cumprimento de antigas tradições.

Recebeu uma indicação ao Oscar.

Ficha técnica

Título original: Whale Rider

Gênero: Drama

Tempo de duração: 105 minutos

Ano de lançamento (Nova Zelândia): 2003

Site oficial: www.whaleriderthemovie.com

Estúdio: ApolloMedia / New Zealand Film Commission / New Zealand On Air / New Zealand Film Production Fund / South Pacific Pictures / Pandora Filmproduktion

GmbH

Distribuição: Buena Vista / Imagem Filmes

Direção: Niki Caro

Hair

Um jovem de Oklahoma que foi recrutado para a guerra do Vietnã, junta-se com um grupo de hippies com comportamento nada convencional que tenta convencê-lo dos absurdos da atual sociedade.

Ficha técnica

Título original: Hair

Gênero: Musical

Tempo de duração: 120 minutos

Ano de lançamento (EUA): 1979

Estúdio: CIP Filmproduktion GmbH

Distribuição: United Artists

Direção: Milos Forman

A missão

Relata os interesses colonialistas frente ao enriquecimento e colonização (portugueses e espanhóis), envolvendo a exploração indígena com um comércio forte pelos

portugueses e, ao mesmo tempo, a influência dos jesuítas no controle espiritual dos índios.

Ficha técnica

Título original: The Mission

Gênero: Drama

Tempo de duração: 125 minutos

Ano de lançamento (Inglaterra): 1986

Estúdio: Enigma Productions / Kingsmere Productions Ltd. / Goldcrest Films

International

Distribuição: Warner Bros.

Direção: Roland Joffé

A conquista do paraíso

O sonho do navegador italiano Cristóvão Colombo de conseguir financiamento da coroa espanhola com o objetivo de levar em frente seu projeto de chegar às Índias.

Ficha técnica

Título original: 1492: Conquest of Paradise

Gênero: Drama

Tempo de duração: 155 minutos

Ano de lançamento (EUA / Inglaterra / França / Espanha): 1992

Estúdio: Paramount Pictures / Gaumont / Cyrk / Due West / French Ministry of Culture and Communication / Légende Enterprises / Spanish Ministry of Culture

Distribuição: Paramount Pictures

Direção: Ridley Scott

O piano

Uma mulher que se recusa a falar sai da Escócia para as florestas da Nova Zelândia em um casamento arranjado, levando consigo sua filha e seu piano. As coisas acabam não sendo bem como ela imaginou, e sua vida passa a ser cada vez mais difícil.

Ficha técnica

Título original: The Piano

Gênero: Drama

Tempo de duração: 121 minutos

Ano de lançamento (Nova Zelândia): 1993

Estúdio: Australian Film Commission / CiBy 2000 / New South Wales Film & Television Office
Distribuição: Miramax Films
Direção: Jane Campion

Suíte Habana

Um dia qualquer na vida de dez habitantes da cidade de Havana, localizada em Cuba. O dia-a-dia da cidade, mostrando a diversidade dos grupos sociais que existem e que formam várias cidades em uma só.

Ficha técnica

Título original: Suite Habana
Gênero: Documentário
Tempo de duração: 80 minutos
Ano de lançamento (Cuba): 2003
Site oficial: www.suitehabana.com
Estúdio: Wanda Visión S.A. / Instituto Cubano del Arte e Industrias Cinematográficos
Distribuição: Filmhouse
Direção: Fernando Pérez

Amores brutos

Em plena Cidade do México, um terrível acidente automobilístico ocorre. A partir deste momento, três pessoas envolvidas no acidente se encontram e têm suas vidas mudadas para sempre. Um deles é o adolescente Octavio (Gael García Bernal), que decidiu fugir com a mulher de seu irmão, Susana (Vanessa Bauche), usando seu cachorro Cofi como veículo para conseguir o dinheiro para a fuga. Ao mesmo tempo, Daniel (Álvaro Guerrero) resolve abandonar sua esposa e filhas para ir viver com Valeria (Goya Toledo), uma bela modelo por quem está apaixonado. Também se envolve no acidente Chivo (Emilio Echevarría), um ex-guerrilheiro comunista que agora atua como matador de aluguel, após passar vários anos preso. Ali, em meio ao caos, ele encontra Cofi e vê a possibilidade de sua redenção.

Ficha técnica

Título original: Amores Perros
Gênero: Drama
Tempo de duração: 153 minutos

Ano de lançamento (México): 2000
 Site oficial: www.amoresperros.com
 Estúdio: Altavista Films / Zeta Film
 Distribuição: Lions Gate Films Inc.
 Direção: Alejandro González Iñárritu

Crash - No Limite

Jean Cabot (Sandra Bullock) é a rica e mimada esposa de um promotor, em uma cidade ao sul da Califórnia. Ela tem seu carro de luxo roubado por dois assaltantes negros. O roubo culmina num acidente que acaba por aproximar habitantes de diversas origens étnicas e classes sociais de Los Angeles: um veterano policial racista, um detetive negro e seu irmão traficante de drogas, um bem-sucedido diretor de cinema e sua esposa, e um imigrante iraniano e sua filha.

Ficha técnica

Título original: Crash
 Gênero: Drama
 Tempo de duração: 113 minutos
 Ano de lançamento (EUA): 2004
 Site oficial: www.crashfilm.com
 Estúdio: Bull's Eye Entertainment / DEJ Productions / Bob Yari Productions / Harris Company / Blackfriars Bridge / ApolloProScream GmbH & Co. Filmproduktion KG
 Distribuição: Lions Gate Films Inc. / Imagem Filmes
 Direção: Paul Haggis

Narradores de Javé

Somente uma ameaça à própria existência pode mudar a rotina dos habitantes do pequeno vilarejo de Javé. É aí que eles se deparam com o anúncio de que Javé pode desaparecer sob as águas de uma enorme usina hidrelétrica. Em resposta à notícia devastadora, a comunidade adota uma ousada estratégia: vão preparar um documento contando todos os grandes acontecimentos heroicos de sua história, para que Javé possa escapar da destruição. Como a maioria dos moradores é analfabeta, a primeira tarefa é encontrar alguém que possa escrever as histórias.

Ficha técnica

Título original: Narradores de Javé

Gênero: Comédia

Tempo de duração: 100 minutos

Ano de lançamento (Brasil): 2003

Distribuição: Lumière e Riofilme

Direção: Eliane Caffé

Macunaíma

Macunaíma é um herói preguiçoso, safado e sem nenhum caráter. Ele nasceu na selva e de preto virou branco. Depois de adulto, deixa o sertão em companhia dos irmãos. Macunaíma vive várias aventuras na cidade, conhecendo e amando guerrilheiras e prostitutas, enfrentando vilões milionários, policiais, personagens de todos os matizes. Depois dessa longa e tumultuada aventura urbana, ele volta à selva, onde desaparecerá como viveu – antropofagicamente.

Ficha técnica

Título original: Macunaíma

Gênero: Comédia

Tempo de duração: 108 minutos

Ano de lançamento (Brasil): 1969

Distribuição: Difilm

Direção: Joaquim Pedro de Andrade

A marvada carne

Nhô Quim perambula com seu cachorro pelo interior paulista, sonhando com duas coisas: encontrar uma noiva e comer carne de vaca. Numa aldeia ele conhece a jovem Carula, que reza todos os dias para Santo Antônio pedindo que lhe arranje um marido. Para fisgar Quim, ela o engana dizendo que seu pai, Nhô Totó, possui um boi que será carneado no dia do casamento. Entretanto, antes de casar, Quim deve cumprir uma série de provas.

Ficha técnica

Título original: A marvada carne

Gênero: Comédia

Tempo de duração: 77 minutos

Ano de lançamento (Brasil): 1985

Distribuição: Embrafilme

Direção: André Klotzel

Deus é brasileiro

Cansado de tantos erros cometidos pela humanidade, Deus resolve tirar umas férias dela, decidindo ir descansar em alguma estrela distante. Para tanto, precisa encontrar um substituto para ficar em seu lugar enquanto estiver fora. Deus resolve então procurá-lo no Brasil, país tão religioso que ainda não tem um santo seu reconhecido oficialmente. Seu guia em sua busca é Taoca, um esperto pescador que vê em seu encontro com Deus sua grande chance de se livrar dos problemas pessoais. Juntos eles rodarão o Brasil em busca do substituto ideal.

Ficha técnica

Título original: Deus é brasileiro

Gênero: Comédia

Tempo de duração: 115 minutos

Ano de lançamento (Brasil): 2003

Estúdio: Rio Vermelho Filmes / Globo Filmes / Columbia TriStar Filmes do Brasil /

Luz Mágica Produções / Teleimage

Distribuição: Columbia TriStar Filmes do Brasil

Direção: Cacá Diegues

REFERÊNCIAS

ARANTES, A. A. **O que é cultura popular**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

AKON, A. (Org.) et al. **Dicionário de antropologia**. Lisboa: Verbo, 1983.

CHAUI, M. **Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas**. São Paulo: Cortez, 2006.

CANCLINI, N. G. **Consumidores e cidadãos**. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 1995.

COELHO, T. **O que é indústria cultural**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

COSTA, C. **Sociologia - Introdução à ciência da sociedade**. São Paulo: Moderna, 1997.

CRESPO, R. A. Cultura e ideologia. In: TOMAZI, N. D. (Org.). **Iniciação à Sociologia**. São Paulo: Atual, 2000. p. 264.

CUCHE, D. **A noção de cultura das ciências sociais**. Bauru: EDUSC, 1999.

- DAMATTA, R. **O que faz o Brasil, Brasil?** Rio de Janeiro: Rocco, 2000.
- EVANS-PRITCHARD, E. E. **História do pensamento antropológico:** perspectivas do homem. Lisboa: Edições 70, 1989.
- FREDERICO, C. **Sociologia da cultura:** Lucien Goldmann e os debates do século XX. São Paulo: Cortez, 2006.
- GEERTZ, C. **A interpretação das culturas.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.
- LIMA, L. C. (Org.). **Teoria da cultura de massa.** 5. ed. São Paulo: Paz e terra, 2000.
- LARAIA, R. de B. **Cultura:** um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- LAKATOS, E. M. **Introdução à sociologia.** São Paulo: Atlas, 1997.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Sociologia geral.** São Paulo: Atlas, 1999.
- LAPLANTINI, F. **Aprender antropologia.** 12. ed. São Paulo: Brasiliense, 2000.
- MARTINS, C. B. **O que é sociologia.** Rio de Janeiro: Zahar, 1988.
- MEKSENAS, P. **Aprendendo sociologia.** São Paulo: Loyola, 1985.
- MEKSENAS, P. **Sociologia.** Coleção Magistério 2º Grau. São Paulo: Cortez, 1994.
- ORTIZ, R. **A moderna tradição brasileira:** cultura brasileira e indústria cultural. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- _____. **Cultura brasileira e identidade nacional.** São Paulo: Brasiliense, 2003.
- OLIVEIRA, P. S. de. **Introdução à sociologia.** São Paulo: Ática, 2001.
- OLIVEIRA, R. C. **O índio e o mundo dos brancos.** São Paulo: Pioneira, 1981.
- _____. **Identidade, etnia e estrutura social.** São Paulo: Pioneira, 1976.
- ROCHA, E. P.G. **O que é etnocentrismo.** 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- SANTOS, J. L. dos. **O que é cultura.** São Paulo: Brasiliense, 1994.
- TOMAZZI, N. D. (Coord.). **Iniciação à sociologia.** São Paulo: Atual, 2001.

UNIDADE V

AS RELAÇÕES INTERÉTNICAS: UMA LUTA POR PODERES

INTRODUÇÃO

Estudar as relações interétnicas ou “raciais” leva-nos à necessidade de pensar as relações e construções sociais das diferentes identidades e grupos, perspectiva que remete à reflexão acerca de como se constituiu o que aqui se entende por etnia como uma cultura diferente da majoritária.

Clifford Geertz (1989) define cultura como sendo um sistema simbólico e de caráter essencialmente semiótico. Tal perspectiva deve ser vista como um conjunto de mecanismos de controle para orientar o comportamento, e não como um complexo de comportamentos concretos. Geertz afirma que

a cultura não é um poder, algo ao qual podem ser atribuídos casualmente os acontecimentos sociais, os comportamentos, as instituições ou os processos, ela é um contexto, algo dentro do qual eles podem ser descritos de forma inteligível, isto é, descritos com densidade (1989, p. 24).

O enfoque semiótico e simbólico nos ajuda a compreender as relações decorrentes do processo social. Segundo Martins (2005),

existe na sociedade uma luta por poderes e significados e que nela os indivíduos produzem diferentes culturas. Essas culturas definem a forma como o mundo e, sobretudo, como os indivíduos devem ser, dando o sentido necessário à vida em grupo. Desta forma, considera-se que há uma sutil troca entre as diversas culturas. Nesse jogo, ou nesta teia de significados, algumas culturas impõem-se como majoritárias, quando não dominantes (2005, p. 28).

Faz-se importante salientar que, partindo-se desse pressuposto, não se pretende instituir aqui uma dicotomia entre etnias. Entende-se apenas que determinados sujeitos sociais, como os negros, índios, mestiços e outras etnias, comungam com outros sujeitos

signos e significados que os diferenciam de outros grupos sociais. Entende-se, principalmente, que estes sujeitos integram outras identidades, tais como as de gênero, e constituíram grupos sociais com objetivos, lutas, identidades, organização política e outros tantos interesses em comum, desenvolvendo processos culturais específicos de sua comunidade.

A perspectiva cultural gera dificuldades e incompreensões, decorrentes de uma postura etnocêntrica, que vê a cultura desses sujeitos² como uma subcultura, no sentido de não-cultura; percebem-na como uma anomalia, um produto de uma deficiência. O “universalismo” pode ser outro fator preponderante para estas posturas. Wrigley explicita o que em geral se chama de “universalismo” quando diz que

os universalismos, em todo discurso, são alimentados pela noção de que os seres humanos compartilham propriedades comuns. Esta busca de universalismos é acompanhada por atitudes de acomodação ou por estratégias usadas para neutralizar os desafios às definições hegemônicas (apud SÁ, 2002, p. 35).

Negros, mestiços e índios não representam o que aqui entendemos por cultura majoritária, contudo estes refletem aspectos da cultura majoritária – e, com certeza, de outras minoritárias. Segundo Lopes,

não foi uma observação espontânea de um certo gradiente de cor de pele que deu origem às denominações “branco” e “negro” no nosso país. A nossa experiência de classificação está vinculada à subalternidade da escravidão que foi utilizada como nomeação e demarcação de lugares sociais (2006, p. 17).

A escravidão, no caso dos negros, e o processo de dizimação, no caso dos índios, reduzia estes sujeitos à condição de objetos. Contudo, sua participação na formação das matrizes fundadoras e da própria constituição do que se entende por brasileiro foi fundamental.

Todavia, faz-se necessário ficar atento à homogeneização sofrida no decorrer da história por esses grupos sociais. Tanto no caso dos indígenas como no dos africanos houve um processo de homogeneização cultural, digamos, primário, pois ambos,

² O termo sujeitos aqui é utilizado como resultado das relações interpessoais e sociais, da negociação e da produção dos sentidos partilhada entre outros sujeitos.

mesmo de nações diferentes³ entre si, tiveram esses matizes planificados e inferiorizados. Lopes afirma que

os povos que foram escravizados e trazidos em grandes contingentes para o Brasil, aqui se tornaram “africanos”, ganhando junto com o termo “africano” para sua identificação, outros dois: o de “negro”, identificador da sua condição racial, e o de “escravo”, descrevendo sua condição social. Isso acabou por produzir uma fusão de significados entre os termos, todos referentes a uma condição percebida como de inferioridade (2006, p. 17).

OBJETIVOS

- Compreender a discussão das relações interétnicas em nossa sociedade como mediação da linguagem.
- Identificar os modelos de visão de mundo e os próprios mitos de formação nacional e de identidade social e suas influências no cotidiano.

PROFESSORES COAUTORES

Emerson Martins

Fernanda Hammes

Gilberto Sadowsky

Gisele Silva Sartor

Marinelva Regina Martini Stumpf

Silvana Marta Mick Frigo

Sonia Margareth Gonçalves

³ Os índios eram carijós, guaranis, tupis e outros. Os negros eram nagô, mina, gêge, entre outros.

O PAPEL DA LINGUAGEM E DA SOCIALIZAÇÃO

Sociologicamente e objetivando entender as estratégias, estruturas e conjunturas de que se utilizam as etnias para resistir ou resignar-se a tal situação, refletir-se-á nas próximas linhas sobre a importância da linguagem e da socialização dos sujeitos e dos grupos sociais. Segundo Martins, a linguagem

é extremamente importante para perceber a cultura como campo de forças subjetivas que se expressam através da linguagem, dos juízos de valor, da arte e das motivações, gerando a ordem do grupo, seus códigos próprios, suas formas de organização e de solidariedade (2005, p. 38).

Neste sentido, também afirma Sá (2002) que a linguagem é o que possibilita a mediação simbólica dos elementos culturais, permitindo o convívio num grupo mais amplo. Sabe-se que os indivíduos nascem e vivem envolvidos em relações sociais que se dão através da linguagem. A linguagem proporciona a expansão das relações interpessoais, que são responsáveis por e constituem suas esferas cognitiva e afetiva, fundamentando a construção da subjetividade.

Os sujeitos internalizam normas, valores, e a própria cultura de um dado grupo ou sociedade ocorre por meio do processo de socialização. Esta consiste na transmissão da cultura através das gerações, naquilo que é esperado dos membros da sociedade, adaptando-os aos moldes dela. Implica, ainda, a adaptação do indivíduo àquelas regras de maneira gradual e seletiva. Levy Jr. (1952, p. 62) afirma que

nenhum sistema de socialização é completamente eficiente, em nenhuma sociedade os indivíduos são socializados igualmente bem, e nenhum indivíduo é perfeitamente socializado. O indivíduo não pode tornar-se igualmente familiar com todos os aspectos da sua sociedade. Na verdade, permanece completamente ignorante de alguns. Mas ele não pode deixar de adquirir um conhecimento eficaz do comportamento e atitudes relevantes para o desempenho dos seus diversos papéis e identificar-se, até certo grau, com os valores inerentes a toda sociedade ou seus segmentos, sempre que o seu comportamento se articular com o de outros membros da sociedade.

No processo de socialização, a linguagem é uma das primeiras instituições mobilizadas. Sejam quais forem as instituições com que o indivíduo terá depois contato – família, Igreja, escola, Estado, etc. –, elas dependem de um sistema de significados construídos e legitimados pela linguagem. Ela desempenha, assim, um papel primordial

na vida dos indivíduos, atuando de forma progressiva. A linguagem não é somente um instrumento do pensamento ou da comunicação, mas é, acima de tudo, o meio mais eficaz e cotidiano de ensino e socialização.

No processo de socialização, o sujeito personifica-se e manifesta-se na identidade. Entende-se que a identidade é uma construção social, ou seja, ela está sempre em transformação, em constante metamorfose; isto torna os indivíduos contraditórios, dada a pluralidade e a multiplicidade das interlocuções durante o processo de sua construção/socialização. Partindo desta concepção de identidade, é fácil imaginar que na realidade não existe em cada indivíduo uma única identidade, e sim múltiplas.

AUTOATIVIDADE 1: A MÚSICA, A LINGUAGEM E OS SENTIDOS

Objetivo: utilizar a música como fonte de argumentação para a discussão das relações interétnicas em nossa sociedade e como mediação da linguagem por meio dos sentidos, enfatizando a textualidade, a oralidade, a corporeidade e a musicalidade como resultados das diferentes relações sociais e étnicas.

Desenvolvimento das atividades: A escolha das músicas seria feita pelos próprios alunos, considerando que desta forma se salvaguardaria o contexto sócio-histórico-cultural do grupo. A partir das letras e dos ritmos, os alunos desenvolveriam o tema da importância da comunicabilidade e expressão artística como uma manifestação dos desejos e angústias dos diversos grupos minoritários em questão. Ainda poderão ser elaboradas pelos alunos paródias ou mesmo novas músicas.

AUTOATIVIDADE 2: O EMBRANQUECIMENTO NA LITERATURA

Objetivo: conhecer escritores negros, mestiços e indígenas que, apesar da notoriedade das suas obras, nunca são reconhecidos ou aludidos como pertencentes à sua verdadeira etnia, incentivando desta forma a reflexão sobre os processos de embranquecimento e planificação das diferenças.

Desenvolvimento das atividades: Apresentar poetas e biografias como de Machado de Assis, Cruz e Sousa e Castro Alves e suas obras, e também pesquisar outros escritores que pertençam a grupos étnicos minoritários. Aqui também seria interessante estudar como as questões de gênero em relação às etnias e à própria arte podem ser excludentes. Pode-se ainda estudar as influências dos movimentos modernistas no Brasil como observância da diversidade cultural e de um contexto genuinamente brasileiro.

A IDENTIDADE ÉTNICA, O ESTEREÓTIPO E O ESTIGMA

A identidade étnica precisa ser analisada sob a ótica de que a cultura majoritária – nesse caso eurocêntrica, vinculada especialmente à sua conotação de superioridade em relação a outros grupos – reprime a construção de uma identidade étnica não vinculada a características de influência europeia. Como decorrência disso, a identidade original do negro, do índio e do mestiço é uma identidade subordinada. Esta identidade subordinada institucionaliza-se por meio de estereótipos. Para Silva, o estereótipo “é uma ideologia, um esforço de contemplação da fluidez, da indeterminação, da incerteza da linguagem, do social” (1998, p. 62).

Neste sentido, o estereótipo atribuído aos grupos minoritários imobiliza-os politicamente, evitando a construção de uma identidade autêntica e autônoma. Os estereótipos tendem a elevar o autoconceito dos discriminadores, livrá-los de suas responsabilidades históricas e sociais e ao mesmo tempo indicar culpados por tais responsabilidades e ocultar as próprias deficiências de quem acusa⁴.

Nesse sentido, a forma como os negros, índios e mestiços têm sido socializados tem criado uma marca social, um estigma, por assim dizer. Goffman (1988) diz que o estigma é um conceito negativo ligado a todos os grupos desacreditados, fora dos padrões aceitos para fazer parte da sociedade. Ou seja, o estigma vincula-se a qualquer pessoa que não se ajusta aos padrões dominantes num momento dado.

Goffman (1988) definiu três categorias de características que levam à estigmatização: i) as abominações do corpo, isto é, as várias deformidades físicas; ii) as

⁴ Somente de maneira ilustrativa, exemplificamos o poder do estereótipo com o caso alemão em meados do século XX e mais recentemente o caso francês. Na Alemanha, o nazismo foi uma resposta a uma profunda crise financeira, a qual foi atribuída aos judeus. Na França, as altas taxas de desemprego são atribuídas aos estrangeiros. Em ambos os casos visava-se encontrar culpados para crises que têm raízes muito mais profundas e complexas, as quais não isentam nenhum dos sujeitos de suas responsabilidades.

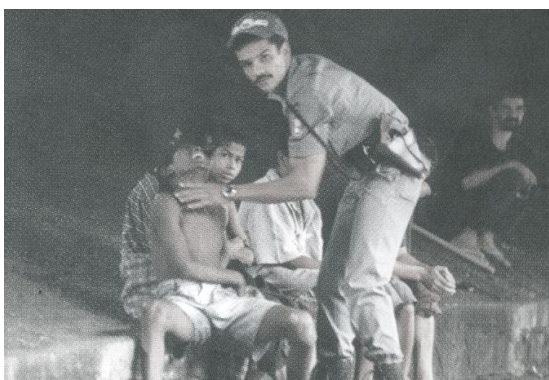
culpas de caráter individual, percebidas como vontade fraca, paixões tirânicas ou não naturais, crenças falsas e rígidas, desonestidades inferidas a partir de prisão, vício, alcoolismo, homossexualismo, desemprego, tentativas de suicídio e comportamento político radical; e, finalmente, iii) os sinais tribais de raça, nação e religião, que podem ser transmitidos através de linhagem e contaminar por igual todos os membros de uma família.

Os estigmas construíram e constituíram relações de poder e conhecimento que cruzam e demarcam as propostas e os processos educacionais. Sabe-se que neste domínio das relações de poder existe um conjunto de políticas para as etnias minoritárias, políticas de representações dominantes da normalidade, que exercem pressões sobre a linguagem, as identidades e, fundamentalmente, sobre o corpo daqueles sujeitos. Muito recentemente, dispositivos legais e publicações com cunho governamental que se preocupam com a questão étnica e racial têm sido sancionados e elaborados, como a Lei Federal nº 10.639/03; as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana; os PCN – Temas Transversais – Pluralidade Cultural; a Educação antirracista: caminhos abertos pela Lei 10.639/03.

O conceito de estigma aproxima-se muito do conceito de estereótipo. Contudo, entende-se que o primeiro é mais abrangente, pois se percebe que as etnias minoritárias destituídas de suas identidades estão numa condição marginal, pois estão incapacitadas de participar ativamente da sociedade. Mais ainda, carregam a marca de corpos e espíritos deficientes, marca que reforça sobremaneira a necessidade de incorporar a cultura majoritária como paliativa aos seus estigmas. Evidentemente, isto demonstrará um esforço pela sua representação como sujeito político e social, representação contudo que lhe é negada pelas imposições da cultura majoritária.

AUTOATIVIDADE 1: NÓS E OS OUTROS – AS RELAÇÕES SOCIAIS DA DISCRIMINAÇÃO E ACEITAÇÃO

[...] Quando eu te encarei frente a frente e não vi o meu rosto, chamei de mau gosto o que vi, de mau gosto, mau gosto, é que Narciso acha feio o que não é espelho [...]. (“Sampa”, de Caetano Veloso).



Fonte: De Moacyr Lopes Júnior/folha imagem, em Bento (2001, 57)

Objetivo: discutir os modelos de visão de mundo e os próprios mitos de formação nacional e de identidade social e suas influências no cotidiano.

Desenvolvimento das atividades: A partir deste texto e desta imagem e de outros a critério do professor, discutir questões como a formação dos grupos sociais (clubes, “tribos urbanas”, gangues, partidos, associações de bairro e outras) e as relações daí derivadas. Neste sentido, refletir com esta atividade a respeito de nossa autoidentidade e da nossa identidade atribuída e como isto influencia nas desigualdades, discriminação e hierarquização sociais.

AUTOATIVIDADE 2: AS PIADAS E OS TROCADILHOS – UMA ANÁLISE DO DISCURSO E DO PRECONCEITO

Objetivo: levar os alunos à reflexão de que os conteúdos em piadas com teor discriminatório são extremamente ofensivos e pejorativos, mostrando-lhes principalmente a natureza “racista”, ofensiva e discriminatória, que naturaliza discursos reprováveis e que reproduzem estereótipos negativos.

Desenvolvimento das atividades: O professor mediará a atividade de análise do preconceito implícito e explícito contido nas piadas e trocadilhos sobre loiras, gays, portugueses, negros, mulheres, índios e imigrantes. Faz-se necessário salientar que esta atividade deve ser executada visando produzir uma elaboração ética sobre os discursos; para tal, a ética deve estar claramente abordada, embasando a necessidade de alusão a estes.

SUGESTÃO DE FILMES

Título Original: **Quanto vale ou é por quilo?**

Ano de lançamento (Brasil): 2005

Roteiro: Sérgio Bianchi, Eduardo Benaim, Newton Canitto

Tempo de duração: 104 minutos

Título em Português: **13º distrito**

Título original: Assault on Precinct 13

Gênero: Ação

Tempo de duração: 109 minutos

Ano de lançamento (EUA / França): 2005

Direção: Jean-François Richet

A DIFERENÇA E A NORMALIZAÇÃO

As representações que visam unificar e planificar as identidades étnicas estão baseadas em termos como normalidade, anormalidade e normalização. Desde sua gênese, o desenvolvimento da ciência moderna, em especial das ciências sociais, esteve ligado ao positivismo. O pensamento positivista desenvolveu teorias abrangentes, e em voga até os dias de hoje⁵, sobre normalidade e patologia. Em linhas gerais, tal enfoque considera que a normalidade está ligada às condições gerais da cultura majoritária, da vida em sociedade.

Na Sociologia, Comte dirige seu interesse de teorização do patológico para o normal, com a finalidade de determinar especulativamente as leis do normal, afirmando a identidade do normal e do patológico em proveito do conhecimento sobre o normal⁶.

Durkheim, por sua vez, afirmava que “um fato social é normal para um tipo social determinado, considerado numa fase determinada de desenvolvimento, quando se produz na média das sociedades desta espécie, consideradas numa fase correspondente

⁵ “O positivismo ‘clássico’ não é um anacronismo do século XIX; encontramos representantes dele até em nossos dias.” (Lowy, 1988, p. 30, citado por Bueno, 1999, p. 48).

⁶ Numa perspectiva diferente de Augusto Comte, na mesma época, na França, Claude Bernard dirigiu o interesse de seus estudos partindo do normal para o patológico, tentando precisá-los a partir de uma interpretação de caráter quantitativo e numérico; em Comte, esta identidade permanecia puramente conceitual. (Canguilhem, 1982).

de desenvolvimento” e, ainda, que “os resultados do método precedente podem verificar-se mostrando que a generalidade do fenômeno está ligada às condições da vida coletiva do tipo social considerado” (1983, p. 118). Durkheim não se refere especificamente ao termo anormalidade, mas a patologia. Contudo, parece haver uma similitude entre estes dois conceitos.

Percebe-se que muitas das noções de normalidade ultrapassam a mera designação do fenômeno frequente ou mediano, impondo-se como uma referência de uma ordem possível, inclusive reconhecidamente construída.⁷ Evidentemente, essas escolhas relegam muitos à margem deles mesmos, instituindo indivíduos e grupos diferentes, considerados anormais.

Entende-se a anormalidade como uma diferença, considerada negativa pelo grupo majoritário ou por indivíduos que integram satisfatoriamente as normas deste, a qual reduz o indivíduo àquela marca, àquele estigma. O indivíduo é reduzido ao seu biológico, como características de cor de pele ou cabelo, ocasionando por conta disto – de posturas e, inclusive, de discursos etnocêntricos – inúmeros estereótipos.

Os grupos minoritários destituídos de sua identidade estão numa condição marginal, pois se encontram incapacitados de participar ativamente da sociedade.

Os processos racistas reforçam sobremaneira a necessidade de incorporar a cultura branca como paliativa às deficiências atribuídas ao negro, por exemplo. Evidentemente, isto demonstrará um esforço pela sua representação como sujeito político e social, representação contudo que lhe é negada pelas imposições da cultura majoritária. Martins afirma que

essa ideia normalizante é algo que se manifesta intrinsecamente ao objeto em questão, é um termo de referência e de qualificação. Contudo, a normalização, especialmente das pessoas, da educação, da saúde e até das mercadorias, mostra-se como resultado de negociações, por assim dizer, num determinado tempo histórico, distinguindo e instituindo o modo de existir e conviver. Esta negociação se dá através de lutas por saberes e poderes, especialmente como legitimadores de uma ordem, em detrimento da diferença (2005, p. 45).

⁷ “Uma norma só é a possibilidade de uma referência quando foi instituída ou escolhida como expressão de uma preferência e como instrumento de uma vontade de substituir um estado de coisas insatisfatório por um estado de coisas satisfatório” (Cauguilhem, 1982, p. 212).

Assumindo tal pressuposto, o normal é um conceito dinâmico e polêmico, inclusive historicamente. A normalidade, por sua vez, implica impingir uma exigência a uma existência, essencialmente, mas não exclusivamente. A diferença surge em contraponto, apresentando-se por vezes como hostil, e noutras como apenas estranha. Analisar a norma sob este viés deriva da busca por uma conceituação de normalidade e anormalidade. Para Martins,

o anormal – no sentido de negação do normal – é posterior à definição do normal. Entretanto, é a possibilidade ou a presença do anormal, anterior à norma, que gera a necessidade da normalização. Afirmar que o anormal é existencialmente o primeiro e logicamente o segundo não se constitui num paradoxo, e sim num fato.

Entende-se que tal relação não se faz de contradição e de exterioridade, e sim de inversão e de polaridade. A norma propõe-se como uma possibilidade e não como uma lei unívoca. Busca-se através da norma unificar o diverso, assimilar a diferença, criando-se por fim um conflito; ela é a execução do projeto normativo (2006, p. 46).

Quando se lança um olhar mais apurado sobre as etnias minoritárias, imediatamente percebe-se um processo de normalização de seus sujeitos e identidades. Esta postura, que se pode considerar etnocêntrica, é antes de tudo normalizadora. Ela busca, muito provavelmente, não a dominação daqueles sujeitos pertencentes a uma cultura minoritária pela norma majoritária, mas os engessa, na equivocada tentativa de aniquilar as identidades diferentes, consideradas frágeis e debilitantes dos sujeitos, com o objetivo da imediata integração desses ao mundo considerado normal. Este engessamento ocorre devido à planificação e à unificação da diferença, resultado inerente à normalização.

As categorias normalidade e anormalidade seguidas de processos de normalização continuam extremamente recorrentes no senso comum e em vários setores especialistas. Todavia, mesmo nos discursos mais hegemônicos, destaca-se a atenção para a diversidade de culturas. Esta diversidade condensa-se num fenômeno chamado multiculturalismo⁸.

⁸ Sobre as adjetivações, diga-se assim, do termo multiculturalismo, ver Peter McLaren (1997, p. 58).

AUTOATIVIDADE: EM BUSCA DA TERRA DA DIFERENÇA

Objetivo: desenvolver um curta-metragem (digital ou analógico) sobre as diferenças e sobre os processos de normalização, incentivando o desenvolvimento de trabalho em equipe e estimulando ao uso das novas tecnologias no processo de aprendizagem. Pode-se ainda trabalhar a construção e manutenção da história oral, para uma história audiovisual, resgatando as diferenças e buscando ampliar a capacidade de observação das imposições culturais como derivadas de um processo de dominação de uma cultura sobre as outras.

Desenvolvimento das atividades: Os alunos devem escolher um grupo étnico ou alguma manifestação cultural e produzir o curta. Devem desenvolver o roteiro, delimitar os objetivos, deliberar sobre as atribuições da equipe técnica (produção, edição, divulgação etc.) e apresentar os resultados numa mostra de vídeos.

O MULTICULTURALISMO

O multiculturalismo é um conceito relacional, na medida em que alguém, um eu, um sujeito, distingue-se do outro, do qual é diferente no seu modo de agir, independentemente da sua etnia, do seu gênero, de sua orientação sexual, religiosa e política e de sua classe social. Manifesta-se como um movimento que busca o reconhecimento e a representação de formas culturais minoritárias e diversas pela cultura majoritária. Propõe-se como uma solução para os diversos “problemas” derivados da necessidade ou condição imposta pela presença do outro, do diferente. Silva assim afirma:

São as relações de poder que fazem com que a “diferença” adquira um sinal, que o “diferente” seja avaliado negativamente relativamente ao “não-diferente”. Inversamente, se há sinal, se um dos termos da diferença é avaliado positivamente (o “não-diferente”) e o outro, negativamente (o “diferente”), é porque há poder (2002, p. 87).

Esse movimento tem se mostrado um importante mecanismo de luta política, especialmente em sua perspectiva crítica. Aqui se está em consonância com a perspectiva proposta por McLaren (1997), segundo a qual não se pode desprezar as dimensões sociais e históricas da diferença, pois esta não é somente textualidade ou um espaço de retórica formal, no qual a representação narra sua própria trajetória de significação. Entende-se que a diferença não pode ser pensada fora de processos linguísticos e discursivos, ou seja, que é uma construção.

A diferença tem sido tratada institucionalmente, sobretudo em relação à educação, como um processo preocupado com a socialização do diferente, buscando a inclusão pelo tratamento da igualdade. Não obstante, crê-se que tal política inclusiva não enfoca os verdadeiros desafios propostos pela multiculturalidade. De um viés crítico e humanista, a diferença tratada como “igual” leva a relações de exclusão indiretas, não oficiais. Os estudos culturais demonstram que o desafio institucional da inclusão é sim reconhecer os limites, obstáculos e possibilidades para a permanência e significação dos diferentes nestas intuições sociais, desde que estas sejam capazes de proporcionar as ferramentas metodológicas e comunicacionais necessárias ao processo institucional em que este esteja inserido, seja a escola, a empresa, o hospital ou quaisquer outros ambientes.

AUTOATIVIDADE: MOSAICO BRASILEIRO

Objetivo: pesquisar as manifestações culturais das diversas regiões do Brasil, como a dança, o folclore, as comidas típicas, a religiosidade, as expressões linguísticas regionais, incentivando a valorização, identificação e contribuição na formação social, política e econômica brasileira, como reflexo das relações multiculturais e históricas.

Desenvolvimento das atividades: a partir das pesquisas bibliográficas, etnográficas, virtuais e, inclusive, de campo, sugere-se a produção de mosaicos, os quais se constituirão de colagens que representarão as diferentes manifestações regionais e culturais. Posteriormente, tais mosaicos serão apresentados numa noite cultural, a qual será incrementada por apresentações artísticas, culturais e gastronômicas.

SUGESTÃO DE FILMES

Título em Português: **Os deuses devem estar loucos**

Título original: The gods must be crazy

Gênero: Comédia

Tempo de duração: 108 minutos

Ano de lançamento (Botsuana/África do Sul): 1980

Direção: Jamie Uys

Título original: **Cronicamente Inviável**

Gênero: Drama

Tempo de duração: 101 minutos

Ano de lançamento (Brasil): 2000

Direção: Sergio Bianchi

O RACISMO CRIA AS RAÇAS: A IMPORTÂNCIA DE ENTENDER OS PROCESSOS DE DISCRIMINAÇÃO E DESIGUALDADE NAS RELAÇÕES INTERÉTNICAS

Os processos de produção de discriminação e desigualdade são forjados, além dos discursos, em condições institucionais, econômicas e políticas. Para Martins,

o processo de normalização dá-se através de um discurso etnocêntrico e hegemônico que busca unificar e planificar as diferenças. Desta constatação, os grupos diferentes passam a lutar pelo domínio do simbólico, passam a negociar, reinterpretar e impor, ou melhor, afirmar a sua cultura. A “dupla violência”⁹, como chamaram Bourdieu e Passeron (1975), é contestada e subvertida em evidentes clamores pelo reconhecimento da diferença. Estes rechaçam a ideia de normalidade, por entenderem que ela não existe no meio social. A vida em sociedade, diga-se, é feita das influências de uma cultura sobre a outra. Em caso, porém, de dominação de uma dessas culturas sobre as outras, estas se constituem na relação que deriva dessa dominação (2006, p. 50).

⁹ Para Bourdieu e Passeron (1975), o processo de dominação cultural ocorre por dois processos. O primeiro mecanismo é a imposição de uma cultura específica, devido a fatores econômicos e históricos, como a cultura de toda a sociedade. O segundo materializa-se na ocultação de que se trata de uma imposição, fazendo com que as outras culturas aceitem-na como natural.

A normalidade é também um discurso, e justamente por isso há a necessidade de enfatizar as origens negras e a própria negritude como “diferença” e não como “anormalidade”.

A Sociologia tem como responsabilidade esclarecer como as teorias racistas e de planificação das diferenças têm ocorrido no passado e na contemporaneidade, como as teorias do francês Joseph-Auguste de Gobineau, do alemão Richard Wagner e do inglês Houston Stewart Chamberlain, que entre outras coisas se utilizaram da ciência, especialmente das teorias evolucionistas, para explicar a sociedade humana, a qual eles consideravam constituída em grupos humanos de fortes e fracos; os primeiros teriam características naturais que os tornavam superiores e os autorizavam a comandar e a explorar outros povos. Tais diferenças, para esses autores, se evidenciavam em tipos físicos que se relacionavam a diferenças intelectuais e morais, originando assim a ideia de raça.

Nasce com esses autores a fórmula do racismo: os portadores de pele escura, no caso os negros e os não-europeus, eram de raça inferior; já os de pele clara, os ditos brancos, eram a raça superior. Justificou-se assim, com o aval da ciência, o domínio colonial e a exploração de outros povos pelos europeus. Esses argumentos consideravam como inatas as desvantagens¹⁰ sociais, políticas, econômicas, tecnológicas e bélicas, e desprezavam os processos de formação histórica e cultural como resultado das necessidades dos grupos sociais. Outro ponto a ser abordado é a questão do imigrantismo como derivada também de processos de exclusão dos negros a partir da abolição da escravatura, vinculadas às teorias racistas da superioridade do branco. Esse discurso é explicitado por Bento (2001, p. 29):

As teorias raciais trouxeram consigo um problema sério para o Brasil. A elite brasileira desejava apresentar o Brasil como um país branco, igualzinho à Europa. Mas como explicar que, de fato, o Brasil era um país majoritariamente negro (nesta época, 1872, o censo indicava que 55% da população era negra) que enriqueceu com trabalho escravo?

[...]

Os cientistas e os políticos de então resolveram trazer muitos imigrantes europeus para cá, estimular a miscigenação, para a população ir branqueando, branqueando... dali a algumas décadas, o país seria branco. Talvez então a elite brasileira da época dissesse justamente ao mundo que um país poderia se desenvolver muito com uma população diversificada.

¹⁰ Evidentemente, o termo desvantagem procura exprimir o viés do europeu em relação aos demais agrupamentos humanos.

Certamente os cientistas daquela época, mesmo que quisessem, não teriam recursos intelectuais para debater ou mesmo contrariar os cientistas europeus, então imitavam as ideias europeias que pouco diziam em relação à realidade do Brasil. Neste sentido, estas considerações devem estar sempre em voga, como um recurso de demonstração de que o racismo é construção social e portanto passível de transformação.

Nas relações interétnicas o racismo toma grande destaque, não somente pela obviedade e explicitação do racismo, mas também pela forma como este se reproduz em nossa sociedade, a começar pela história oficial que exclui a participação dos negros, indígenas e mestiços no processo de construção sócio-histórico-cultural-política do Brasil. Neste viés da história a escravidão, por exemplo, aparece como branda; nela os senhores são pais e os escravos resignados e passivos. Excluem-se do currículo as resistências e a própria violência do regime escravocrata.

Onde estão os heróis negros? Os feitos dos descendentes dos africanos? A desesperada luta indígena para sobreviver e não sucumbir à cultura do branco? Estão esquecidos. Não se sabe que Aleijadinho, Machado de Assis, Luís Gama, Teodoro Sampaio, André Rebouças e tantos outros personagens importantes da história de nosso país eram negros, como estes.

A omissão também contribui enormemente para o racismo. No cotidiano nos valem de eufemismos que visam camuflar o amálgama indissolúvel da exclusão social. A linguagem aqui retoma real importância para se entender o fenômeno do racismo. Infundáveis exemplos poderiam ser elencados em relação à associação de negros a animais, de piadinhas e outras “brincadeiras”, nas quais se camuflam, reforçam-se e reproduzem-se os estereótipos que levam ao racismo.

De maneira mais contundente, apresenta-se uma adaptação de dados estatísticos, adaptados de Bento (2006, p. 59-60), na tabela abaixo, que deixam clara a efetivação de um processo algoz e cruel da realidade brasileira em termos étnicos.

No trabalho	
Branco e pardos	Branco ganham 2,1 vezes mais que os pardos
Branco e negro	Branco ganham em média quase duas vezes e meia do que os negros
Homens brancos e mulheres negras	Branco ganham quase quatro vezes

		mais do que negras
Crianças no trabalho de 10 a 14 anos, em %	brancas	14,99
	mestiços	19,96
	negras	20,52

Tabela 1: As diferenças de renda no trabalho. Fonte: os autores

Na escola			
Analfabetismo em %	negros	Sudeste	21
		Nordeste	49,6
	pardos	Sudeste	16,3
		Nordeste	38,8
	brancos	Sudeste	8,4
		Nordeste	28,6
Analfabetismo média em %	Sudeste		18,3
	Nordeste		36,4
Escolaridade de crianças entre 10 e 14 anos, em %	brancos		87,9
	negros		77,6

Tabela 2: analfabetismo e escolaridade. Fonte: os autores

Nas tabelas observamos que os brancos ganham mais, começam a trabalhar mais tarde, têm mais acesso à escola tanto na região Sudeste como no Nordeste e recebem salários distintos mesmo com igual grau de escolaridade, isto sem contar as questões de gênero, na qual as desigualdades se aprofundam. Esses dados demonstram por si sós que a discriminação não é apenas uma fantasia e sim uma realidade tácita, cruel e inaceitável.

AUTOATIVIDADE: A (DES)CONSTRUÇÃO DO TERMO RAÇA

Objetivo: integrar as disciplinas de Biologia, História, Filosofia, Geografia, Educação, Física, Artes, Português, Língua Estrangeira e Matemática na discussão do processo de formação da ideia de raça e na transição para um conceito mais amplo, a etnia.

Desenvolvimento de atividades: um pequeno projeto deverá ser desenvolvido englobando na medida do possível essas e outras disciplinas na contextualização e na análise de dados estatísticos e qualitativos que poderão ser obtidos a partir de cada disciplina. O projeto seria desenvolvido no decorrer do ano letivo e teria como fim a interdisciplinaridade e a discussão de forma ampla desse tema tão complexo e permeado de preconceitos e senso comum.

SUGESTÃO DE FILME

Título em Português: **Crash, no limite**

Título original: Crash

Gênero: Drama

Tempo de duração: 113 minutos

Ano de lançamento (EUA): 2004

Direção: Paul Haggis

REFERÊNCIAS

BENTO, M. A. S. **Cidadania em preto e branco**. São Paulo: Ática, 2001.

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História Afro-Brasileira e Africana. Brasília, MEC; Secad, 2005.

_____. Educação antirracista: caminhos abertos pela Lei Federal 10.639/03. Brasília, MEC; Secad, 2005.

_____. Lei Federal nº 10.639/03. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências.

_____. Parâmetros Curriculares Nacionais, Temas Transversais – Pluralidade Cultural. Brasília, MEC; Secad, 1999.

DURKHEIM, É. **As regras do método sociológico**. Tradução de Carlos Alberto Ribeiro de Moura et al. 3. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

HERNADES, L. **A África na sala de aula**. São Paulo: Selo Negro, 2005.

GOMES, F. dos S.; REIS, J. J. (Org.). **Liberdade por um fio: história de quilombos no Brasil**. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

KNECHTEL, M. do R. **Multiculturalismo e processos educacionais**. Curitiba: FACINTER, 2003.

KÖCHE, J. C. **Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e prática da pesquisa**. Petrópolis: Vozes, 1997.

LOPES, A. L. **Caminhos e descaminhos da inclusão: o aluno negro no sistema educacional**. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – USP, São Paulo, 2006.

LOVEJOY, P. E. **A escravidão na África**: uma história de suas transformações. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

MATTOS, H. M. **Escravidão e cidadania no Brasil monárquico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

MCLAREN, P. **Multiculturalismo crítico**. São Paulo: Cortez, 1997.

NOGUEIRA, O. **Tanto preto quanto branco**: estudo de relações raciais. São Paulo: T. A. Queiroz, 1985.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

SÁ, N. R. de. **Cultura, poder e educação de surdos**. São Paulo: Paulinas, 2006.

SILVA, T. T. (Org.). **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. 2. ed. 4. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

SANSONE, L. **Negritude sem etnicidade**. Salvador: EDUFBA; Rio de Janeiro: Pallas, 2004.

SILVA, N. V. Uma nota sobre “raça social” no Brasil (1994). In: Hasenbalg C.A., Silva N.V., Lima M., organizadores. **Cor e estratificação social**. Rio de Janeiro: Contra Capa Editora, 1999.

UNIDADE VI

CIÊNCIA POLÍTICA

INTRODUÇÃO

No decorrer da História o homem se organizou socialmente e essas relações marcaram as suas condições políticas. A palavra grega política, *polis*, que significa cidade, é a arte de bem governar a cidade. A ideia de negação da política está no fato de ser confundida com “politicagem”. A política é imprescindível a um povo, mas as relações de poder são infelizmente corrompidas pela “politicalha”.

Na Democracia o poder é administrado publicamente em favor do coletivo, como ideal de organização política. A conscientização e a politização recuperam princípios dignos e humanos, para uma política saudável. Precisamos conhecer a Constituição Brasileira, os partidos políticos e as organizações de categoria.

O atual cenário se oferece como lugar oportuno para inúmeras interpretações e análises socioeconômicas e políticas da realidade, da conjuntura, da lógica, da ideologia neoliberal, da reestruturação produtiva e das organizações partidárias.

OBJETIVOS

- Compreender as diversas formas de Política enquanto ciência empírica na forma generalizável de estudo ou pesquisa.
- Perceber a importância da Ciência Política na compreensão da realidade e na possibilidade de mudança social.
- Investigar as formas de organização política construídas historicamente.
- Entender as formas de organização do Estado e suas relações de poder e as formas de organização social.
- Reconhecer a relação entre o cotidiano, Ciência Política e demais ciências.

PROFESSORES COAUTORES

Adriana Lucia Ferronato Boff

Adriana de Lara Cavallier

Ivo Rech

Juvenal Inacio Schmitz

Karen Ragnini Scherer

Osni Valfredo Wagner

A HISTÓRIA DA CIÊNCIA POLÍTICA

IDADE ANTIGA

Na Grécia antiga, com a desintegração da ordem gentílica, aumentam as diferenças sociais, gerando uma aristocracia baseada na riqueza decorrente da propriedade da terra. Aumenta o poder da aristocracia, gerado pelo sistema escravista, e acentua-se a divisão do trabalho, desenvolvendo o comércio.

Para dar vazão aos produtos excedentes, os gregos se lançam ao mar, implantando colônias. Começam a surgir as cidades-Estado. Eram considerados cidadãos apenas 10% da população (mulheres, crianças, escravos, estrangeiros, trabalhadores artesanais e braçais eram excluídos do processo político).

No século V a.C. os sofistas elaboram e legitimam o ideal democrático dos comerciantes. O pensamento político de Platão (428-347 a.C.) está sobretudo nas obras *A República e Leis*. Com o mito da caverna, cabe ao sábio ensinar e dirigir. Trata-se da necessidade da ação política, da transformação dos homens e da sociedade, desde que essa ação seja dirigida pelo modelo ideal contemplado.

Para Platão cabe ao Estado a educação e a propriedade. A coerção é justificável quando se deve manter a integridade do Estado. Para ele, o povo é incapaz de possuir a ciência política, cabendo esse papel aos filósofos.

Aristóteles, discípulo de Platão, critica o autoritarismo, não aceita a dissolução da família nem considera a justiça separada da vida em comunidade. Se a justiça é a associação de homens iguais, é ela que garante o princípio da igualdade (justiça distributiva, dando a cada um o que é seu por mérito). Predomínio da razão; a lei é o princípio que rege a ação dos cidadãos, é a expressão política da ordem natural. Ele considera as leis escritas, mas valoriza as leis consuetudinárias (de acordo com os costumes). Para ser cidadão, é necessário ter qualidades que variam conforme as exigências da constituição aceita pela cidade.

Aristóteles exclui da cidadania a classe dos artesãos, comerciantes e trabalhadores braçais, pois não teriam tempo para o ócio necessário para participar do governo, reforçando o desprezo que os antigos gregos tinham pelo trabalho manual, afirmando que esse tipo de trabalho embrutece a alma e torna o indivíduo incapaz da prática de uma virtude esclarecida. Segundo ele, a escravidão era legítima somente para os “bárbaros”, recomendando que o tratamento não fosse cruel (no século IV a.C. a escravidão não se estendia ao comércio e à manufatura e as condições de trabalho eram adversas) (ARANHA e MARTINS, 1996, p. 195).

Aristóteles preferia a politeia, o que talvez se deva à constatação feita de que a tensão política sempre deriva da luta entre ricos e pobres; se um regime conseguir conciliar esses antagonismos, torna-se mais propício para assegurar a paz social.

A teoria política grega está voltada para a busca dos parâmetros do bom governo. Se Platão, por um lado, tentou implantar um governo justo na Sicília, por outro idealizou Callipolis como cidade-modelo a ser alcançada. Aristóteles, mesmo recusando a utopia do seu mestre, aspira também a uma cidade justa e feliz.

Esses filósofos elaboraram uma teoria política de natureza descritiva, já que a reflexão parte da análise da política de fato, mas é também de natureza normativa e prescritiva, porque pretende indicar quais são as boas formas de governo. Há uma ligação entre ética e política, na medida em que o bom governo depende da virtude do bom governante (ARANHA e MARTINS, 1996, p. 196).

Outra característica típica das teorias políticas antigas é a concepção cíclica da história, segundo a qual os governos se alternam passando de uma forma para outra, representando um curso fatal dos acontecimentos humanos.

IDADE MÉDIA

A Idade Média abarca um período tão extenso que é difícil caracterizá-la sem incorrer no risco da simplificação. No pensamento político medieval há a vinculação da política à religião. Num contexto de extrema fragmentação política e descentralização do poder, a Igreja exerce enorme influência, na medida em que mantém o monopólio do saber. A função do Estado é assegurada à vida boa, predominando a concepção negativa de Estado, cabendo-lhe a intimidação do homem para que atue retamente. O Estado é voltado para as questões mundanas.

São Tomás de Aquino, na sua doutrina chamada agostinismo político, que significa o confronto entre o poder do Estado e o da Igreja, considera a superioridade do poder espiritual sobre o temporal.

Com o renascimento urbano, os pensadores Dante e Marcílio prenunciam as novas formas de relação de poder, iniciando a crítica às relações feudais e antecipando a aliança que se dará entre a burguesia e os reis na formação das monarquias nacionais.

PENSADORES MODERNOS

Durante a Idade Média, o poder do rei era sempre confrontado com os poderes da Igreja ou da nobreza. Dessa forma surge o Estado Moderno, que apresenta características específicas, como o monopólio de fazer e aplicar leis, recolher impostos, cunhar moedas, ter um exército. Tornando-se prerrogativa do governo central, é o único que passa a ter o aparato administrativo para prestação de serviços públicos bem como o monopólio legítimo da força.

Maquiavel causou grande escândalo e críticas quando reavaliou as relações entre ética e política. Por um lado, apresentou uma moral laica, secular, de base naturalista, diferente da moral cristã; por outro, estabeleceu a autonomia da política, negando a anterioridade das questões morais na avaliação da ação política.

Para Hobbes, no Estado Absoluto a nova ordem é celebrada mediante um contrato, um pacto, pelo qual todos abdicam de sua vontade em favor de um homem ou de seus representantes. É o medo e o desejo de paz que levam os indivíduos a fundar um Estado Social e a autoridade política, abdicando dos seus direitos em favor do soberano.

Para Locke, que parte da concepção individualista, pela qual os homens isolados no estado da natureza se uniram mediante contrato social para constituir a sociedade

civil, somente o pacto torna legítimo o poder do Estado, com a manutenção dos direitos naturais dos homens, que não desaparecem em consequência desse consentimento, mas subsistem para limitar o poder do soberano (ARANHA e MARTINS, 1999, p. 218).

POLÍTICA

A concepção específica da política tende, na verdade, a ser influenciada pela maneira de proceder da pesquisa sobre a realidade política, mas também pela orientação das várias abordagens da política. E esta faz parte de dois conceitos: o ESTADO e o PODER.

ESTADO

Inicialmente, é importante lembrar que ao longo da história o Estado foi assumindo diferentes conceitos.

Tomemos como recorte os contratualistas Maquiavel, Locke, Montesquieu e de modo especial Rousseau (1712-1778), que afirma: o homem nasce livre, mas precisa negociar sua liberdade em troca de segurança. Em sua obra *Do Contrato Social*, Rousseau atesta:

Esse pacto exige a alienação total de cada associado, com todos os seus direitos, a comunidade, cada um dando-se a todos não se dá a ninguém e recebe o equivalente a tudo o que alienou e maior força para conservar o que tem. Todos ganham e ninguém perde, e o homem deixa o estado de natureza para ingressar na sociedade civil, em que são necessárias regras para sobrevivência (in ABRÃO, 2002, p. 287).

Portanto, podemos dizer que o Estado é uma instituição organizada política (governo), social (população) e juridicamente (constituição), ocupando um território onde a lei máxima é a constituição (contrato social), possuindo autonomia interna e externamente reconhecida.

A Ciência Política foi durante muito tempo identificada com o estudo das instituições estatais. Com uma abordagem jurídica formal, o Estado refere-se a um ordenamento político específico, que surgiu na Europa a partir do século XIII.

A formação do Estado Moderno é um fenômeno europeu e apresenta-se como uma fórmula de organização do poder determinada historicamente e, como tal, caracterizada por conotações que a tornam peculiar e diferente de outras formas, mesmo determinadas historicamente e no seu interior, homogêneas de organização do poder. O

elemento central dessa diferenciação consiste, sem dúvida, na concentração progressiva do poder segundo uma instância cada vez mais ampla, que termina com a compreensão de todo âmbito das relações políticas (ALMOND, 1996, apud DELLA PORTA, 2003).

O Estado é o único ente legalmente autorizado para utilizar a força, no intuito de manter o controle social:

Sociologicamente o Estado não se deixa definir a não ser pelo específico meio que lhe é peculiar a todo outro agrupamento político, ou seja, o uso da coação física (WEBER, 1967, p. 56).

Para Weber, o poder deve entender-se como a faculdade de encontrar obediência, junto a certas pessoas, a uma ordem com um determinado conteúdo.

O poder é numa primeira abordagem definível como capacidade de um ator A de influenciar o comportamento de um ator B. Pode-se dizer que o primeiro tem poder sobre o segundo no sentido em que A é capaz de mandar fazer a B qualquer coisa que siga na direção por ele pretendida e que B de outro modo não faria (WEBER, 1922, apud DELLA PORTA, 2003, p. 181).

Como o Estado é o detentor legítimo do poder, a ele é dada a função de regular a sociedade. Para tanto, pode recolher imposto dos cidadãos e revertê-lo em forma de serviços como saúde, educação, defesa, segurança, infraestrutura, entre outros. Pode ainda entregar essas funções à iniciativa privada, fazendo somente a regulação do serviço (neoliberalismo).

TRIBUTAÇÃO

Quando adquirimos produtos em forma de mercadorias ou serviços, pagamos impostos direta ou indiretamente. E nos perguntamos: de que forma é o imposto revertido em serviços público? Abaixo, você confere na tabela 1 a carga de impostos que incide sobre alguns produtos consumidos diariamente pelo brasileiro, segundo o “Transparência Brasil”.

Tabela válida para o Estado de SP, que também serve como base para outros Estados:

Saiba qual é a fatia do Fisco



Produtos	Preços em R\$	% Tributos/Preço Final	Carga tributária em R\$
Materiais de limpeza			
Detergente	0,83	40,50	0,34
Sabão em pó	3,98	42,27	1,68
Amaciante	1,88	43,16	0,81
Água sanitária	1,42	37,84	0,54
Desinfetante	2,26	37,84	0,86
Álcool	2,99	43,28	1,29
Sabão em barra	3,31	40,50	1,34
Saponáceo	2,09	40,50	0,85
Materiais de construção			
Vaso sanitário	60,00	39,50	23,70
Saco de cimento	22,00	39,50	8,69
Lata de tinta	90,00	39,50	35,55
Tijolo	170,00	36,69	21,58
Casa Popular			
Material de construção	45.000,00	39,50	17.775,00
IPBI		2	900,00
INSS trabalhador		8	3.600,00
Total			22.275,00
Eletrodomésticos			
TV 29 polegadas	1.249,00	38	474,60
DVD	620,00	38	235,60
Som - Micro System	890,00	38	338,20
Mercearia			
Biscoito	1,20	38,50	0,42
Açúcar	1,01	40,50	0,41
Sal	0,74	29,48	0,22
Farinha de trigo	1,59	34,47	0,55
Macarrão espaguete	1,69	35,20	0,59
Óleo	3,82	37,18	1,42
Café	4,12	36,52	1,50
Margarina 500g	3,52	37,18	1,31
Leite longa vida	1,53	33,63	0,51
Achocolatado	3,59	37,84	1,36
Enlatados			
Ervilha	1,19	35,86	0,43
Molho de tomate	1,30	36,66	0,48
Milho verde	1,33	37,37	0,50
Carnes			
Bovina	6,00	18,67	1,12
Frango	4,00	18,00	0,72
Bebidas			
Refresco em pó	0,80	38,32	0,31
Cerveja	0,96	56	0,54
Refrigerante lata	0,93	47	0,44
Água 1,5 litro	1,20	45,11	0,54
Cachaça 1 litro	3,10	83,07	2,58
Cama mesa e banho			
Lençol	26,80	37,51	10,05
Toalha banho	16,80	36,33	6,10
Cobertor	34,90	37,41	13,06
Energia elétrica			
	100,00	45,80	45,80

Fonte: Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT)

CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

- I - a soberania;
- II - a cidadania;
- III - a dignidade da pessoa humana;
- IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;
- V - o pluralismo político.

Parágrafo único. Todo poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos da Constituição.

Art. 3º Constituem objetivos (...)

- I – construir uma sociedade livre, justa e solidária; (...)

CAPÍTULO IV

DOS DIREITOS POLÍTICOS

Art. 14. A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos e, nos termos da lei, mediante:

- I - plebiscito;
- II - referendo;
- III - iniciativa popular (...)

PODER

Nesta parte temos algumas pistas do que podemos trabalhar em sala de aula sobre a gênese do poder na política brasileira.

Para compreender avanços, retrocessos e as dificuldades das sociedades atuais em resolver os seus problemas sociais, a Sociologia precisa buscar a história da humanidade e nos remeter à sociedade brasileira. No livro de Jessé de Souza (*A modernização seletiva*, 2000), para explicar a Sociologia da inautenticidade, influência

nos aspectos de subordinação, o autor cita Sergio Buarque, que trata do personalismo de nossas raízes ibéricas na obra (*Raízes do Brasil*) sobre o pensamento social brasileiro.

Já em Raimundo Faoro (*Os donos do poder*, 1984) interessa-nos perceber os meandros do que poderíamos chamar de versão institucionalista da concepção ibérica, consubstanciada na tese do patrimonialismo.

Em Roberto da Matta (*Carnavais, malandros e heróis*, 1997) há uma versão culturalista da mesma concepção, o Estado como extensão da casa, para explicar a inautenticidade do esforço de modernização brasileira, “para inglês ver”. A sociedade brasileira tem em sua gênese a rapinagem, e é mais no sentido de urubu do que de águia.

A famosa plasticidade do português é negada por Faoro. A seu ver, não teria existido tanto improviso, acomodação ou compromisso, ao contrário: “Sobre as capitâneas avultava o protetorado do soberano, pronto, ao menor sinal de desvio, a anular, com uma penada, o contrato escrito e a palavra empenhada (FAORO, 1984 apud SOUZA, 2000, p. 178).

RUI BARBOSA E A CIÊNCIA POLÍTICA BRASILEIRA

A leitura de que o Brasil tem dificuldade em fazer as transformações necessárias para garantia dos direitos sociais é uma máxima, que podemos ver e aprender com esse estadista.

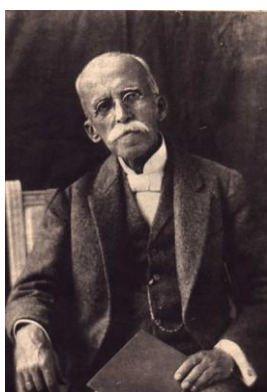


Foto 7: Rui Barbosa

Fonte: www.abicasaderuy.frb.br/agenda/midia/ruyvida.htm

Nascido em 5 de novembro de 1849, em Salvador, na antiga Rua dos Capitães (hoje Rua Rui Barbosa), Rui Barbosa de Oliveira é um dos intelectuais mais influentes que o Brasil já produziu. Seu legado está reunido nas *Obras Completas*, em 50 volumes, que ainda hoje influenciam o mundo jurídico brasileiro e extrapolam, inclusive, este universo.

Coube a Rui Barbosa organizar a estrutura jurídica da República, neutralizando a influência militar com o espírito civil. Ativo, foi ministro da Fazenda e, interinamente, da Justiça, durante o governo provisório do Marechal Manoel Deodoro da Fonseca; foi diretor do Jornal do Brasil, fundador e diretor da Imprensa; esteve à frente da campanha pela anistia para os revolucionários de 1893-94; foi senador da República; participou da 2ª Conferência de Paz, em Haia, na qual defendeu com êxito o princípio da igualdade jurídica das nações, e candidato à Presidência da República, derrotado pelo Marechal Hermes da Fonseca.

Rui Barbosa (texto de Gandra cita que o júri de ÉPOCA escolheu-o como o maior brasileiro de todos os tempos) costumava diferenciar os meros homens públicos dos verdadeiros estadistas: “O político planta couve para o alimento de amanhã. O estadista planta o carvalho para o abrigo do futuro” (Palavras de Rui Barbosa, Um plantador de carvalhos). A militarização das potências divide o mundo em nações de pasto, umas constituídas para a soberania e a rapina, outras para a servidão e a carniça, sob o domínio de países mais ricos sobre os outros:

A Política afina o espírito humano, educa os povos no conhecimento de si mesmo, desenvolve nos indivíduos a atividade, a coragem, a nobreza, a previsão, a energia, cria, apura, eleva o merecimento. Não é esse o jogo da intriga, da inveja e da incapacidade, a que entre nós se deu alcunha de politicagem. Esta palavra não traduz ainda todo o desprezo do objeto significado. Não há dúvida que rima bem com criadagem e parolagem, afilhadagem. Mas não tem o mesmo vigor de expressão que os seus consoantes. Quem lhe dará com o batismo adequado? Politiquice? Politiquismo? Politicaria? Politicalha? Neste último, sim, o sufixo pejorativo queima com ferrete, e desperta ao ouvido uma consonância elucidativa. Política e politicalha não se confundem não se parecem não se relacionam uma à outra. Antes se negam, se excluem, se repulsam mutuamente. A política é a arte de gerir o Estado, segundo princípios definidos, regras morais, leis escritas, ou tradições respeitáveis. A politicalha é a indústria de explorar o benefício de interesses pessoais. Constitui a política uma função, ou um conjunto das funções do organismo nacional: é o exercício normal das forças de uma nação consciente e senhora de si mesma. A politicalha, pelo contrário, é o envenenamento crônico dos povos negligentes e viciosos pela contaminação de parasitas inexoráveis. A política é a higiene dos países moralmente sadios. A politicalha, a malária de todos os povos de moralidade estragada (RUI BARBOSA, apud TOMELIN, 2004, p. 118-9).

Política é organizar, que é o contrário de “politicalha”, “politiquice”, a doença; hoje pode-se comparar aos vírus, que são como epidemias, contaminam a todos. Em tempos de crise, como diz o ditado popular, “a farinha é pouca, o meu pirão primeiro”.

Acreditamos que é possível fazer uma revolução cultural, uma ação cultural para a libertação, a partir destas propostas como temas geradores, não ficando só em ativismos e verbalismos, mas com práxis: reflexão e ação. É tempo de “libertar-nos do opressor que está dentro de nós como ‘hospedeiros’, compreender que existe uma diferença entre fazer para o povo, fazer com o povo” (FREIRE, 1987, p. 165-77).

A CIÊNCIA POLÍTICA NO BRASIL

A institucionalização da Ciência Política no Brasil ocorreu cedo, antes, por exemplo, do que na Argentina ou no México. Dos pensadores isolados do início do século às transformações institucionais pelas quais passaria o sistema universitário brasileiro, a produção intelectual iria se diferenciar conforme suas distintas fases, culminando na década de 1960 com uma importante diversificação universitária.

Um programa de pós-graduação em Ciência Política com tal denominação, rompendo, portanto, com a Sociologia, surgiu em meados da década de 1960, no âmbito da Universidade Federal de Minas Gerais. Seus primeiros mestrados logo seguiriam estudos em universidades norte-americanas e, depois, irradiaram-se principalmente para o Rio de Janeiro e Brasília. Por algum tempo, mineiros e cariocas detiveram relativo monopólio sobre a formação de pós-graduados em Ciência Política no Brasil.

De orientação diversa, iniciada sob a influência europeia, o curso de Ciências Sociais na Universidade de São Paulo, nas décadas de 1950, 1960 e 1970, abrigava grandes nomes (Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, Maria Sylvia de Carvalho Franco, Maria Alice Foracchi, Azis Simão, Emília Viotti, Francico Weffort, Paula Beiguelman, Antonio Candido de Melo e Souza) em um campo científico amplo, no qual se incluíam os estudos de Ciência Política.

Florestan Fernandes é considerado o fundador da Sociologia crítica no Brasil. Toda a sua produção intelectual está impregnada de um estilo de reflexão que questiona a realidade social e o pensamento. Suas reflexões sobre os problemas da indução na Sociologia avaliam cada uma e todas as teorias, os métodos e as técnicas de pesquisa e explicação, da mesma maneira que oferecem novas contribuições para o conhecimento das condições lógicas e históricas de reconstrução da realidade.

A perspectiva crítica está presente em toda a sua produção intelectual, incluindo obviamente o ensino, a conferência, o debate público. Questiona o real e o pensado, tanto os pontos de vista dos membros dos grupos e classes compreendidas na pesquisa, quanto as interpretações elaboradas sobre eles. Ao dialogar com o marxismo, a Sociologia Clássica e Moderna e as outras Ciências Sociais, bem como ao examinar as modalidades da pesquisa e explicação, o que está em causa é o modo pelo qual se dá o processo de conhecimento como teoria e prática (IANNI, 1971, apud COSTA, 2005).

Fernando Henrique Cardoso, graduado na USP, destacou-se como um dos mais influentes intelectuais latino-americanos na análise de temas como os amplos processos de mudança social, desenvolvimento e dependência, democracia e reforma do *Estado*. Seu pensamento sociológico e político trazem, como não poderia deixar de ser, as marcas de sua formação: resultante da orientação acadêmica que recebeu e do estudo da teoria marxista, uma postura teórica eclética e não dogmática; de Weber, o aporte metodológico e os apelos à ética da responsabilidade no exercício da política; e dos clássicos da Ciência Política, as menções constantes às reflexões de Tocqueville.

No âmbito político Fernando Henrique Cardoso destacou-se na oposição ao regime militar de 1964, participando como um dos principais articuladores do longo processo de negociação que resultou na volta da democracia política ao país. Foi membro do MDB, do PMDB e fundador do PSDB, Senador e Presidente da República. Seu conceito de dependência, uma das principais contribuições para a *Sociologia*, fundamenta-se na relação de subordinação entre as partes componentes do sistema capitalista, ou seja, entre as chamadas economias centrais (países desenvolvidos) e as periféricas (países subdesenvolvidos). Nessa concepção, os países de economia dependente viveram necessariamente as condições coloniais e a experiência do desenvolvimento industrial tardio (SILVA, 2005, p. 61-4).

Maria Sylvia de Carvalho Franco, Maria Alice Foracchi, Azis Simão, Emília Viotti, Francico Weffort, Paula Beiguelman, Antonio Candido de Melo e Souza, entre outros, contribuíram, direta ou indiretamente, para a expansão dos estudos da política. Sem este grupo de pensadores, a área das Ciências Sociais provavelmente não teria o prestígio e a legitimidade que hoje possui. Influenciada pela Universidade de São Paulo, a Universidade Estadual de Campinas, nos anos de 1970, ampliaria a produção de Ciência Política, tal como se observa ainda hoje na contribuição de numerosos docentes daquela instituição.

Os temas relativos ao poder local, comportamento político, poder legislativo e representação política foram relativamente privilegiados pela primeira geração desses estudiosos. Os temas do autoritarismo, forças armadas, expansão da cidadania, sindicatos e sindicalismo, movimentos sociais, oligarquias, estudos sobre ideologias, religiões e política, regionalismo, partidos políticos, Estado, buscavam responder às questões levantadas pela instabilidade político institucional do país, a partir dos anos de 1960.

A formulação teórica e metodológica geral, sendo objeto de polêmica entre os antigos das Ciências Sociais e os jovens postulantes da nova área, dividiu as opiniões sobre a Ciência Política, seus métodos e abordagens, sem que isto, contudo, ofuscasse o desenvolvimento e a autonomia da área. Ao contrário, essa polêmica tem estimulado sobremaneira as reflexões teóricas e metodológicas sobre a política.

A natureza híbrida do sistema político brasileiro, constituído por um Estado forte e uma periferia oligárquica, também forte, já seria apontada em 1948, com a obra de Victor Nunes Leal, um trabalho de Sociologia Política que dificilmente deixaria de ser classificado como de análise política, se se deseja invocar uma expressão de uso corrente na atualidade.

Então, Victor Nunes Leal, Hélio Jaguaribe, Orlando de Carvalho, Afonso Arinos de Melo Franco fariam a ligação entre os dilemas práticos que o país enfrentava, procurando a sua compreensão de forma sistemática e com novos instrumentos de análise e o pensamento político de conformação clássica. Hoje, diriam eles, temos de encarar o problema da representatividade dos partidos, da política clientelística, com balizamento empírico.

Hoje temos o distanciamento, onde a política está desprovida de princípios, onde os fins justificam os meios; o poder a qualquer custo é estrategicamente/tecnicamente pensado; o esvaziamento da autonomia do homem em nome de uma razão operante mecânica, calculista e com interesses e propósitos privados – particulares, é refletida profundamente na política. Perdemos a noção do todo (JAEGER, 2006).

FORMAS DE GOVERNO

“Qual a melhor forma de governo?”

Jamais haverá uma resposta definitiva e satisfatória. Fenelon sintetizou nesta sentença lapidar o pensamento dominante no espaço e no tempo: a corrupção pode ser

idêntica em todas as formas de governo; o principal não é o regime em si, mas a virtude em execução dele:

Governo é o conjunto das funções pelas quais, no Estado é assegurada a ordem jurídica. Governo Constitucional é aquele que se forma e se desenvolve sob a égide de uma constituição, instituindo a divisão do poder em três órgãos distintos e assegurando a todos os cidadãos a garantia dos direitos fundamentais, expressamente declarados. Para ele, em qualquer estado há três tipos de poder: o legislativo, o poder executivo das coisas que dependem do direito das gentes (o executivo propriamente dito) e o executivo das que dependem do direito civil (o judiciário). Tais poderes, que correspondem a funções do Estado, podem ser articulados de várias maneiras. Se cada poder agir por sua própria conta, não há como impedir as arbitrariedades: é o mínimo de liberdade (ABRÃO, 2002, p. 279).

Governo Absolutista é o que concentra todos os poderes num só órgão. O regime absolutista tem suas raízes nas monarquias de direito divino e se explica pela máxima do cesarismo romano, que dava a vontade do príncipe como fonte de lei.

CLASSIFICAÇÃO DE GOVERNO PARA ARISTÓTELES

Demonstramos no quadro abaixo formas de governo que se tornaram clássicas, usando o critério de número e de valor:

		Critério de Valor	
		Boas	Corrompidas
Critério de Número	Um	monarquia	tiranía
	Poucos	aristocracia	oligarquia
	Muitos	politeia	democracia

Fonte: ARANHA e MARTINS, 1996, p. 196.

Formas boas:

- monarquia: governo de um só;
- aristocracia: governo de um pequeno grupo;
- politeia: governo da maioria.

Formas corrompidas:

- a tirania se refere ao governo de um só quando visa o interesse próprio;
- a oligarquia prevalece quando vence o interesse dos mais ricos ou nobres;
- a democracia quando a maioria pobre governa em detrimento da minoria rica.

O critério posto por Aristóteles é essencialmente ético, ou seja, de ordem moral: se o monarca ou os governantes atendem ao interesse geral, a forma de governo é boa; se procurarem só a satisfação dos seus próprios interesses e a obtenção de vantagens pessoais, a forma é corrompida.

Montesquieu trouxe a lume que a monarquia se caracteriza pela honra, a aristocracia pela moderação e a democracia pela virtude. Faltando a qualquer das formas boas de governo o respectivo princípio básico, ela se degenera. A teocracia (governo despótico dos sacerdotes) é simplesmente uma modalidade de aristocracia. A classe governante pode ser formada por nobres, sacerdotes, detentores do poder económico ou qualquer outro grupo privilegiado, formando uma aristocracia dominante.

MONARQUIA E REPÚBLICA

MONARQUIA

Governo da minoria ou da maioria – aristocracia e democracia não são propriamente formas de governo, mas sim modalidades intrínsecas de qualquer das duas formas. Para Maquiavel, o governo renova-se mediante eleições periódicas – estamos diante da forma republicana; o governo é hereditário e vitalício – está caracterizada a monarquia. Características da forma monárquica: autoridade unipessoal; vitaliciedade; hereditariedade; imensidão do poder; irresponsabilidade (estas são as características da monarquia absolutas; há também as monarquias limitadas). Características essenciais comuns das monarquias: hereditariedade e vitaliciedade.

A forma monárquica não se refere apenas aos soberanos coroados; nelas se enquadram os consulados e as ditaduras (governo de uma só pessoa).

Monarquia Absoluta – todo o poder se concentra na pessoa do monarca. Ele age por seu próprio e exclusivo arbítrio; justifica-se pela origem divina de seu poder.

Exemplo: Faraó do Egito, Imperador da China, Dinastias Merovíngias e Carolíngias, entre outros.

Monarquias limitadas: Monarquia de Estamentos – é forma antiga, típica do regime feudal.

Monarquia Constitucional – o rei só exerce o poder executivo, ao lado dos poderes legislativo e judiciário, nos termos de uma Constituição escrita. Exemplo: Brasil – Império.

Monarquia Parlamentar – o rei não exerce função de governo – reina, mas não governa. O poder executivo é exercido por um Conselho de ministros responsável perante o parlamento. O rei se atribui um quarto poder – Poder Moderador – com ascendência moral sobre o povo e sobre os próprios órgãos governamentais, sem participação ativa no funcionamento da máquina estatal. O rei preside a nação, não propriamente o governo. Exemplos: Reino Unido, Japão.

REPÚBLICA

República é o governo temporário e eletivo; pode ser aristocrática ou democrática.

República Aristocrática – é o governo de uma classe privilegiada, por direitos de nascimento ou de conquista. É governo dos melhores (Atenas e Veneza foram repúblicas aristocráticas). A república aristocrática pode ser direta ou indireta.

República Democrática Direta – governa a totalidade dos cidadãos, deliberando em assembleias populares, como faziam os gregos no antigo Estado ateniense, sendo que era considerado cidadão na Grécia somente o homem livre.

República Democrática Indireta ou Representativa – caracterizada pela Revolução Francesa, firmando o princípio da soberania nacional e admitida a impraticabilidade do governo direto por via do processo eleitoral. Exemplos: Brasil, Argentina, França, África do Sul, entre outros. Para Rui Barbosa, república não é a coexistência de três poderes, mas a condição de que, sobre os três poderes constitucionais – o legislativo, o executivo e o judiciário –, os dois primeiros derivem realmente de eleição popular.

República Democrática Semidireta – consiste em restringir o poder da assembleia representativa, reservando-se ao pronunciamento direto da assembleia geral dos cidadãos os assuntos de maior importância, particularmente os de ordem

constitucional. Em todos os casos de conflitos entre os poderes do Estado, reforma constitucional, ratificação de tratado, empréstimos externos, territoriais, declaração de guerra ou de tratado de paz, decide o povo em última instância. Ex: plebiscitos.

FORMAS DE ORGANIZAÇÃO DO ESTADO

Capitalismo é definido como um sistema bruto e politicamente econômico ou socioeconômico baseado na propriedade privada dos meios de produção, no lucro, nas decisões quanto ao investimento de capital feitas pela iniciativa privada, e com a produção, distribuição e preços dos bens, serviços e exploração da mão de obra afetados pelas forças da oferta e da procura.

O capitalismo moderno e, segundo muitos economistas, mais próximo do ideal, começa com a Revolução Industrial e as chamadas revoluções burguesas, marcadamente a Revolução Gloriosa inglesa, a Independência dos EUA e a Revolução Francesa. Certos autores, como Braudel, defendem, no entanto, que o capitalismo remonta à expansão da economia-mundo durante o Renascimento.

Algumas pessoas enfatizam a propriedade privada de capital como sendo a essência do capitalismo, ou enfatizam a importância de um mercado livre como mecanismo para o movimento e acumulação de capital. Outros medem o capitalismo através da análise das classes sociais, incluindo aí a estrutura de estratificação em classes da sociedade e as relações entre proletariado e burguesia. Outros ainda observam o crescimento de um sistema global de mercado.

Emergiram controvérsias quanto ao capitalismo. Em particular, há uma disputa entre o capitalismo ser um sistema real ou ideal, isto é, se ele já foi mesmo implementado em economias particulares ou se ainda não e, neste último caso, a que grau o capitalismo existe nessas economias. Sob um ponto de vista histórico, há uma discussão se o capitalismo é específico a uma época ou região geográfica particular ou se é um sistema universalmente válido, que pode existir através do tempo e do espaço. Alguns interpretam o capitalismo como um sistema puramente econômico; outros, porém, admitem que ele é um complexo de instituições políticas, sociais e culturais:

Considera-se com frequência três estágios econômicos sucessivos no desenvolvimento do capitalismo: capitalismo Comercial - no processo de trocas; capitalismo Industrial - proprietários de grandes fábricas, minas e outras empresas industriais; capitalismo Financeiro - no qual o controle passa cada vez mais para as mãos dos banqueiros e financistas. Esses estágios funcionam de forma simultânea no interior do Estado e esse faz parte de um quarto estágio definido como Capitalismo de Estado que, segundo Lenin, assume a direção e explora os meios de produção em benefício da classe que o controla (SILVA, 1986, p. 146).

O liberalismo é uma corrente política que abrange diversas ideologias históricas e presentes, que proclama dever ser o único objetivo do governo a preservação da liberdade individual. Tipicamente, o liberalismo favorece também o direito à discordância dos credos ortodoxos e das autoridades estabelecidas em termos políticos ou religiosos. Neste aspecto é o oposto do conservadorismo.

As origens do liberalismo na era do Iluminismo colocam esta filosofia em contraste com o feudalismo e o mercantilismo. Posteriormente, à medida que filosofias mais radicais se articulavam no decurso da Revolução Francesa e através do século XIX, o liberalismo definiu-se também em contraste com o socialismo e o comunismo, se bem que alguns aderentes do liberalismo (os liberais sociais) simpatizem com alguns dos objetivos e métodos da democracia social:

O Liberalismo econômico surge como reação frente ao mercantilismo, que não é tanto uma corrente de pensamento mas uma prática econômica que se dá nos países Europeus no início do sistema Capitalista (CADERNOS DÍVIDA EXTERNA, 1993, p. 3).

No campo econômico, liberalismo implicava resistência ao controle estatal da economia e mais particularmente à restrição do comércio através da tributação de produtos estrangeiros e de formas de monopólio e de interferência, desnecessárias e ultrajantes por parte do governo, na produção e distribuição da riqueza.

Dessa corrente surge o **Neoliberalismo**, ideologia que justifica e defende os princípios do Capitalismo, baseada na propriedade privada e na liberdade de empresa, o

que significa nenhuma intervenção do Estado na economia. Significa a liberdade de pensamento, o individualismo. Seu objetivo fundamental é o lucro individual.

Socialdemocracia: o termo democracia começou a ser usado no século V a.C. de uma maneira político-formal. Tocqueville, em seu livro *De la démocratie en Amérique*, introduz a expressão Democracia Social e num mesmo momento Marx põe em evidência a Democracia Econômica; e os Webb, a Democracia Industrial.

Na expressão **Democracia Social** deve-se distinguir entre um Estado endógeno (ações de dentro para fora) e o estilo de uma sociedade, uma política estatal e um programa de governo ou partido. Assim, indica a democratização da própria sociedade, expressa nos modos e costumes sociais e, sobretudo, na crença da igualdade de apreciação, igual trato para todos, caracterizado por uma nivelção geral das diferenças de *status*.

Socialismo é um sistema político onde todos os meios de produção pertencem ao Estado, onde não existe o direito à propriedade privada e, em tese, a desigualdade. As diferentes teorias socialistas surgiram como reação ao quadro de desigualdade, opressão e exploração da sociedade capitalista do século XIX, com a proposta de buscar uma nova harmonia social por meio de drásticas mudanças, como a transferência dos meios de produção das classes proprietárias para os trabalhadores. Uma consequência dessa transformação a longo prazo seria o fim do trabalho assalariado e a substituição do mercado por uma gestão socializada ou planejada, com o objetivo de adequar a produção econômica às necessidades da população, assim chegando ao comunismo.

Socialismo (*Socialism*): o *Oxford English Dictionary* (Oxford, Clarendon Press, 1961) define socialismo como “teoria ou política que defende a posse ou o controle dos meios de produção – capital, propriedade etc. – pela comunidade em conjunto, e a sua administração no interesse de todos”. Superficial e ambígua. F. Hengels chamou de *commandig heights* (alturas dominantes).

Em princípio os socialistas opõem-se à exploração dos meios das empresas privadas e não se sentem vinculados a um objetivo tão amplo. Para alguns, socialismo compreende uma forma de democracia social ou econômica de tantos méritos. Faz com que os mecanismos democráticos funcionem melhor. A defesa do controle da indústria pelos trabalhadores, para muitos, é o ponto essencial da questão. Por outro lado, há a autogestão. Algo que precisa ser estudado é o conflito que surge entre o imperativo do controle operário e as normas de eficiência administrativas.

Socialismo é uma sociedade ideal que poderia ser constituída com base nos princípios econômicos socialistas. Nas nações emergentes o socialismo concentra-se mais nos problemas de nacionalismo e desenvolvimento do que nas sutilezas, paradoxos e símbolos do *status* social. A “sociedade justa”. Socialismo utópico e o científico: Karl Marx tratou de mudanças desejáveis, além de serem inevitáveis – a evolução do desenvolvimento social e a revolução dos proletários. Para os comunistas, o socialismo representa uma fase do comunismo.

Socialismo Estatal (planejamento integral): G. D. H. Cole traduziu em anarquismo, sindicalismo, socialismo corporativo, socialismo cristão, menchevismo e bolchevismo. O objetivo principal de todas tem sido o de estabelecer um sistema econômico no qual a sociedade será responsável pelo modo como serão usados os meios de produção. P. J. Proudhon disse que ele seria alcançado mediante retorno a uma economia simplificada, na qual a produção estaria a cargo de pequenas comunidades descentralizadas. Saint-Simon, F.M.C. Fourier e R. Owen reconheceram os méritos da Revolução Industrial, concordando com um sistema autoritário, garantindo os interesses da sociedade em geral. Marx defende um plano comum; Engels, uma administração tecnicista. Os anarquistas acusavam os comunistas de serem centralistas.

Comunismo: alguns teóricos postularam a revolução social como único meio de alcançar a nova sociedade. Tais mudanças exigiriam necessariamente uma transformação radical do sistema político.

Os comunistas diferenciam-se dos outros partidos proletários apenas em dois pontos: de uma parte, nas diversas lutas nacionais dos proletários, fazem prevalecer os interesses comuns do conjunto do proletariado, independentemente da nacionalidade; de outra parte, nos

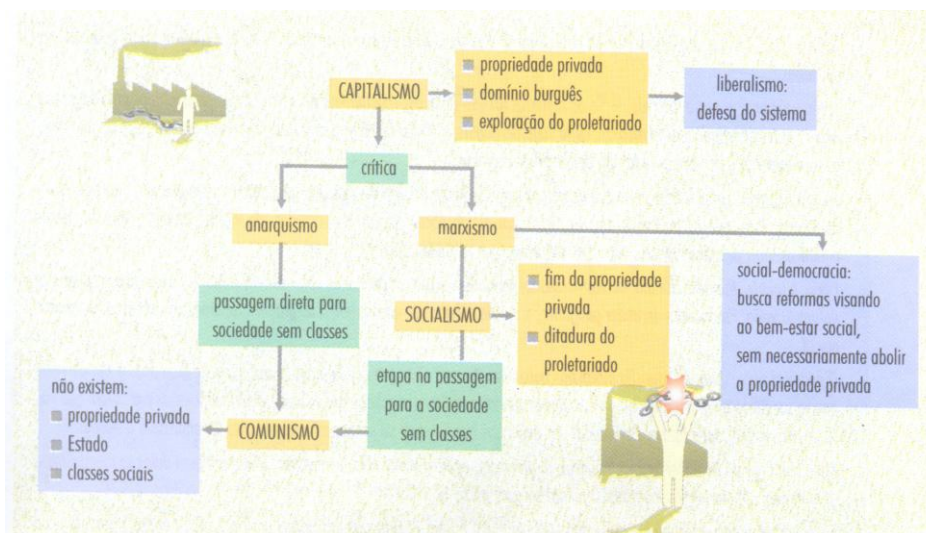
diversos estágios de desenvolvimento da luta entre proletariado e burguesia, representam sempre o interesse do movimento geral (MARX, 1848, p. 46).

Marx escreve *A (Miséria da Filosofia)* em contraposição aos Anarquistas e coloca o exemplo de Proudhon (*Filosofia da Miséria*) como sendo um socialista conservador ou burguês.

O **Anarquismo** parte do princípio de que todo ser humano é capaz de autogovernar-se através da convivência comunitária. Um dos principais representantes foi Mikhail Bakunin (1814-1876). Confiando na convivência pacífica dos homens, o anarquismo baseia-se numa estrutura autogestionária, ou seja, sem autoridades e hierarquias dogmatizadas, valorizando apenas a liberdade natural de cada indivíduo por meio das associações livres. A sociedade em que vivemos está em constante transformação, a relação com a cidadania sofre avanços e retrocessos num processo dialético. A exigência prioritária para uma sociedade livre é a abolição da autoridade e a expropriação da propriedade; em vez de um governo formado por representantes permanente eleitos ocasionalmente e por burocratas de carreira, os Anarquistas querem uma coordenação efetuada por delegados temporários, imediatamente revogáveis, e por peritos profissionais de fato responsáveis (WALTER, 2000, p. 49).

A teoria da extinção gradativa do Estado permaneceu nos primeiros tempos do Estado Russo e dela decorreu a confusão entre socialismo integral e anarquismo; ambas nasceram no mesmo clube que Marx apelidou de Santa Família; reuniram-se todos os jovens radicais inspirados em Feuerbach e discípulos de Hegel – Bruno Bauer, Marx Stirner e Karl Marx. E o mais saliente teórico da Revolução Russa: o anarquista Bakunin.

Na crítica à propriedade particular, anarquistas e socialistas estiveram de pleno acordo. As divergências surgiram no tocante à forma de organização que deveria substituir a propriedade capitalista. Enquanto uma corrente defendia a igualdade absoluta a par da livre associação, revogável, outra preconizava a apropriação dos capitais pela coletividade. A primeira permaneceu anarquista e a segunda inclinou-se para o socialismo integral, calcada na fórmula bolchevista.



Fonte: VICENTINO, 2001, p. 347.

CIÊNCIA POLÍTICA: SUA RELAÇÃO COM OUTRAS DISCIPLINAS

Há que se trabalhar Ciência Política de forma integrada à Filosofia, pois esta permite uma fundamentação teórica, desta forma facilitando o estudo do mundo grego, romano, da Idade Média, da modernidade e dos contemporâneos com diferentes autores, personagens e períodos.

A Ciência Política também se relaciona com a área de História, o que permite localizar no espaço-tempo as formas de organização social e do Estado.

Pode-se ilustrar através da Literatura Brasileira e das Artes as diversas leituras da realidade. Quando trabalhamos a Ciência Política no Brasil podemos fazer uma ligação muito próxima com a literatura brasileira, trabalhando os diferentes livros de diferentes autores que escrevem sobre realidades diferentes no Brasil (Casa-Grande e Senzala, Vidas Secas).

TEXTOS COMPLEMENTARES

Texto 1: Se todos os tubarões fossem homens - Bertold Brecht

Se os tubarões fossem homens, perguntou ao Sr. K. à filha da sua senhoria, eles seriam mais amáveis com os peixinhos? Certamente, disse ele. Se os tubarões fossem homens, construiriam no mar grandes gaiolas para os peixes pequenos, com todo tipo de alimento, tanto animal como vegetal. Cuidariam para que as gaiolas tivessem sempre água fresca, e tomariam toda espécie de medidas sanitárias. Se, por exemplo, um

peixinho ferisse a barbatana, então lhe fariam imediatamente um curativo, para que ele não lhes morresse antes do tempo. Para que os peixinhos não ficassem melancólicos, haveria grandes festas aquáticas de vez em quando, pois os peixinhos alegres têm melhor sabor do que os tristes. Naturalmente, haveria também escolas nas gaiolas. Nessas escolas os peixinhos aprenderiam como nadar para as goelas dos tubarões. Precisariam saber geografia, por exemplo, para localizar os grandes tubarões que vagueiam descansadamente pelo mar. O mais importante seria, naturalmente, a formação moral dos peixinhos. Eles seriam informados de que nada existe de mais belo e mais sublime do que um peixinho que se sacrifica contente, e que todos deveriam crer nos tubarões, sobretudo quando dissessem que cuidam de sua felicidade futura. Os peixinhos saberiam que esse futuro só estaria assegurado se estudassem docilmente. Acima de tudo, os peixinhos deveriam evitar toda inclinação baixa, materialista, egoísta e marxista, e avisar imediatamente os tubarões, se um dentre eles mostrasse tais tendências. Se os tubarões fossem homens, naturalmente fariam guerras entre si, para conquistar gaiolas e peixinhos estrangeiros. Nessas guerras eles fariam lutar os seus peixinhos, e lhes ensinariam que há uma enorme diferença entre eles e os peixinhos dos outros tubarões. Os peixinhos, eles iriam proclamar, são notoriamente mudos, mas silenciam em línguas diferentes, e por isso não podem se entender. Cada peixinho que na guerra matasse alguns outros, inimigos, que silenciam em outra língua, seria condecorado com uma pequena medalha de sargação e receberia o título de herói. Se os tubarões fossem homens, naturalmente haveria também arte entre eles. Haveria belos quadros, representando os dentes dos tubarões em cores soberbas, e suas goelas como jardins onde se brinca deliciosamente. Os teatros do fundo do mar mostrariam valorosos peixinhos nadando com entusiasmo para as gargantas dos tubarões. Também não faltaria uma religião, se os tubarões fossem homens. Ela ensinaria que a verdadeira vida dos peixinhos começa apenas na barriga dos tubarões. Além disso se os tubarões fossem homens também acabaria a ideia de que os peixinhos são iguais entre si. Alguns deles se tornariam funcionários, seriam colocados acima dos outros. Aqueles ligeiramente maiores poderiam inclusive comer os menores. Isto seria agradável para os tubarões pois eles teriam, com maior frequência, bocados maiores para comer. E os peixinhos maiores, detentores de cargos, cuidariam da ordem entre os peixinhos, tornando-se professores, oficiais, construtores de gaiolas etc. Em suma, haveria uma civilização no mar, se os tubarões fossem homens” (BRECHT, apud WONSOVICZ, 2005, p. 38).

TEXTO 2: O despertar dialético - Zillah Branco

Os ecos dos movimentos de libertação e do pensamento revolucionário que chegaram aos países latino-americanos produziram as suas sementes duramente perseguidas e discriminadas pelas leis e instituições que não põem em causa o poder da elite. Quando já não seria possível manter o padrão de dependência total dos Estados, que do domínio colonial passaram ao imperial, despontaram os governos nacionalistas que adaptaram o sistema institucional e jurídico ao domínio da elite nacional que se irmanava à internacional através do sistema financeiro e político. A aparente democracia era introduzida sob controle da elite que já não temia criar a escola pública e realizar eleições com a certeza de que ainda mantinha o poder sobre os instrumentos de formação e informação que moldam a cultura.

Ser o “eixo do mal” (usando o poder fundamentalista da crença ainda vigente), cresce no mundo a consciência de que as elites aceitam a liderança norte-americana mediante o sacrifício de todas as vozes contrárias que surjam, acusadas de “terrorismo”. Torna-se claro que as nacionalidades perdem o valor próprio, a sua dignidade histórica, neste falso conceito de globalização que unifica o domínio das elites e cala os povos sob a ameaça de crenças terroristas.

As múltiplas experiências que marcaram o mundo com a meta da liberdade no último século sobrepuseram-se ao gueto das informações de interesse exclusivo das elites dominantes. A busca da “justiça” superou a passividade diante de leis que garantem a impunidade dos privilegiados sociais. A consciência de cidadania introduziu a coragem da participação popular animada pela vontade livre e criativa.

A escolha eleitoral de Presidentes que representam as maiorias populares abriu o caminho da mudança profunda que sacode a elite na América Latina. Não se esperam milagres, constroem-se gradualmente as fundações da nova sociedade carregando as contradições das estruturas sociais e econômicas que resistem à mudança.

AUTOATIVIDADE

Atividade 1

Atividade de sensibilização: junto com seus colegas forme grupos e busque entrevistar lideranças de sua comunidade, pode ser presidente do grêmio de sua escola,

presidente do conselho escolar, vereadores de seu município, prefeito, deputados, jornalistas, professores, e procure saber deles o que conhecem, pensam sobre política.

Sugestões de perguntas:

- 1) O que você entende por política?
- 2) Quem exerce as funções políticas?
- 3) Qual a sua participação na política?

Socialização: montagem de quadros comparativos e painel com o tema Ser Político, com a possibilidade de um debate final.

Atividade 2

Pode ser realizada de forma interdisciplinar com a Geografia e Matemática. Estudo de campo, a partir das informações do quadro dos impostos acima (Tributação). Faça um estudo comparativo, com notas fiscais adquiridas em compras da família, contas de água, luz e telefone, para evidenciar o valor dos impostos que incidem no preço final do produto ou serviço, e como esses impostos são revertidos em forma de melhorias sociais para a população.

Material necessário: notas fiscais. Pode-se utilizar a tabela, o caderno de Educação Fiscal do Estado de Santa Catarina e, ainda, consultar um contador para esclarecer os tipos de impostos e o seu destino (municipal, estadual e federal). A partir das informações coletadas, analise o total de impostos, com a montagem dos gráficos e a qualidade dos serviços prestados pelos poderes públicos. Montagem de gráficos para socialização em um debate.

Atividade 3

Encontramos muitas cópias da Internet sem a leitura necessária. Enquanto atividade, a proposta é fazer um fichamento textual sobre o capítulo de uma obra de Ciência Política, dentro da metodologia científica.

Atividade 4

Montagem de painel com as funções e atribuições dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário. Após a confecção do painel, convidar um representante de cada poder para debater a respeito de suas funções, com possibilidade de visita à prefeitura, câmara de vereadores e fóruns.

GLOSSÁRIO

Alienação - Em Sociologia foi estudado por Karl Marx. Segundo ele, no sistema capitalista o trabalhador se separa do objeto que ajudou a fabricar. Este objeto se transforma em mercadoria e uma vez no mercado passa a dominar o trabalhador. Dessa forma, este se aliena daquilo que produziu. A alienação surge, assim, em um determinado momento do processo de desenvolvimento histórico das sociedades humanas. Ela se manifesta também sob a forma de perda de consciência e de afastamento do ser humano das atividades comunitárias para encerrar-se em si mesmo, abandonando a ação política.

Autonomia – o mesmo que independência política de um país. Em sentido mais amplo, é a forma de dirigir por leis próprias uma comunidade, região, país, partido político, grupo religioso, sindicato.

Autoridade – do ponto de vista político, é a pessoa ou grupo de indivíduos que detém prerrogativa de mandar e se fazer obedecer.

Democracia – sistema político no qual a soberania emana do povo, isto é, do conjunto dos cidadãos, o qual exerce o governo diretamente, como na Grécia antiga (democracia direta) ou por meio de representantes livremente escolhidos de forma periódica (democracia indireta ou representativa). A democracia moderna se caracteriza também pelo respeito às liberdades individuais e coletivas, pelo respeito aos direitos humanos, pela divisão do poder do Estado em três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário), pela igualdade de todos perante a lei e pela existência de formas de controle das autoridades pelos cidadãos.

Dogma – designa uma teoria ou opinião filosófica. Também utilizado para expressar princípios fundamentais de uma ciência.

Ideologia – expressão criada no começo do século XIX pelo francês Destutt de Tracy com o significado de ciência que tem por objeto o estudo das ideias. Mais tarde, Karl Marx e Friedrich Engels deram a ela o sentido de consciência social de uma classe dominante, o conjunto de ideias falsas, enganadoras, destinadas a mascarar a realidade social aos olhos das classes dominadas, encobrindo as relações de dominação e exploração a que estão submetidas essas classes. Nessa acepção, teria o mesmo significado de falsa consciência. Atualmente o termo é empregado como conjunto de ideias dominantes em uma sociedade, ou como “visão de mundo” de uma classe social, de uma sociedade ou de uma época.

Iluminismo – é o nome que se dá à ideologia que foi sendo desenvolvida e incorporada pela burguesia a partir das lutas revolucionárias do século XVIII.

Lei – pode ser definida como uma norma de conduta humana que a maioria dos membros de determinada comunidade política reconhece ser obrigatória – reconhecimento esse resultante de certos fatores, entre eles a obediência geral a norma e o estabelecimento de sanções e de procedimentos para a sua aplicação e interpretação.

Liberdade – designa o estado de ser livre ou de estar em liberdade, de não estar sob controle de outrem; de estar desimpedido, de não sofrer restrições nem imposições, asseverando por exemplo que a liberdade implica a existência de condições ou de oportunidades consideradas essenciais para o desenvolvimento das capacidades das pessoas.

Liberalismo – doutrina que defende a mais ampla liberdade individual, a democracia representativa, o direito inalienável à propriedade, à livre iniciativa e à concorrência no mercado entre indivíduos e empresas. O liberalismo surgiu na Europa no decorrer do século XVIII e foi a ideologia dominante sob o capitalismo competitivo, vigente sobretudo entre o século XVIII e o fim do século XIX.

Moral – conjunto de princípios e normas éticas, aceito e sancionado por determinadas sociedades; distingue-se da ética, que é o estudo dos fundamentos da moral.

Patrimonialismo – forma de organização social com base no patrimônio, no conjunto de bens, materiais e não-materiais, mas com valor de uso e de troca, que pertence a uma pessoa ou a uma empresa pública e privada, inclusive ao Estado.

Poder – a influência intencionalmente exercida por uma pessoa ou um grupo, através de qualquer meio, sobre a conduta alheia. O direito de alterar, por meio de um procedimento predeterminado, outros direitos e deveres, próprios ou alheios, igualmente estabelecidos em lei.

Política – arte de decidir sobre todas as questões que dizem respeito ao Estado, ou uma cidade, município, um sindicato, escola, universidade; no senso comum, arte de governar um povo.

República – é uma forma de governo sem monarca associada mais à representação popular efetivada por meio de uma forma de processo eletivo e, em diversos graus, aos princípios da democracia liberal.

Renascimento – significa um processo total, estendendo-se da esfera social e econômica, onde a estrutura básica da sociedade foi afetada, até ao domínio da cultura, envolvendo a vida de todos os dias e a maneira de pensar, as práticas morais e os ideais éticos quotidianos, as formas de consciência religiosa, a arte e a ciência (HELLER, A. *O homem do Renascimento*). O Renascimento originou-se da vontade de muitos artistas e intelectuais dos séculos XV e XVI – primeiro na Itália (Florença, Roma e Veneza), estendendo-se mais tarde por toda a Europa – de recuperar ou retomar a arte greco-

romana que esmorecera durante a Idade Média. Foi considerado o último suspiro do barbarismo cultural, o fim da Idade das Trevas.

Razão – poder do intelecto de formular conceitos e estabelecer relações lógicas de modo a deduzir uma conclusão correta de uma premissa dada ou de fazer um julgamento objetivamente válido a respeito de fenômenos empíricos.

Sociedade – em sentido mais lato, refere-se à totalidade das relações sociais entre as criaturas humanas. Também pode ser definida como as instituições e a cultura de um grupo de pessoas de ambos os sexos e todas as idades, grupo esse inclusivo, mais ou menos distinto e que se autoperpetua.

REFERÊNCIAS

- ARANHA, M. L. de A.; MARTINS, M. H. P. **Filosofando**. São Paulo: Moderna, 1999.
- ARON, R. **As etapas do pensamento sociológico**. Tradução de Sergio Bath. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- ABRÃO, B. **História da filosofia**. São Paulo: Nova Cultural, 2002.
- ARBEX JR, J. **Guerra Fria - O Estado terrorista**. 2. ed. refor. São Paulo: Moderna, 2005.
- COSTA, M. C. C. **Sociologia**; introdução à ciência da Sociologia. 3. ed. ver. e ampl. São Paulo: Moderna, 2005.
- DAEMON, Dalton, **Negociações em mercados internacionais**: Análises e casos de operações comerciais na Europa Oriental, África, Oriente Médio, Ásia e Oceania. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.
- DELLA PORTA, D. **Introdução à ciência política**. São Paulo: Estampa, 2003.
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: Saberes necessários à prática educativa São Paulo: Paz e Terra, 2003.
- _____. **Pedagogia do oprimido**. 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e punir** – história da violência nas prisões. Petrópolis: Moderna, 2003.
- FERRARI, A. T. **Fundamentos de Sociologia**. São Paulo: McGraw-Hill, 1983.
- FIGUEIRÓ, A. L. **Sociologia**. 2. ed. Florianópolis: ed. da Udesc, 2001.

- FORACCI, M. M. **Sociologia e sociedade**. Rio de Janeiro: LTC, 2002.
- GANDRA, J. R. De tanto ver triunfar as nulidades... Revista **Época**, n. 434, 11 de setembro de 2006, p. 53.
- HOLANDA, S. B. **Raízes do Brasil**. 23 ed. Rio de Janeiro: Jose Olympio, 1982.
- MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do partido comunista**. Tradução de Sueli Tomazzini Barros Cassal. Porto Alegre: L & PM, 2001.
- MARX, K. **O capital**. 7. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1980.
- SILVIA, B. **Dicionário de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: ed. da FGV, 1986.
- SOUZA, J. **A modernização seletiva: uma reinterpretação do dilema brasileiro**. Brasília ed. Univ. de Brasília, 2000.
- TOMAZI, N. D. **Iniciação à sociologia**. 2. ed. São Paulo: Atual, 2000.
- SELL, C. A. **Uma introdução à sociologia**. Blumenau: Edifurb, 2002.
- TOMELIN, J. F. **Diálogos filosóficos**. 2. ed. Blumenau: Nova Letra, 2004.
- VICENTINO, C. **História para ensino médio: História geral e do Brasil**. São Paulo: Scipione, 2001.
- WALTER, N. **Do anarquismo**. São Paulo: Imaginário, 2000.
- WEBER, M. **Ciência e política, duas vocações**. São Paulo: Cultrix, 2004.
- WONSOVICZ, S. **Somos filhos da polis: investigando sobre política e estética**. 9. ed. Florianópolis: Sophos, 2005.
- WEFFORT, F. C. Marx: política e revolução. In: WEFFORT, F. C. (Org.). **Os clássicos da política**. São Paulo: Ática, 1990.

UNIDADE VII

MUNDO DO TRABALHO E SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO

INTRODUÇÃO

Pensar historicamente a questão do trabalho é pensar como esta atividade humana se desenvolveu e se organizou nas diferentes sociedades. Antes de analisarmos algumas situações e formas de trabalho e de produção, é necessário que se responda à seguinte pergunta. Para que existe trabalho e produção? Ao procurar responder a esta questão, outra pergunta se impõe. Quem inventou o trabalho?

À primeira questão poder-se-ia responder que o trabalho e a produção existem para satisfazer nossas necessidades. Quando vamos ao supermercado e compramos gêneros alimentícios e todo e qualquer tipo de mercadorias, estamos comprando bens. E quando vamos ao médico ou a um contador estamos pagando um serviço. Portanto, bens são todas as coisas palpáveis, concretas, que são produzidas para satisfazer as necessidades do ser humano.

Já produção é a transformação da natureza da qual resultam bens que vão satisfazer as necessidades humanas. Trabalho é a atividade exercida pelo ser humano visando a satisfação de suas necessidades.

Durante o desenvolvimento desse trabalho iremos perceber os vários modos de satisfazer essas necessidades, como os homens se organizam em sociedade e os seus valores em relação à produção e trabalho.

OBJETIVOS

Compreender:

- a relação existente entre trabalho nos diferentes modos de produção no decorrer da história da humanidade;
- que os modos de produção se referem à maneira pela qual a sociedade produz, distribui e consome seus bens e serviços;

- as concepções teóricas citadas pelos pensadores Marx e Weber sobre os sistemas econômicos ao longo do processo histórico;
- os avanços tecnológicos e sua repercussão para a vida do homem em sociedade nos seus aspectos positivos e negativos.

PROFESSORES COAUTORES

Dejanir Maciel Ribeiro

Janete Maria Mittmann

José Luis Capistrano

Lourdes Fátima Pitan

Rosane Zanette Trevisol

Terezinha Agostinho Martins

CONCEITO E ORIGEM DA PALAVRA TRABALHO

Entende-se por trabalho toda atividade do homem que transforma a natureza. A relação entre trabalho e realização humana parece evidente. Essa relação é tão antiga quanto a história da humanidade. Dos gregos antigos às sociedades industrializadas norte-americana ou japonesa de hoje, passando pela experiência socialista, o homem procura a sua realização por meio do trabalho.

A etimologia da palavra trabalho guarda o sentido de tortura. Trabalho tem origem no vocabulário latino *tripalium*, aparelho de tortura composto de três paus, que também servia para imobilizar animais difíceis de ferrar. Daí a associação do trabalho com tortura, sofrimento, pena e labuta (ARANHA, 1999).

O conflito entre trabalho e realização deve-se ao fato de o homem ter organizado a sociedade de tal modo que, para a maioria dos indivíduos, o trabalho que fazem não são projetos seus, como também não são seus os frutos dos esforços. Nessa circunstância o trabalho que desenvolvem torna-se opressivo e ofegante (COTRIN, 2000).

MODOS DE PRODUÇÃO: A HISTÓRIA DA TRANSFORMAÇÃO DA SOCIEDADE HUMANA

Segundo Marx, o homem para satisfazer suas necessidades atua sobre a natureza, criando relações técnicas de produção. Todavia, essa atuação não é isolada: na produção e distribuição necessária ao consumo, o homem relaciona-se com outros seres humanos, dando origem às relações de produção. O conjunto dessas relações leva ao modo de produção (LAKATOS, 1999).

O modo de produção é a maneira pela qual a sociedade produz seus bens e serviços, como os utiliza e como os distribui. É chamado também de sistema econômico. Assim, numa determinada época histórica, uma sociedade tem uma certa maneira de se organizar para produzir e para distribuir sua produção. O modo de produção de uma sociedade é formado por suas forças produtivas e pelas relações existentes nessa sociedade. Portanto, o conceito de modo de produção resume claramente o fato de essas relações de produção serem o centro organizador de todos os aspectos da sociedade.

Ao longo da história, a espécie humana tem produzido de vários modos aquilo que necessita. Por isso, pode-se afirmar que a história da humanidade é a história da transformação da sociedade humana pelos diversos modos de produção. Cada sociedade tem uma forma histórica de produção que lhe é própria e sua história é a história do desenvolvimento do seu processo de produção. Foi esse processo de desenvolvimento que ocasionou o aparecimento dos principais modos de produção. São eles: primitivo, escravista, asiático, feudal, capitalista e socialista.

Cada modo de produção pode ter existido em lugares e épocas diferentes. Por exemplo, o modo de produção primitiva existiu nos primeiros tempos da humanidade e existe ainda hoje entre indígenas do Brasil e aborígenes da Austrália. Da mesma forma, o modo de produção escravista predominou na Grécia e no Império Romano antes de Cristo, como também no Brasil, entre os séculos XVI e XIX.

MODO DE PRODUÇÃO PRIMITIVO

Inicialmente os homens viviam em tribos nômades e dependiam exclusivamente dos recursos da região em que a tribo se encontrava. Sobreviviam graças à coleta e ao extrativismo: caçavam animais para se alimentar e para usar as peles como roupas,

pescavam e colhiam frutos silvestres. Não dominavam a natureza. Passavam privações quando acontecia alguma alteração climática brusca e a caça, a pesca e os frutos silvestres rareavam. Aos poucos a espécie humana começou a cultivar a terra e produzir verduras legumes, frutas e cereais, passando a criar alguns tipos de animais. Quando isso aconteceu as pessoas deixaram de ser nômades e passaram a ser sedentárias, isto é, tiveram condições de se fixar num lugar.

Durante toda a história o ser humano sempre transformou a natureza para produzir bens que satisfizessem suas necessidades básicas e também que lhe proporcionassem uma vida mais confortável.

A comunidade primitiva foi a primeira forma de organização humana. Ela existiu em diversas partes da Terra há milhares de anos. Ainda hoje, na África, na Austrália, na Nova Zelândia e na região da Amazônia encontramos tribos com esse tipo de organização: que se alimentam de frutos e raízes, da pesca e da caça, e não praticam a agricultura nem o pastoreio.

O modo de produção primitivo designa uma formação econômica e social que abrange um período muito longo, desde o aparecimento da sociedade humana. A comunidade primitiva existiu durante milhares de anos, enquanto o período compreendido pelo escravismo, feudalismo e capitalismo mal ultrapassa cinco milênios. Na comunidade primitiva os homens trabalhavam em conjunto, e os meios de produção e os frutos do trabalho eram propriedades coletivas, isto é, de todos. Não existia ainda a ideia de propriedade privada dos meios de produção, nem havia a oposição proprietários *versus* não- proprietários. As relações de produção eram relações de ajuda entre todos; eram baseadas na propriedade coletiva dos meios de produção, na terra em primeiro lugar.

Nas comunidades primitivas - onde tudo era de todos - não havia o Estado. Este só passou a existir quando alguns homens começaram a dominar os outros. O Estado surgiu como instrumento de organização social e de dominação.

MODO DE PRODUÇÃO ESCRAVISTA

É o modo de produção que predominou na antiguidade, mas que também existiu no Brasil durante a Colônia e o Império. Na sociedade escravista os meios de produção (terras e instrumentos de produção) e os escravos eram propriedades do senhor. O

escravo era considerado um instrumento, um objeto, como um animal ou uma ferramenta.

Assim, no modo de produção escravista, as relações de produção eram relações de domínio e de sujeição: senhores x escravos. Um pequeno número de senhores explorava a massa de escravos, que não tinham nenhum direito. Os senhores eram proprietários da força de trabalho (os escravos), dos meios de produção (terras, gado, minas, instrumentos de produção) e do produto do trabalho.

Nesse modo de produção já existia o Estado, pois grupos de indivíduos dominavam outros grupos. O Estado surgiu para garantir o interesse dos senhores.

TRABALHO NA ANTIGUIDADE GRECO-ROMANA

A existência de cidadãos e escravos na sociedade grega, considerada o berço da democracia, era assim explicada pelo filósofo Aristóteles (apud COTRIN, 2000, p. 196):

Todos aqueles que nada têm de melhor para nos oferecer que o uso do seu corpo e dos seus membros são condenados pela natureza à escravidão. É melhor para eles servir do que serem abandonados a si próprios. Numa palavra, é naturalmente escravo quem tem tão pouca alma e tão poucos meios que devem resolver-se a depender de outrem [...] o uso dos escravo e dos animais é aproximadamente o mesmo.

Como podemos perceber, para Aristóteles a diferença social entre os homens era natural, não havendo contradição alguma na divisão que se impunha entre o trabalho manual e as atividades intelectuais e políticas.

Na cultura grega cabia aos cidadãos o comando da *polis*. Ao cidadão era proibido o trabalho braçal, já que ele deveria ter o tempo livre – ócio – para se dedicar à reflexão e ao exercício da cidadania e do bem governar. As funções dos escravos, entretanto, eram restritas à atividade inferior da transformação da natureza em bens determinado pela vontade das camadas superiores. Por ser rotineiro e não exigir capacidade reflexiva, o trabalho manual era considerado atividade degradante, relegada a escravos e não-cidadãos.

Em Roma permaneceu a divisão entre a arte de governar e o trabalho braçal. Sendo o império fundado na escravidão, o trabalho braçal era visto como degradante e destinado aos povos dominados, tido como seres inferiores. Trabalhar, para o cidadão romano, era negar o ócio, negar o tempo livre e o lazer (CHAUÍ, 1999).

MODO DE PRODUÇÃO ASIÁTICO

O modo de produção asiático predominou no Egito antigo, na China, na Índia, entre os Astecas do México e os Incas do Peru, e também na África do século passado.

Tomando como exemplo o Egito antigo, do tempo dos Faraós, vamos notar que a parte produtiva da sociedade era composta por escravos – que executavam trabalhos forçados – e por camponeses – que eram obrigados a entregar ao Estado o que produziam. As terras pertenciam ao Estado e, portanto, ao Faraó, já que ele encarnava o Estado. Os grupos privilegiados das sociedades eram os sacerdotes, os nobres, os funcionários e os guerreiros. O excedente da produção possibilitava que o Faraó destacasse um grande grupo de homens para constituir o exército, outro grupo para construir as obras grandiosas (pirâmides, templos, canais de irrigação) e o grupo dos sacerdotes para preservar o saber sagrado.

Essa organização social permitia que a parcela maior da produção fosse consumida por esses segmentos improdutivos da sociedade, o que foi minando cada vez mais o modo de produção asiático.

Vários foram os fatores que determinaram o fim do modo de produção asiático:

- a propriedade da terra pelos nobres;
- o alto custo de manutenção dos setores improdutivos;
- a rebelião dos escravos.

No caso dos impérios Inca e Asteca, também contribuiu para seu fim a conquista do território pelos espanhóis (OLIVEIRA, 2002).

MODO DE PRODUÇÃO FEUDAL

O modo de produção feudal predominou na Europa ocidental durante toda a Idade Média, permanecendo até o século XVI. No Japão a sociedade feudal foi consolidada pelo Xogunato (séc. XVII, XVIII e metade do séc. XIX).

A sociedade feudal estruturava-se basicamente em senhores *versus* servos. As relações de produção no feudalismo baseavam-se na propriedade do senhor sobre a terra e um grande poder sobre o servo. Os servos não eram como os escravos: eles cuidavam de um pedaço de terra cedido pelo senhor, sendo obrigados a pagar a ele impostos,

rendas e ainda a trabalhar as terras que o senhor conservava para si. O servo tinha o usufruto da terra, ou seja, uma parte do que a terra produzia era dele. Assim, trabalhava uma parte do tempo para si e outra para o senhor. Outra diferença importante entre o servo e o escravo é que o senhor de escravos era dono do escravo, podendo vendê-lo e até alugá-lo. Com o senhor de servos isso não ocorria: o servo enquanto pessoa não era propriedade de seu senhor.

Os senhores feudais tinham o poder econômico (eram os proprietários das terras) e o poder político (faziam as leis do feudo e obrigavam os servos a cumpri-las). Num determinado momento as relações de produção feudais começaram a dificultar o desenvolvimento das forças produtivas. Ao mesmo tempo em que a exploração dos servos no campo aumentava, o rendimento da agricultura era cada vez mais baixo. Nas cidades, o crescimento da produtividade dos artesãos era freado pelos regulamentos existentes, e o próprio crescimento das cidades era impedido pela ordem feudal. As relações feudais de produção deixaram de responder às necessidades da época, pois o processo de desenvolvimento exigia novas relações de produção. Dentro da própria sociedade feudal já começavam a aparecer as relações capitalistas de produção (OLIVEIRA, 2002).

MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA

O modo de produção feudal começou a desmoronar a partir do século XI; com a sua desagregação surgiu o capitalismo. A desagregação do feudalismo e as origens do capitalismo tiveram como principais causas:

- o crescimento da população na Europa;
- o desenvolvimento das técnicas agrícolas de produção;
- o renascimento comercial e urbano.

O que caracteriza o modo de produção capitalista são as relações assalariadas de produção (trabalho assalariado). A relação de produção capitalista baseia-se na propriedade privada dos meios pela burguesia – que substituiu a propriedade feudal – e no trabalho assalariado – que substituiu o trabalho servil no feudalismo.

A burguesia possui as fábricas, os meios de transporte, as terras, os bancos, entre outros, e o trabalhador não é obrigado a ficar sempre na mesma terra ou na mesma fábrica. Ele é livre para se empregar na propriedade do capitalista que o aceitar para

trabalhar. Os trabalhadores são obrigados a trabalhar para os proprietários dos meios de produção que são donos do capital.

Como vemos, no capitalismo há duas classes principais: a burguesia e os trabalhadores assalariados. O desenvolvimento da produção do capitalismo é movido pelo desejo de lucro. É para aumentar os seus lucros que os capitalistas procuram aumentar a produção, por meio dos aperfeiçoamentos técnicos da exigência de maior produtividade dos operários de uma maior racionalização do processo de produção (OLIVEIRA, 2002).



Família de imigrantes italianos desembarcando na ilha de Ellis, em Nova Iorque, no final do século XIX.

Fonte: COTRIN, 2000.

ETAPAS DO CAPITALISMO

O capitalismo compreende quatro etapas:

- Pré-capitalismo (séculos XII a XV) – o modo de produção feudal ainda predomina mas já se desenvolvem as relações capitalistas.
- Capitalismo comercial (XV a XVIII) – a maior parte do lucro concentra-se nas mãos dos comerciantes, que constituem a camada hegemônica da sociedade; o trabalho assalariado torna-se o mais comum.

➤ Capitalismo industrial (XVII a XX) – com a Revolução Industrial o capital passa a ser investido basicamente nas indústrias, que se torna a atividade econômica mais importante; o trabalho assalariado firma-se definitivamente.

➤ Capitalismo financeiro (século XX) – os bancos e outras instituições financeiras passam a controlar as demais atividades econômicas por meio de financiamentos à agricultura, à indústria, à pecuária e ao comércio.

MODO DE PRODUÇÃO SOCIALISTA

A base econômica do socialismo é a propriedade social dos meios de produção, isto é, os meios de produção são públicos ou coletivos, não existem empresas privadas. A finalidade da sociedade socialista é a satisfação completa das necessidades materiais e culturais da população: emprego, habitação, educação, saúde. Nela não há a separação entre proprietários do capital (patrões) e proprietários da força de trabalho (empregados). Isto não quer dizer que não continuem existindo diferenças sociais entre as pessoas, bem como salários desiguais em função de o trabalho ser manual ou intelectual. A economia socialista é planejada, visando atender as necessidades básicas da população e não o lucro das empresas.

Para os teóricos, o socialismo é a etapa anterior ao comunismo. No comunismo, segundo eles, acabariam as diferenças sociais entre as pessoas, porque todos teriam tudo em comum, e o Estado deixaria de existir.

No final de 1980 e começo da década de 1990 começaram a ocorrer profundas mudanças políticas e econômicas nos países socialistas europeus. Em quase todos caíram os governos do Partido Comunista e foram feitas reformas para tornar mais democrático o sistema político, com eleições diretas para os principais cargos. Também a economia passou por profundas alterações, com diminuição do controle do Estado e a reativação dos mecanismos de mercado. A propriedade privada tem sido restabelecida em alguns setores, sobretudo no comércio.

Apenas o desenvolvimento histórico permitirá definir que rumos as sociedades socialistas tomarão. É possível afirmar, porém, que o sistema burocrático controlado rigidamente pelo Estado, que se apoiava no regime político com escassa participação popular, não subsistirá. Está sendo substituído por forma mais flexíveis de organização política e econômica, com pluripartidarismo e menor participação do Estado na

economia. As mudanças mais significativas nesse sentido ocorreram na Alemanha Oriental, que abandonou inteiramente o caminho do socialismo e se integrou à Alemanha Ocidental capitalista, formando com ela um só país.

Atualmente o modo de produção socialista ainda existe, com algumas alterações de caráter político e econômico, na China, Mongólia, Laos, Camboja, Guiné Bissau, Angola, Moçambique, Vietnã e Cuba (OLIVEIRA, 2002).

Sem dúvida, o fato mais surpreendente e marcante no final do século XX foi a desagregação do sistema socialista, principalmente nos países da Europa Oriental: Polônia, Hungria, Romênia, Bulgária, Albânia, República Tcheca, Eslováquia, Iugoslávia, Eslovênia, Croácia, Macedônia, Bósnia-Herzegovina, Rússia e as demais 14 repúblicas que constituíam a antiga União Soviética. Essa desagregação expôs um erro de previsão na interpretação do processo histórico mundial que julgava haver uma consequência histórica do fortalecimento do Estado e a extensão do regime socialista para todas as regiões do globo.

A capacidade de autotransformação, movimento vertiginoso do processo tecnológico, o atendimento amplo das necessidades do bem-estar da população que se registram nas formas assumidas pelo capitalismo no primeiro mundo deram mostras, entretanto, de que o desenvolvimento social não pode prescindir do sistema de economia de mercado e das amplas liberdades políticas da democracia (OLIVEIRA, 2002).

DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO INDUSTRIAL

A resposta às tensões do século XIX não foi a redução da pressão social. Ao contrário, a solução encontrada foi a busca de maior produtividade, sofisticando mais a divisão do trabalho iniciada com a fábrica do século XVIII. Pela ótica dos patrões, era preciso formar o homem dócil, em oposição ao trabalhador politizado e sindicalizado. Para isso, precisava-se quebrar mais ainda a sua resistência. O Taylorismo e o Fordismo surgiram como estratégias para domesticar o trabalhador.

O TAYLORISMO

O Taylorismo é um sistema de relações de trabalho elaborado com base nos estudos do norte-americano Frederick W. Taylor (1856-1915). Os princípios tayloristas

de produtividade e tempo útil já se encontravam nos escritos de Adam Smith, de 1776. Taylor apenas aperfeiçoou essas concepções, utilizando-se de um sofisticado sistema de controle.

IMPORTANTE

O Taylorismo pretende-se um método científico de racionalizar a produção, economizando tempo mediante a eliminação ao máximo de gestos e atitudes improdutivas.

Segundo Taylor, a produção depende muito da boa vontade do trabalhador. Como só trabalhava porque era obrigado, o trabalhador, sempre que não estava sob o olhar do patrão ou do contramestre, fazia “corpo mole” e “matava o serviço”. Para aumentar a produção e garantir ao capitalista a expansão de seu mercado e de seus lucros, era preciso quebrar a prática da indolência e da preguiça entre os trabalhadores. Por isso, Taylor propunha aperfeiçoar a já existente divisão entre o trabalho intelectual (planejamento), concepção e direção e o trabalho manual da produção direta. A função do trabalho intelectual era eliminar qualquer autonomia do trabalhador braçal na produção. Enquanto o primeiro pensa e dirige, o segundo não pensa (ou não deve pensar) e obedece. Taylor sugeria o estudo detalhado de todas as operações de produção, decompondo as tarefas de movimentos elementares e ritmados pela velocidade da máquina. O tempo produtivo do trabalhador é medido pelo ritmo cronometrado da máquina. Para executar essas tarefas pouco complexas, Taylor idealizava o operário do tipo bovino: o “homem-boi”, “imbecil”, forte e dócil. Desse modo, eliminava-se aquele trabalhador politizado e resistente ao controle. O método, ao pretender “punir os indolentes” e “premiar os produtivos”, ocultava o interesse na domesticação do trabalhador-cidadão.

O FORDISMO

O Fordismo, introduzido por Henry Ford (1886-1947) na fabricação em massa de automóveis, foi uma continuidade do Taylorismo. Sua principal inovação – a linha de montagem – consistia na inclusão de uma esteira rolante que transportava as peças de montagem. Impedido de locomover-se pois as peças eram transportadas até ele, o

trabalhador se confundia com a própria máquina e era obrigado a manter um ritmo-padrão de tempo e de produção. Esse método exigia apenas atividades motoras e dispensava qualquer possibilidade de iniciativa própria.

Ford despersonalizou a tal ponto o trabalhador que, mesmo tendo-se elevado os salários, verificou-se um alto índice de rotatividade nas fábricas. Tornada insuportável a vida dentro da produção, o trabalhador, sempre que encontrava uma oportunidade, exigia maiores salários ou demitia-se.

Dissimulados em “progresso técnico”, o Taylorismo e o Fordismo ainda hoje brutalizam o trabalhador, reduzindo-o a um mero autômato cumpridor de ordens e de ritmos estranhos à sua vontade e à sua natureza. Ambos são formas de organização da produção que se encontram disseminadas em praticamente todos os tipos de trabalhos, como nas fábricas, nos grandes escritórios, nos bancos, nas escolas, etc.

A ÉTICA PROTESTANTE DO TRABALHO NA CONCEPÇÃO WEBERIANA

A Reforma Protestante desenvolveu uma análise que alteraria o pensamento cristão sobre o trabalho, contrariando a visão do catolicismo, que mais tarde adotou posição parecida. Nessa nova visão, o trabalho aparece como o fundamento de toda a vida, constituindo uma virtude e um dos caminhos para a salvação. A profissão de cada um passa a ser vista como vocação, e a preguiça, como uma coisa perniciosa e má, que se contrapõe à ordem natural do mundo.

Max Weber, sociólogo alemão, ao analisar a relação entre a ética protestante e o espírito do capitalismo, procurou demonstrar claramente essa mudança de atitude e de concepção em relação ao trabalho. Estabelecendo o papel exercido pela ética protestante na determinação do comportamento característico dos indivíduos na sociedade capitalista, Weber concluiu que os valores protestantes, entre eles o individualismo, disciplina, austeridade, senso de dever, inclinação e apego ao trabalho, passaram a agir fortemente sobre o comportamento dos indivíduos.

O trabalho passa a ser encarado como uma virtude e, ao trabalhar arduamente, pode-se chegar a ter êxito na vida material, o que é expressão das bênçãos divinas sobre os homens. Mas a riqueza gerada pelo trabalho é depositada nas mãos de alguns homens; não deve ser utilizada para a ostentação ou mesmo para os gastos sem

necessidade. O cristão protestante deve ser reinvestido no trabalho, dessa forma gerando mais oportunidades para outros trabalharem.

Nesta concepção, a riqueza em si não é condenável, mas sim aquilo a que ela pode levar, isto é, o não trabalho, a soberba e a preguiça que ela pode causar. Nesse sentido, um dos pecados maiores passa a ser o tempo perdido em coisas improdutivas. O cristão tem o dever de trabalhar, pois quem não tem vontade de trabalhar inicia um processo que redundará em pecado e, portanto, na ausência da graça divina.

Quase concomitante às reformas protestantes, há outro grande impulso para uma transformação radical na concepção do trabalho. Ele se dá quando a ideia de transformação da natureza pela ação dos homens passa a ser um dos temas centrais dos iluministas. Através da ciência, da técnica e das artes mecânicas se pode transformar a natureza. O homem domina a natureza por meio de seu trabalho, seja ele manual, seja intelectual.

E as duas posições alteram profundamente a concepção sobre o trabalho e são dominantes até os dias de hoje.

TRABALHO NA CONCEPÇÃO MARXISTA

A diferenciação do homem perante os animais se faz a partir do momento em que ele começa a produzir para viver. Entretanto, o ser humano não age apenas em função das necessidades imediatas e nem se guia pelos instintos, como fazem os animais. Os homens são capazes de antecipar na sua cabeça os resultados das suas ações, sendo, desse modo, capazes de escolher os caminhos que irão seguir. É como Marx descreve em sua obra *O capital*:

O que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele constrói o favo na cabeça, antes de construí-lo em cera. No fim do processo de trabalho obtêm-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, e portanto idealmente (MARX apud OLIVEIRA, 2006, p. 1).

Dessa forma, o trabalho criou para o homem a possibilidade de ir além da pura natureza, podendo contrapor-se como sujeito ao mundo dos objetos, conquistando assim certa autonomia diante dela. A atividade do homem ou o trabalho pode ser visto em dois sentidos diferentes no pensamento de Marx. Primeiro, num sentido antropológico, em

que vemos a dependência do ser do seu próprio meio (receptividade sensível, carência, emocionalidade, suscetibilidade). “O homem é imediatamente ser natural”. Como ser natural, e como ser natural vivo, está, em parte, dotado de forças naturais, de forças vitais, é um ser humano ativo; estas forças existem nele como disposição e capacidade, como instintos. É um ser que padece, condicionado e limitado. É evidente que qualquer ser vivo tem uma vinculação de metabolismo com a natureza; porém, no caso do homem, esta relação é mediatizada pelo trabalho, o que significa que o homem só pode exteriorizar sua vida através de objetos reais, efetivos e sensíveis.

Uma outra visão do trabalho, a qual ultrapassa o sentido antropológico, é de cunho teórico-gnosológico, isto é, o trabalho social aparecendo como uma categoria da teoria do conhecimento tradicional, onde a relação sujeito-objeto não é mais abstrata; é, antes de tudo, uma ligação prática construída no trabalho e pelo trabalho. Assim, o trabalho é tido com um significado concreto de transformação da realidade. A atividade do trabalho é o despertar das forças da natureza com a intenção de dominá-las. À medida que o homem se apropria das forças naturais pelo trabalho, faz com que a própria natureza trabalhe com os interesses e necessidades humanas. O trabalho humano é a atividade de dominar a natureza, e, nesse sentido, o mundo natural é o momento da *práxis* humana.

De acordo com as teorias marxistas,

o homem pode fazer a sua história, mas não nas condições que ele mesmo escolhe; no entanto, mesmo historicamente determinado pelas condições, ele é responsável por todos os seus atos, pois é livre para escolher. Se o homem constitui-se a partir de seu próprio trabalho, a sociedade se constitui a partir das condições materiais de produção, que dependem de fatores naturais (como clima, biologia, geografia) que promovem a relação homem natureza, assim como a divisão social do trabalho e da cultura (MARX apud GOMES, 2006, p. 35).

A relação que temos com a natureza é social, pois reflete as ações humanas. À medida que vai sendo dominada, vai se “desencantando”, deixando para trás os seus “deuses”. Desse modo, torna-se uma categoria histórico-social. Assim, o processo de trabalho é uma correlação de forças internas à própria natureza, uma vez que o próprio homem é um momento da natureza. Portanto, a realização da essência humana se dá devido à mediação do trabalho universal concreto.

Esse dialético homem-natureza é visto, ao mesmo tempo, como naturalização do homem e humanização da natureza. Toda a ação do homem sobre o mundo natural é uma ação de humanização da natureza, porém é também uma naturalização do homem, pois ele deve desenvolver suas potencialidades internas para criar tudo a partir do trabalho. É a transformação da natureza e do homem através do trabalho.

A partir da dominação das forças naturais (trabalho), o homem produziu um “estranhamento” entre trabalhador e trabalho. Isso decorreu das condições criadas pela divisão do trabalho e pela propriedade privada, na medida em que o produto do trabalho, antes mesmo de o trabalhador se realizar, pertence a outra pessoa que não o trabalhador. Por isso, em lugar de se realizar em seu trabalho, o ser humano se aliena nele; em lugar de reconhecer-se em suas próprias criações, o ser humano se sente ameaçado por elas; em lugar de libertar-se, acaba enrolado em novas opressões. Com isso, Marx viu na alienação humana o lado negativo do trabalho.

Entretanto, a utilização do trabalho forçado opera como um mecanismo da construção e do desenvolvimento histórico da espécie humana. Consequentemente, o ser humano, numa concepção marxista, não é como uma essência fixa e abstrata, mas como vir-a-ser, determinado pelo desenvolvimento das forças produtivas. Em última análise, a essência humana são as relações sociais e, por isso, aquela é móvel, dinâmica e histórica como as relações sociais também o são.

O trabalho é portanto, segundo Marx, uma manifestação, a única manifestação da liberdade humana, da capacidade humana de criar a própria forma de existência específica. Não se trata, certamente, de uma liberdade infinita, porque a produção está sempre relacionada com as condições materiais e com as necessidades já criadas; e estas condições atuam como fatores limitativos em qualquer fase da história.

Assim, é através do trabalho, como relação ativa com a natureza, que o homem é, de certo modo, criador de si próprio; e criador não apenas da sua “existência material” mas também do seu modo de ser ou da sua existência específica, como capacidade de expressão ou de realização de si. A produção e o trabalho não são, segundo Marx, uma condenação que recai sobre o homem: é o próprio homem, o seu modo específico de ser ou de se fazer homem.

TECNOLOGIA E SOCIEDADE: OS AVANÇOS DA TECNOLOGIA ONTEM E HOJE

Ciência e técnica, ao longo da história, tornaram possíveis os grandes projetos da humanidade. Na Grécia antiga, a geometria serviu para demarcar terras, construir templos, estudar as pirâmides do Egito, os templos dos Maias, dos Astecas e dos Incas, assim como as catedrais medievais foram erguidas com auxílio das teorias das técnicas desenvolvidas e transmitidas de geração em geração. Mas foi a partir da Revolução Industrial do século XVIII que as teorias científicas e a técnica passaram a estreitar relações de dependência mútua. Ciência e técnica deram origem à nossa civilização tecnológica.

A partir da década de 60 a tecnologia espacial deu um grande salto para as novas inovações tecnológicas, modificando as relações e exercendo profundas influências no modo de ser e pensar de cada um de nós, assim como na forma de organização econômica, política e cultural das sociedades contemporâneas. A tecnologia desempenha hoje um papel social relevante, basicamente por intermédio de instituições (centro de pesquisas, cientistas, professores). O conjunto dessas entidades interfere nas grandes questões estratégicas do desenvolvimento nacional e internacional. Para exemplificar, basta mencionar a criação do telefone, do automóvel, do avião, materiais sintéticos, computador, satélite e outros.

Toda essa tecnologia traz vantagens e desvantagens. Algumas dessas vantagens tendem a desvendar fantásticos mistérios eminentes na vida do ser humano, em relação à medicina, à biotecnologia, à mecânica, à robótica, aos meios de comunicação, etc. A tecnologia pode salvar o homem das doenças e da fome, abreviar seu sofrimento, substituí-lo nas árduas tarefas, garantir-lhe melhor qualidade de vida.

O avanço tecnológico parece indicar que toda a humanidade pode ser beneficiária dessas conquistas e não apenas alguns poucos. Mas falta ainda o homem descobrir que acumular máquinas e riquezas não é tudo. Existem hoje imensas possibilidades para o homem fundar uma sociedade planetária em novas bases: máquinas podem pensar, auxiliadas evidentemente pelos homens; os indivíduos podem determinar seu próprio tempo de trabalho, uma vez que a informatização lhes possibilita produzir novamente em casa e, concomitantemente, estar conectados com o mundo por uma complexa rede de comunicação (internet, TV, telefone, fax); os homens encontram, enfim, melhores chances de realizar maior interação com o planeta do ponto de vista

geográfico, econômico, político, ecológico e cultural. Para tanto, basta que utilizem a criatividade e a tecnologia na construção de uma nova solidariedade planetária.

Todavia, uma das maiores contradições da moderna civilização tecnológica talvez seja a capacidade de produzir riquezas sem, no entanto, distribuí-las ao conjunto da humanidade. O acesso à tecnologia e seus frutos é o grande desafio do século XXI para mais da metade da população mundial que sequer chegou ao estágio da Revolução Industrial.

GLOBALIZAÇÃO – SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO



Fonte: www.sponholz.org.br. Acesso em 27 de outubro de 2006.

O processo de expansão e domínio do capital em todo o mundo não é, historicamente falando, um processo novo, pois percebemos que isso já teve o seu início por volta do século XV, na era das Grandes Navegações. Por volta do século XIX essa tendência intrínseca foi detectada por alguns estudiosos. Marx assim o descreveu em sua época:

Pela exploração do mercado mundial, a burguesia imprime um caráter cosmopolita à produção e o consumo em todos os países [...] As velhas indústrias nacionais foram destruídas e continuam a sê-lo diariamente. [...] Em lugar das antigas necessidades, satisfeitas pelos produtos nacionais, nascem novas necessidades que reclamam para sua satisfação os produtos das regiões mais longínquas e dos climas os mais diversos. Em lugar do antigo isolamento de regiões e nações que se bastavam a si próprias, desenvolve-se um intercâmbio universal e uma universal interdependência das nações (MARX, 1968, p.1).

Portanto, a expressão globalização não descreve apenas o fenômeno específico de expansão do capital. Politicamente, esta expressão designa o avanço e o predomínio da ideologia neoliberal caracterizado pela destruição do Estado e do bem-estar social, pela desregulamentação dos mercados, privatização das empresas estatais, flexibilização das relações de trabalho e destruição de direitos elementares dos trabalhadores.

A globalização acentuou-se nos anos de 1980, década que, ao final, assistiu à crise do chamado socialismo real e na qual a economia norte-americana se expandiu sob novas condições, incorporando um conjunto de inovações tecnológicas ligadas às tecnologias da informação. Ampliou-se o predomínio dos blocos econômicos: NAFTA, União Europeia e mais recentemente o Mercosul. “A principal característica da globalização é a desregulamentação das legislações nacionais visando um livre fluxo de mercadorias, serviços e moedas, permitindo maior flexibilidade aos investidores privados”. Esse processo criou um grande mercado de ações e de especulações nas bolsas de valores em todo o mundo. Portanto, “o conceito de globalização não descreve o processo como um todo, mas o faz de um certo ponto de vista” (BENJAMIM, 1998).

Junto com a globalização do grande capital ocorre a fragmentação do mundo do trabalho, a exclusão de grupos humanos, o abandono de continentes e regiões. Neste cenário, grupos financeiros tendem a impor suas políticas na maioria dos países do mundo. Esse clima levou ao surgimento da Organização Mundial do Comércio (OMC), que prega como política o livre comércio internacional e a livre concorrência entre mercados.



Fonte: www.humortadela.uol.com.br/charges/chaeges-arquivos-7.html.
Acesso em 27 de outubro de 2006.

A seguir, complementando esse tema, extraímos o texto do consultor empresarial Max Gehringer *O trabalho no futuro – memórias do século XXI*, 2000.

LEITURA COMPLEMENTAR

O TRABALHO NO FUTURO - MEMÓRIAS DO SÉCULO XXI

“As previsões sobre o futuro estão quase sempre erradas. Mas quem disse que é para as pessoas saberem o que vai acontecer com elas amanhã”.

Hoje é 20 de agosto de 2124, quarta feira, que no Brasil agora chama de Wednesday, já que o português foi oficialmente banido quando nos tornamos o 67º Estado dos United States of Wide América, em 2095. Teve quem não gostou, claro, principalmente depois que a Floresta Amazônica virou a Tropical Disney World, mas a maioria apoiou porque finalmente pôde tirar o passaporte americano sem aporrinhção e passou a receber salário em dólar. É verdade que muitos brasileiros ainda conservam o ranço xenófobo, o que é meu caso, por isso esse relatório está sendo escrito em nossa antiga língua mãe, que eu só domino porque nasci lá no distante 1980. Fiz 144 anos, trabalho há 126, estou forte e saudável, mas já ouço insinuações de que minha carreira entrou em um plano vegetativo. A vida corporativa do século XXII não é justa com o pessoal da sexta idade como eu: basta a gente chegar aos 140, e começa a ser discriminado no trabalho...

Os velhos tempos me dão saudade (uma de nossas poucas palavras que entram no Mega Dicionário Americano, como sinônimo para “senseless feeling”) apesar de quase mais nada ser como era. Por exemplo, eu nasci com unha, cabelo e dente, últimos resquícios de nossa ascendência selvagem. E na juventude pratiquei zelosamente um ato denominado “sexual” para a reprodução da espécie, coisa que, hoje, a ciência simplificou muito: basta ir a qualquer McDonald’s, comprar um kit de óvulo e espermatozoide (o número 3 tem sido o preferido pelos consumidores, porque acompanha uma coca-cola grátis) e inseri-lo num tubo plugado a um sistema embrionário – cujo nome técnico é “Tamagoshi”. Aí é só redigitar a configuração desejada do genoma e depois ir clicando os comandos para as cargas vitais de proteínas. Simples. Em seis semanas, aparece uma ficha fitoergométrica da criança, os custos de alimentação e educação e a mensagem “Are you sure you want to give birth?” Meu filho mais novo, o 365A27W648, vulgo 8, agora deu de ser curioso e me perguntar por que no meu tempo as coisas eram tão complicadas. Eu tentei explicar para ele que o tal fato ia além da simples reprodução, que a gente sentia prazer em copular, e ele fez aquela cara de nojo, típica de adolescente recém-saído da universidade. Mas, tudo bem, ele tem só 4 anos, um dia talvez entenda melhor.

Eu sei, estou divagando, desculpem. Não é das reviravoltas da natureza que este relatório trata, e sim das relações no trabalho. Meu hiperboss vai fazer uma apresentação no mês que vem, em Urano – com o criativo título de “Como enfrentar os desafios do século XXII” – e pediu minha colaboração. Ele quer mostrar às novas gerações a evolução da interação entre empresas e funcionários ao longo dos últimos 150 anos desde a chamada “Era Jurássica Trabalhista” (1980-2020) até o aparecimento do “Homo Pizza” no final do século XXI. E me escolheu porque eu vivi todas as etapas do processo, além de ser o único por aqui que ainda sabe usar algarismos romanos. Então vamos lá:

Transporte: os empregados acordavam de manhã e iam para o seu local de trabalho dirigindo um veículo pesadão e lerdo, que funcionava queimando derivados do extinto petróleo, chamado “automóvel” - não sei bem por que esse nome, que significa “move-se por si mesmo”, já que o tal veículo só se movia sob comando humano e, algumas vezes, nem assim. Mas a maior dificuldade era enfrentar o “trânsito”, do latim *transire*, “ir para a frente”, e esse era exatamente o problema, já que o trânsito quase nunca ia em frente, e daí originou-se uma frase muito comum, “Atrasei por causa do trânsito” literalmente significa “Fiquei para trás porque fui para frente”. Ou seja, aquele povo era duro de entender. O mais incrível é que, apesar de tanta confusão e contrariando a lógica, as pessoas ainda conseguiam chegar ao que chamavam de “local de trabalho”.

Local: o sistema jurássico era coletivo, e as empresas até usavam jargões como “*team-work*” para incentivar essas aglomerações, sem atentar para o fato de que elas eram uma fonte de proliferação de micróbios. O ponto de encontro era o escritório, um lugar onde os funcionários escreviam, daí a origem da palavra. Eram áreas enormes onde as pessoas se amontoavam em cubículos e passavam a maior parte

do tempo produzindo ‘documentos’, cuja principal finalidade era de servir como evidência física de que as pessoas estavam ocupadas. Após produzidos, os documentos eram imediatamente arquivados, de preferência em lugares onde nunca mais pudessem ser localizados. Isso na época tinha o mesmo nome de hoje, “burocracia”. A diferença é que os atrasados do século XX faziam tudo com oito cópias, e nós, 150 anos depois, começamos a reduzir para sete.

Individualidade: o primeiro passo para erradicar o coletivismo inútil foi o “SoHo” (Small office, Home office), uma sigla surgida aí por 2000, que permitia aos funcionários trabalhar, confortável e produtivamente, em suas próprias casas. No Brasil, uma das consequências imediatas do SoHo foi o aparecimento de uma variante descoberta, o “SoNo”. O que obviamente implicou num aumento brutal da quantidade de documentos produzidos, porque só assim os chefes acreditariam que seus funcionários estavam acordados em suas casas. Depois do SoHo veio o “SoCo”, aí por 2050. O “Co”, todo mundo já sabe, significa Chip office. Foi quando as corporações conseguiram implantar um microchip em cada funcionário para controlá-lo 24 horas por dia, desde o batimento cardíaco até o nível de atividade dos neurônios. Uma das características do SoCo que mais agradou às chefias - além do comando de “*wake up call*” - foi a possibilidade de emitir um choque elétrico remoto quando o funcionário atrasasse a remessa de um documento.

JORNADA: trabalha-se oficialmente 2 horas por semana, mas já há rumores de que a jornada será reduzida para 100 minutos semanais. O que, tirando o tempo necessário para o sono e as inconveniências fisiológicas -que não sofrem alterações nos últimos 100000 anos - dá umas 120 horas ociosas por semana. O professor Domenico De Masi, que vive em estado de hibernação metafísica na Itália, afirma que isso é um absurdo e defende a tese de que no futuro trabalharemos 100 minutos por ano. Mas o problema, mesmo, é que nunca conseguimos nos acostumar com o ócio. Por isso, nossa maior fonte de renda atual é a hora extra -fazemos em média, 14 delas por dia, inclusive aos sábados.

Efeitos colaterais: hoje, as megacorporações vêm se questionando se essa troca do trabalho grupal pelo individual foi realmente um progresso. Primeiro, porque ninguém mais conhece ninguém, já que os “colegas” viraram imagens digitalizadas. Segundo, porque todo mundo ficou sedentário e engordou uma barbaridade. Em terceiro porque os antigos executivos eram estressados, e os novos sucumbem à depressão, o que acarreta muitos suicídios (ou em linguagem ciberneticamente correta, *sef alt+ctrl+del*). O maior guru da administração do século XXII – Tom Peters, vivendo confortavelmente em seu estado gasoso, num tubo de ensaio – publicou recentemente um artigo que está causando uma comoção corporativa. Ele defende a tese de que “nada substituiu o contato humano”. Incrível, dizem seus fiéis admiradores, que ninguém tivesse pensado nisso ainda.

Emprego: conseguir um bom emprego hoje em dia não é difícil. O duro é se manter nele, porque as exigências para resultados de curtíssimo prazo aumentam cada vez mais. O tempo médio de permanência num emprego é de 28 horas. Daí o conceito em moda ser o de habilidade para saltar de galho em galho, “businessbilidade”, que se resume a três fatores: experiência cósmica, formação galáctica e ser bem relacionado com quem manda.

Sexo: as diferenças entre sexos não são mais limitantes para o preenchimento de um cargo. Não porque tenha acabado a discriminação, mas porque acabaram os sexos. A antiga classificação “masculino/feminino/outros” caiu em desuso a partir do momento em que os que assim chamados “homens” e “mulheres” equilibraram seus níveis de testosteronas e estrógenos. A ambivalência chegou a tal ponto que hoje os dicionários só registram a palavra “testículo” como sinônimo de “pequeno teste aplicado a estagiários”.

Hierarquia: nos tempos primitivos, as posições hierárquicas eram decididas ou por competência ou por protecionismo. Mas levava vantagem quem acumulava mais diplomas. Tudo mudou a partir do momento em que foi implantado o sistema de “Transferência Integral de Informações”, pelo qual qualquer ser humano, quando completa dois anos de idade, é acoplado a um megacomputador Deep Blue e absorve, em 15 minutos, o conhecimento acumulado pela espécie nos últimos dez milênios. Tem aí uma novíssima teoria dizendo que isso nos transformou numa raça de esponjas, e que o grande diferencial atual é saber pensar por conta própria, em vez de enfiar o dedo no nariz e dar um “retrieve”. Segundo a teoria, há uma minoria de pensamentos que consegue se perpetuar nas chefias porque tem “Inteligência Psicoemocional”, ou seja, uma combinação balanceada de “instinto”, “conhecimento” e “autocontrole”. Eu acho que já ouvi isso antes, só não me lembro bem quando foi.

Relacionamento: os funcionários têm abertura para se comunicar fora do trabalho, desde que respeitem o conceito chave do século XXII: Lógica Absoluta, ou seja, os assuntos devem ficar restritos aos negócios. Sentimentos e emoções, manifestações consideradas contraproducentes, estão proibidas desde 2104. Mas sempre tem quem não sabe aproveitar a liberdade; nosso maior problema social são os subversivos que se reúnem, escondidos, para praticar o maior delito da atualidade: rir e contar piadas. Não é por acaso que o maior best-seller desta semana é o cibertexto de autoajuda “Você Pode Ser Feliz, Desde Que Ninguém Saiba”.

Internet: a arcaica Internet, uma rede de comunicação que causou furor no fim do século XX, e que hoje é citada como exemplo de paranoia coletiva, foi substituída pela Infernet, à qual todos somos plugados logo ao nascermos. A palavra veio do latim “*infernus*”, subterrâneo, uma analogia a seu formato de raízes que alimentam o caule central. O caule, de onde saem e para onde convergem todas as informações, é a Suprema Inquisição, cuja regra é “Todos somos iguais perante Deus”. Sendo que Deus, como todos sabem, é Bill Gates. Embora corra por aí o boato de quem manda, mesmo, é o ACM.

CONCLUSÃO

Em meus 144 anos, vi o futuro ir acontecendo, e aprendi pelo menos uma coisa: as previsões estavam sempre erradas. Acho que descobri o porquê. Outro dia achei um livro antigo, que já caiu em desuso por ser a negação da lógica. De qualquer forma, lá foi escrito, há milhares de anos, que cada dia é diferente do outro, exatamente “para que o homem nunca possa descobrir nada sobre seu próprio futuro” (Eclesiastes, 7, 14).

GEHRINGER, Max. O Trabalho no Futuro - Memórias do Século XXI. Disponível em: <<http://vocesa.abril.uol.com.br/edi26/4artigo.shl>>. Acesso em 27 de outubro de 2006.

SUGESTÃO DE FILMES

Título: Eles não usam Black-Tie

Gênero: Drama

Duração: 134 minutos.

Origem: Brasil

Estúdio: Embrafilme

Direção: Leon Hirszman

Roteiro: Leon Hirszman, Gianfrancesco Guarnieri

Produção: Leon Hirszman

Última Atualização: 3 de julho de 2005

Sinopse: Em São Paulo, em 1980, o jovem operário Tião (Carlos Alberto Riccelli) e sua namorada Maria (Bete Mendes) decidem se casar ao saber que a moça está grávida. Ao mesmo tempo, eclode um movimento grevista que divide a categoria metalúrgica. Preocupado com o casamento e temendo perder o emprego, Tião fura a greve, entrando em conflito com o pai Otávio (Gianfrancesco Guarnieri), um velho militante sindical que passou três anos na cadeia durante o regime militar. Baseado em obra de Gianfrancesco Guarnieri. Premiado no Festival de Veneza.

Título: Ilha das Flores

Direção: Jorge Furtado

Tipo: Documentário

Formato: 35 mm

Ano produção: 1989

Origem: Brasil RS

Duração: 12 minutos

Sinopse: um tomate é plantado, colhido, vendido e termina no lixo da Ilha das Flores, entre porcos, mulheres e crianças.

Título: História do trabalho

Gênero: Série documentário

Origem: Canadá – governo de Quebec

Realização: Motion internacional Canadá ECCE HOMO

Ano de Produção: 1998

Direção: Guylaine Lafromboise

MEC TV escola

Duração: 52 minutos

Sinopse: o documentário contextualiza a relação do trabalho em diferentes sociedades, em diferentes períodos da história.

SUGESTÃO DE LEITURA

- BOFF, L. **O despertar da águia**. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.
- CARDOSO, F. H.; IANNI, O. **Homem e sociedade**. São Paulo: Nacional, 1971.
- FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- SALGADO, S. **Trabalhadores: uma arqueologia da era industrial**. São Paulo: Cia. das Letras, 1997.

SUGESTÃO DE POEMAS

- Operário em construção – Vinícius de Moraes
- Cidadão – Lucio Barbosa/ Zé Geraldo

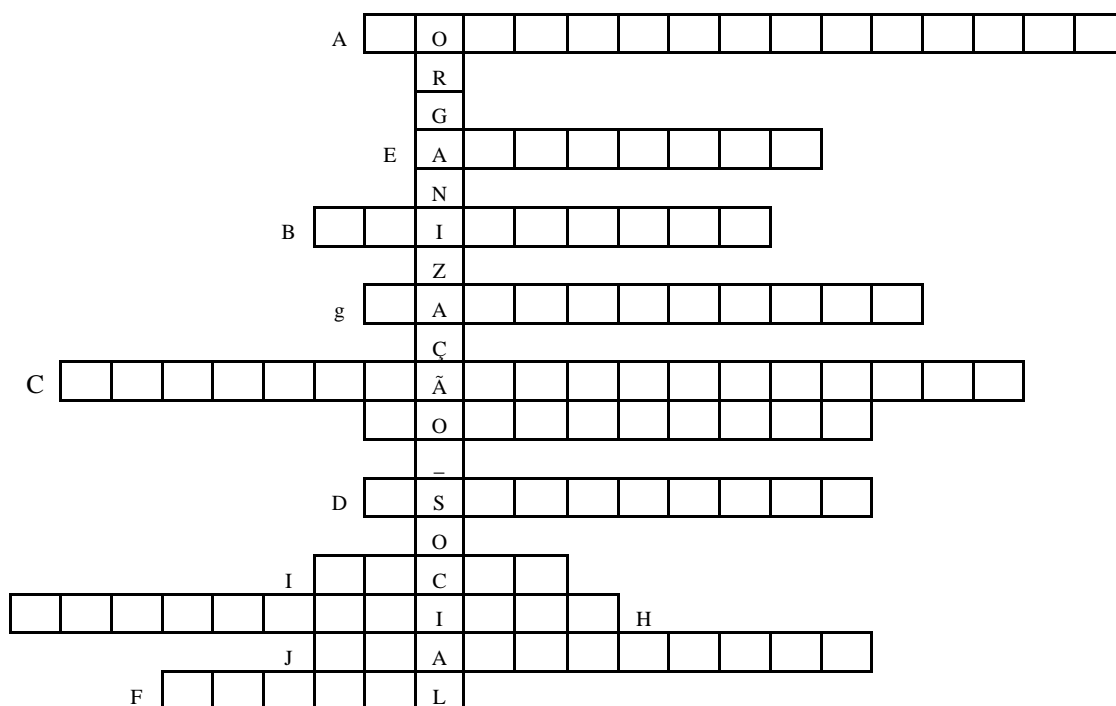
AUTOATIVIDADE

QUESTÕES PARA REFLEXÃO

1. “O pensar requer ócio.” Analise esta frase de Aristóteles no contexto da sociedade grega antiga.
2. Marx concebe o “trabalho como atividade humana” em dois sentidos diferentes. Identifique-os e faça um breve comentário sobre cada um deles.
3. O processo de produção capitalista passa por etapas que foram decisivas para o seu desenvolvimento. Identifique e caracterize cada etapa.
4. Comente a concepção teórica que dá embasamento para o Fordismo e o Taylorismo dentro do capitalismo industrial.

5. “A principal característica da globalização é a desregulamentação das legislações nacionais visando um livre fluxo de mercadorias, serviços e moedas, permitindo maior flexibilidade aos investimentos privados”. Como o processo de globalização interfere em nosso trabalho e em nossa realização pessoal? Enfatizar o consumismo em seus vários aspectos: moda, descartável, *fast food*, etc.
6. Como Weber analisa a construção da sociedade capitalista através da ética protestante?
7. Comente: “Informação e comunicação são duas peças-chave da civilização tecnológica moderna”.
8. Enumere as principais inovações tecnológicas incorporadas pelas sociedades.
9. Como se dá, ao longo da história, a junção entre ciência e técnica?
10. Você considera que o homem moderno está mesmo condenado ao progresso? É possível conciliar satisfação material com harmonia espiritual e solidariedade humana?
11. Sugere-se programar visita a uma fábrica da região.
12. Através da palavra-chave ORGANIZAÇÃO SOCIAL, descubra o modo de produção correspondente a cada afirmativa nas cruzadinhas abaixo:
 - a) Expressão concebida por Marx associada à forma pela qual a sociedade produz, utiliza e distribui seus bens e serviços.
 - b) Os meios de produção pertencem ao Estado, representado na pessoa do Faraó, que acumulava também poderes divinos.
 - c) Organizam-se em tribos e sobrevivem da coleta e do extrativismo.
 - d) Caracterizava-se pela propriedade privada dos meios de produção, distinguindo-se duas classes sociais: burguesia e proletariado.
 - e) Os meios de produção e os frutos do trabalho pertenciam a todos do grupo.
 - f) A propriedade dos meios de produção é coletiva.
 - g) Os senhores eram proprietários da força de trabalho, dos meios de produção e do produto do trabalho, havendo uma relação de domínio e submissão.
 - h) Objetivo que move o desenvolvimento da produção no sistema capitalista.
 - i) Classe do sistema capitalista que vende a sua força de trabalho em troca de um salário.
 - j) Uma das características da economia socialista que tem por objetivo proporcionar a satisfação das necessidades básicas da população.

l) Modo de produção que se estruturava na relação senhor x servo.



REFERÊNCIAS

ARANHA, M.L. de A.; MARTINS, M. H. P. **Filosofando**: introdução à filosofia. São Paulo: Moderna, 1999.

CAMINI, L. et al. **Educação pública de qualidade social**: conquistas e desafios. São Paulo: Vozes, 2001.

CHAUÍ, M. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 1999.

COTRIM, G. O. **Para filosofar**. São Paulo: Scipione, 2000.

GEHRINGER, Max. O Trabalho no Futuro - Memórias do Século XXI. Disponível em: <<http://vocesa.abril.uol.com.br/edi26/4artigo.shl>>. Acesso em 27 de outubro de 2006.

GOMES, M. **A vida e o pensamento de Karl Marx**. São Paulo: Minuano, 2006.

LAKATOS, E. M.; MARCONE, M. de A. **Sociologia geral**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MARX, K.; ENGELS, F. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Escriba, 1968.

OLIVEIRA, S. P. **Introdução à sociologia**: fundamentos econômicos da sociedade. São Paulo: Ática, 2000.

OLIVEIRA, C. G. M. de. **O conceito de trabalho**. Disponível em <[www.filosofiavirtual.pro.br/trabalho marx.htm](http://www.filosofiavirtual.pro.br/trabalho_marx.htm)>. Acesso em: 24 out. 2006.

TOMAZI, N. D. **Iniciação à sociologia**. São Paulo: Atual, 1993.

WEBER, M. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Martin Claret, 2006.